

ISSN-0103-5576

TRAVESSIA

revista do migrante

69

Publicação do CEM - Ano XXIV, nº 69, Julho - Dezembro/2011



Tráfico de
pessoas

DECASSÉGUIS
idas e vindas
- dossiê -

Quebec

coreanos

italianos

zingari

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor

Dirceu Cutti

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos)

Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)

Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)

Francisco Nunes (Casper Líbero)

Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

José Jorge Gebara (UNESP)

Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)

Lorenzo Prencipe (CSER/Roma)

Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)

Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)

Sidney Antonio da Silva (UFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)

Heinz Dieter Heidemann (USP)

Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)

José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)

Léa Francesconi (USP)

Margarida Maria de Andrade (USP)

Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)

Odair da Cruz Paiva (UNIFESP)

Sidnei Marco Dornelas (Assessor CNBB)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Vasco Pereira, 55

Bairro Liberdade

01514-030 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11)3208.6227

www.missaonspaz.org

Capa - Raquel de Moura Peres Venturini

Impressão - Maxprint Editora e Gráfica Ltda (11) 3379-7046

SUMÁRIO

Apresentação	05
<i>Helion Póvoa Neto</i>	
<i>Lúcia E. Yamamoto</i>	

Dossiê - Decasségui: Idas e Vindas

Lugares próprios entre modos de ser distintos? A inserção das crianças que moraram no Japão.....	07
<i>Laura Satoe Ueno</i>	
Reordenações na família decasségui: Dilemas e desafios	19
<i>Victor Hugo Kebbe</i>	
Revitalização linguística do japonês no Brasil: A atuação dos retornados brasileiros do Japão como professores de língua japonesa.....	31
<i>Leiko Matsubara Morales</i>	

Imigração coreana: A questão da reemigração e do retorno	47
<i>Rafael Monteiro</i>	
<i>Sênia Bastos</i>	
Na pia batismal: Tradição e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos.....	57
<i>Fábio Augusto Scarpim</i>	
A especificidade de Quebec no quadro das Políticas Migratórias Canadenses.....	71
<i>Marcus Vinicius Fraga</i>	
<i>Lucia Maria Machado Bógus</i>	
Tráfico de pessoas para exploração sexual: Um esboço de revisão bibliográfica.....	87
<i>Sidnei Marco Dornelas</i>	
Resenha.....	111
<i>Zingari (crônica).....</i>	115
<i>Helion Póvoa Neto</i>	

Este número da *Travessia – Revista do Migrante* apresenta um grupo de artigos que formam um dossiê – de iniciativa de Lúcia E. Yamamoto – enfocando especialmente a dinâmica mais recente do movimento migratório entre Brasil e Japão, ora em momento de redefinição devido à crise, aos movimentos de retorno da comunidade brasileira e à complexidade da existência de uma geração situada “entre” os dois países.

Os artigos seguintes tratam também do retorno, das práticas familiares de representação da migração, das políticas de estado no estímulo a imigrantes, e do debate associado ao tráfico de seres humanos.

O dossiê “Decasséguis: Idas e Vindas” contém artigos informados pela crise japonesa, na qual ocorre evasão escolar de crianças que, face ao desemprego dos pais, não tendo condições de frequentar as escolas privadas mas apresentando enormes dificuldades para acompanhar o ensino nas escolas japonesas, acabam por sair do sistema educacional. No âmbito familiar, são muitos os desafios tanto para as crianças que, no contexto da crise, acompanham o retorno da família ao país de origem dos pais, quanto para as que vivem a situação de famílias separadas, divididas entre Brasil e Japão. Ao mesmo tempo, a educação e vivência da língua japonesa habilitam muitos desses “retornados” a enveredar pelo ensino daquele idioma como perspectiva profissional, no Brasil.

O artigo de Laura Satoe Ueno discute os aspectos psicossociais das crianças retornadas e educadas no Japão. A experiência educacional, descontínua e fragmentada, dessas crianças, sugere a necessidade da consideração daqueles aspectos para a compreensão das perdas, conflitos e desafios envolvidos nos deslocamentos humanos.

A contribuição de Victor Hugo Kebbe sugere a importância de se entender as formas pelas quais os membros de famílias distendidas entre dois países reordenam os papéis familiares e repensam suas estratégias de vida. Caracterizados como famílias transnacionais, os grupos de decasséguis enfocados permitem a compreensão de processos que se generalizam, no contexto global, para muito além desse grupo mais restrito.

O último texto do dossiê, escrito por Leiko Matsubara Morales, destaca como o retorno dos Nikkeis brasileiros se associa à revitalização do ensino da língua japonesa no Brasil, através da entrada, nesse campo de trabalho, de pessoas educadas no Japão e proficientes nas duas línguas.

Os artigos reunidos neste dossiê contribuem para o enriquecimento nas discussões relacionadas à relação entre educação e migração, tema merecedor de maior difusão na comunidade acadêmica brasileira. Ao mesmo tempo, permitem um olhar para aspectos, frequentemente negligenciados, de como crianças, jovens e famílias inteiras vivem o contexto de uma crise internacional que atua fortemente sobre os movimentos migratórios. No caso decasségui, trata-se de processos que incidem fortemente sobre uma comunidade de brasileiros no exterior caracterizada, até muito recentemente, como uma das mais fortemente estabilizadas.

O tema do retorno está presente também no artigo de Rafael Monteiro e Sênia Bastos, que apresenta a literatura existente sobre os temas da reemigração e do retorno, enfocando as representações, sobre este processo, de um grupo de coreanos, imigrantes que formam no Brasil uma comunidade bastante expressiva, mas ainda relativamente pouco estudada.

O texto de Fábio Augusto Scarpim sugere, por outro lado, como no projeto migratório, pode-se materializar, não a intenção do retorno, mas a firme intenção de permanência na nova terra. A consolidação de tal projeto pode ser lida na análise feita quanto a como imigrantes italianos no Paraná, entre o final do século XIX e o início do seguinte, atribuíam, à primeira geração nascida na nova terra, nomes evocativos da terra de origem dos pais.

O artigo de Marcus Vinicius Fraga e Lucia Maria Machado Bógus destaca outro aspecto, o da migração induzida ou estimulada por políticas de arregimentação dos estados nacionais e, no caso, também por uma província canadense que expressa, em tais políticas, a sua especificidade e busca de autonomia em termos da atração de trabalhadores. A análise da emigração de brasileiros para o Canadá, mais especificamente para o Quebec, oferece a possibilidade de examinar uma forma de articulação destas diferentes escalas de atuação do Estado, ao mesmo tempo que apresenta um caso específico, ainda pouco estudado, da emigração “qualificada” de brasileiros.

A contribuição de Sidnei Marco Dornelas investiga, em profundidade, as diversas questões envolvidas na consideração de um dos temas mais marcantes na migração internacional na atualidade, o do tráfico de pessoas para exploração sexual. Sendo uma das primeiras tentativas de sistematização crítica do “estado da arte” da produção bibliográfica a respeito no Brasil, o texto articula as dimensões institucional, acadêmica e de organizações da sociedade civil, em especial religiosas. Oferece assim rica demonstração de como uma questão muito sensível e de grande complexidade desdobra-se em diversos planos, desde o reconhecimento da existência de um fenômeno, passando pela sua correta caracterização teórica e empírica, até os debates políticos sobre como a sociedade deve agir quanto ao mesmo.

A resenha apresentada por Leonir Chiarello e Lelio Mármora destaca um amplo estudo promovido pela Rede Scalabriniana Internacional de Migrações – *Scalabrini International Migration Network (SIMN)* – envolvendo os quatro maiores países da América Latina (Argentina, Brasil, Colômbia e México), o qual tece um diagnóstico atualizado de cada país acerca das principais tendências migratórias, das políticas de migrações de cada Estado, bem como o envolvimento da sociedade civil na defesa dos direitos dos imigrantes e na proposição de políticas públicas de migração.

Por fim, a crônica *Zingari*, registra uma breve impressão sobre a presença dos ciganos do Leste Europeu no transporte público de Roma e na vida cotidiana da velha cidade.

Helion Póvoa Neto
Lúcia E. Yamamoto

Lugares próprios entre modos de ser distintos?

A inserção das crianças que moraram no Japão

*Laura Satoe Ueno**

A experiência migratória se torna parte da história familiar. Quanto às crianças, sabemos que elas assimilam a jornada de maneira distinta dos adultos, tratando-se de uma vivência que marca de modo duradouro seus desenvolvimentos.

No entanto, poucas pesquisas sistemáticas têm se focado nessa parcela da população que migra, especialmente no que toca à saúde emocional. Winnicott (1997), pediatra e psicanalista inglês, apontou, aliás, uma tendência da sociedade a enfatizar excessivamente as necessidades corporais, deixando de lado problemas cruciais do desenvolvimento psicológico infantil.

Neste artigo, buscamos contribuir com essa discussão necessária que diz respeito também, num nível macro, a políticas públicas dos países envolvidos nos deslocamentos.

Partimos do enfoque da Psicologia Intercultural, em que o desenvolvimento humano é compreendido em decorrência da relação dialética entre o sujeito e os contextos culturais, e que possibilita uma visão ampla dos fenômenos psicossociais. Consideramos, conforme Berry (2004), que o contato contínuo entre indivíduos de duas ou mais culturas diferentes por intermédio da migração ocasiona uma ruptura no quadro de referência existencial e uma crise no sentido de pertencimento do sujeito, trazendo um processo de mudança psicológica.

* *Psicóloga e Mestre em Psicologia Social pela USP.*

Crenças, valores, relações e hábitos estão envolvidos nesse processo, fazendo-se necessário uma ressocialização, ou aquilo que podemos chamar de “aprender a jogar um novo jogo”, havendo uma complexa interação de variáveis psicológicas e outras – culturais, sociais e situacionais – que levam as pessoas a variados graus de estresse e adaptação (BERRY, 2004; BERRY et al. 1992).

Desse modo, fatores como idade, mudanças ocorridas no sistema familiar e as possibilidades desse grupo contar ou não com um suporte comunitário serão vistos como relevantes. Nesse contexto, as rupturas ocorridas na rede social e nos laços sociais vitais que precisarão ser reconstruídos aos poucos pelo imigrante no novo ambiente são questões a se considerar, pois é algo que gera sobrecarga e tensões nos membros da família, acompanhadas do luto pelo que foi perdido e o imperativo de se fazer novos investimentos afetivos (SLUZKI, 1997).

Dialogamos também com autores da abordagem psicodinâmica, Donald Winnicott (op. cit.); Erik Erikson (1976); Leon e Rebecca Grinberg (1984) para compreender quais são os desafios impostos em cada fase do desenvolvimento da identidade, nas situações em que a socialização envolve culturas distintas. Lembrando que, no caso da migração Brasil-Japão, esse processo tem se dado não somente entre sistemas simbólicos diferentes, mas concretamente, entre territórios geográficos distintos e distantes, entre os quais as crianças frequentemente transitam.

Em linhas gerais, achamos importante fazer as seguintes perguntas: Como foi a escolha pela mudança e as circunstâncias de saída da família? Qual o nível de coesão do grupo? Qual o seu grau de rigidez e flexibilidade? Contam com suporte e se sentem pertencentes a redes sociais na comunidade? Qual o nível socioeconômico e educacional dos pais? Como é a receptividade ou vivência de discriminação no novo meio? Pensamos nesse contexto baseando-nos em Suárez-Orozco e Suárez-Orozco (2001).

Neste artigo, inicialmente nos detemos na dinâmica das famílias que retornam do Japão para o Brasil. Em seguida, discutimos a biculturalidade no processo de desenvolvimento emocional e algumas implicações no espaço institucional escolar. Por fim, tecemos algumas reflexões gerais.

Famílias transitando entre Brasil e Japão

A família nunca deixa de ser importante e é responsável por muitas de nossas viagens. Nós escapamos, emigramos, trocamos o sul pelo norte e o leste pelo oeste devido à necessidade de nos libertarmos. E depois, viajamos periodicamente de volta para casa para renovar o contato com a família (WINNICOTT, 1997, p. 59).

Com essas palavras, salienta-se o quanto é fundamental a existência de familiares de quem possamos reclamar, a quem possamos amar, mas também

odiar ou temer. Pois, na relação entre pais e seus filhos, há sempre além de amor, uma ampla gama de sentimentos presentes.

A preservação da atmosfera familiar resulta do relacionamento entre os pais no quadro do contexto social imediato em que vivem e do círculo mais amplo que os envolve. No processo de migração, como lembram os psicanalistas Grinberg e Grinberg (1984), justamente a família, que é o entorno imediato de uma criança e que poderia ter a função de grupo continente e protetor em meio aos novos estímulos, também está estressada e abalada pela experiência do deslocamento.

Lembramos que, no mundo contemporâneo, várias formas de organização familiar podem ser observadas, tendo como características a diversidade e a ambiguidade. Lembramos, também, que a realidade da família enquanto instituição social permeada por uma construção histórica foi apresentada por Ariès (1981). Se a família nuclear como conhecemos hoje tem sentido de 'lar', de uma unidade estrutural, emocional e significativa básica dos indivíduos, nem sempre foi assim.

Com os movimentos migratórios contemporâneos, podemos afirmar que esse mundo próprio, espaço para a intimidade, em seu conceito ideal e imaginário, tem sido, além do mais, questionado.

Uma pesquisa realizada por Yamamoto (2008) revelou que no tocante à circulação das famílias brasileiras pelos espaços transnacionais entre Brasil e Japão, estas têm adotado várias estratégias em diferentes fases da vida para lidar com as mudanças sociais. A fim de se manterem, elas se organizam econômica, física e socialmente. O fato dos membros se dispersarem em diferentes países muitas vezes é o que torna possível o suporte aos filhos. Uma situação paradoxal tem sido criada quando, para manter a integridade e fortalecimento da família, são produzidas separações.

São as crianças que, vistas como dependentes e deslocadas de seus ambientes pelas decisões familiares, costumam resistir às decisões de retorno.

Quanto à volta dessas famílias ao Brasil, depois de terem morado no Japão, podemos considerar esse movimento uma nova migração. Costuma envolver tanto esforço e vulnerabilidade psíquica quanto a ida para fora. Conforme DeBiaggi (2004), os estudos indicam que geralmente as pessoas não estão cientes das implicações desse deslocamento que envolve mudanças em si mesmas e na comunidade de origem.

Em pesquisa de Mestrado realizada há alguns anos (UENO, 2008), buscamos compreender a vivência de um grupo de pessoas adultas retornadas no que se referia às representações culturais dos países entre os quais transitaram e à experiência de retorno ao Brasil. De modo geral, retornar era vivido com dificuldade pelos participantes. Entre relatos de inassertividade, desorientação e de insatisfação com a conjuntura do país, alguns se sentiam estrangeiros tanto aqui quanto lá.

Para uma criança, após separações temporárias entre os membros da família por meses ou anos, a reunificação familiar pode ser uma provação dolorosa, longa e desorientadora. Os membros terão que lidar com novas regras, negociar

a autoridade parental e combater sentimentos de desconexão. Haverá ainda conflitos angustiantes dos genitores entre maneiras de educar uma criança numa e noutra cultura, práticas estas sobre as quais falaremos logo a seguir.

Constituindo-se entre dois modos de ser e agir

Família, casamento e as relações sociais entre homens e mulheres, como dissemos, estão inseridos num contexto histórico, político e econômico. Na sociedade japonesa contemporânea, observamos a permanência de um valor específico do casamento, havendo uma peculiaridade da posição social e papel materno da mulher. O casal, ao contrário do que acontece na maioria das sociedades 'ocidentais', não está no centro da família, sendo que o amor livre e romântico não é considerado com ênfase o principal sentimento almejado de realização pessoal. Na ideologia ainda persistente no Japão, uma família bem sucedida é aquela que realiza de modo exemplar a divisão sexual do trabalho, sem confusão e nem conflito de papéis: a mãe deve ser inteiramente responsável pela educação dos filhos, com presença constante e insubstituível, ao passo que o pai deve estar livre para se dedicar ao sistema produtivo, ao mundo do trabalho externo. Estar às margens dessa norma familiar acarreta uma desvantagem perante a sociedade (HIRATA, 2002).

Esta estrutura envolve uma educação de sentimentos. Através das práticas de ensino/aprendizagem, desde o nascimento se transmitem sistemas de valores e normas da cultura, de indivíduo para indivíduo, de geração para geração, garantindo sua manutenção.

No Japão, ensina-se desde muito cedo à criança a conformidade ao papel definido para seu gênero, idade e ordem de nascimento. Em relação aos sexos, o treinamento das meninas é mais estrito quanto à expressão de humildade. Priorizar a harmonia interpessoal e autocontenção, evitando conflitos com os outros, é algo a que se atribui valor altamente positivo.

É oportuno, nesse momento, explicarmos um importante conceito da sociologia, o de socialização. Esta pode ser definida como o processo ontogenético pelo qual se dá a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. Essa interiorização ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção e através de identificações que se realizam num horizonte que implica um mundo social específico (BERGER; LUCKMANN, 1978).

Em um interessante texto sobre estilos de socialização precoce em padrões diversos de cultura, a antropóloga Takie Lebra (1976) observa que, enquanto a mãe japonesa se comunica mais fisicamente que verbalmente com seu bebê durante a amamentação e o banho, a mãe 'ocidental' fala mais com seu bebê durante essas atividades. A primeira tende a carregá-lo para quietá-lo e apaziguá-lo. A segunda procura estimulá-lo para ser ativo.

Lebra, professora japonesa que foi viver em solo americano, observa que na

sociedade nipônica e, relativamente, também entre descendentes de imigrantes japoneses, o *ittaikan* ou sentimento de unidade nas interações interpessoais íntimas é algo muito apreciado. Nesse contexto se procura desde cedo sensibilizar o sujeito para a interdependência e reciprocidade.

A criança é ensinada precocemente a estar limpa e devolver as coisas no lugar de origem, a fazer as coisas da forma apropriada. A ênfase na ordenação, capricho e meticulosidade expressa uma atitude que nessa cultura é sinal de mente viva, ativa e moral.

A disciplina se intensifica quando a criança atinge a idade escolar. Daí em diante caberá à escola educá-la apropriadamente. Passa a ser encorajada a desenvolver um forte senso de pertencimento total ao grupo, de compromisso e desempenho em relação ao seu papel.

Ora, no caso das crianças nipo-descendentes, filhas de pais/mães trabalhadores brasileiros das linhas de produção japonesas, chamamos a atenção para uma série de desafios que são impostos no processo de desenvolvimento psíquico. A ambiguidade relacionada aos seus fenótipos, suas maneiras de ser e agir, bem como as de suas famílias de origem, ou então a própria situação de separação entre membros familiares, por si só podem, inclusive, ser vistas culturalmente de forma equivocada por médicos, professores, psicólogos e outros como inadequadas ou sintomas de uma situação familiar patológica. É por isso que as expectativas e o contexto imediato no país que as recebe, seja lá ou aqui, são elementos potenciais de transição que têm repercussões importantes nesse processo, como veremos.

Travessias e desafios à formação da identidade

Se, por um lado, uma criança tem mais habilidades para se deixar impregnar por impressões novas, está mais aberta à aprendizagem e é mais capaz de assimilar uma nova língua e costumes, por outro, existem carências especiais, pois não participaram da decisão dos pais de mudar e geralmente não compreendem suas motivações. Além disso, a explicação sobre essa situação à criança nem sempre acontece.

Nesse sentido, como já dissemos antes, o nível de coesão e o tipo de comunicação do sistema familiar serão fatores relevantes.

É natural, contudo, os pais viverem uma forte ambivalência, na medida em que processam suas experiências através de um quadro duplo de referência: 'lá e aqui', 'antes e depois' da mudança de país. Já para os filhos, a referência é dada pela sociedade em que vivem e o seu estilo de vida.

Conforme Suárez-Orozco e Suárez-Orozco (2001) as transições são sempre estressantes e, mesmo nas melhores condições, haverá perdas e ambivalência. A absorção mais rápida, pelas crianças, da nova cultura criará níveis assimétricos de competência cultural no meio, sendo a dos filhos superior à dos pais, gerando reversão de papéis e tensões particulares na família.

Para melhor compreensão em termos psicodinâmicos, trazemos as

contribuições dos psicanalistas Grinberg e Grinberg (1984), para os quais a idade da criança é uma variável importante. Nos primórdios de seu desenvolvimento, o sentimento de confiança básica do bebê na própria existência é possível pela própria confiança dos pais. Esta função parental pode ficar abalada, pelo menos temporariamente, quando a criança se vê fora do âmbito conhecido e seguro dos estilos de sua própria cultura.

Pouco mais tarde, num período em que a criança está tratando de afirmar sua autonomia, a migração, sempre forçada pelos maiores, junto com a ameaça persecutória do novo, poderá acentuar a vergonha e dúvidas precoces, minando uma confiança básica já adquirida, sobretudo quando se está fragilizado por conflitos prévios. Ela é exposta a situações em que se sente diferente e incapaz de competir com outras crianças de sua idade no uso do idioma, não compartilhando a cumplicidade preciosa dos códigos culturais secretos. As dúvidas passam pela definição do que tem valor ou não, de quem são os bons ou maus, pois seus conhecimentos prévios não são compreendidos ou não valem muito no novo meio.

Conquistada a autonomia, mais ou menos ao final do terceiro ano, ocorre uma primeira emancipação em relação à figura da mãe, paralelamente às aquisições na linguagem, locomoção e representação. Ela desenvolve os requisitos prévios para libertação da iniciativa não intimidada pela culpa, etapa dentro de um ciclo vital descrito por Erikson (1976). Pode encontrar pela frente uma série de desafios, pois precisa construir uma identidade segura que a torne apta a prosperar em contextos profundamente diversos: em casa, na escola, no mundo da família extensa e entre os amigos.

Ressaltamos que sua identidade será moldada, em parte, em função de como será vista e recebida. Os estereótipos étnicos enfrentados por indivíduos podem ser aspectos poderosos e corrosivos.

Posteriormente, a adolescência será um momento crucial de busca por um novo sentido de continuidade e uniformidade, quando ressurgem as crises das fases precedentes. As perguntas “Quem eu sou? A que lugar pertencço?” se tornam pungentes (PHINNEY, 1990). Uma dúvida prévia, agravada pela estigmatização sofrida através das instituições, pode culminar numa confusão de identidade, com incapacidade de assumir papéis, abandono escolar ou retraimento em estados inacessíveis.

Línguas, culturas e identidades

Com relação à língua, sabemos da sua importância por ser não só um instrumento de comunicação, mas a representação de uma cultura e, segundo Bourdieu (1994), um instrumento de poder.

Para um adulto, a aprendizagem de uma nova língua requer muito mais flexibilidade. Afinal, conforme explica Revuz, (apud FREITAS, 2008, p. 220-221): “Toda tentativa para aprender outra língua vem perturbar, questionar,

modificar aquilo que já está inscrito em nós com as palavras da primeira língua”. A fluência dos pais e filhos em línguas diferentes cria barreiras na comunicação de pensamentos, de emoções mais profundas e no entendimento das intenções do outro.

O modo como uma criança é recebida numa escola ou comunidade pode ser decisivo no desempenho dela dentro desses novos espaços, onde atitudes de prestígio e desprestígio social relacionadas também ao idioma revelam quais as formas de ser que são vistas de maneira preconceituosa. Mesmo quando em casa a família reconhece como essencial transmitir a riqueza de conhecer uma segunda língua por meio das suas relações, a criança que vive muitas situações preconceituosas prefere deixar de manifestar seu conhecimento na língua da cultura de origem.

De acordo com uma pesquisa realizada por Morales (2010) com jovens professoras nipo-brasileiras, bilíngues e retornadas do Japão, as mesmas expressaram dificuldades para se adaptar ao novo ambiente linguístico, sendo necessárias motivações intrínsecas de superação para se alcançar uma integração social em meio às transições linguísticas e à impotência acarretada pelo domínio imperfeito das línguas. Interessante que, nesse sentido, saber falar japonês e poder ensinar a língua no contexto brasileiro se tornou uma faceta positiva a ser oferecida. E que, no caso das entrevistadas, possibilitou a construção de uma identidade profissional. Concordamos com um ponto sobre o qual a autora chamou a atenção: a importância de se preservar a primeira língua em situações de migração.

Escola, microcosmo de uma ordem social mais ampla

Em artigo anterior neste mesmo periódico (UENO, 2005), apresentamos o processo terapêutico e a história de Carmem, brasileira de origem indígena e paraguaia, atendida em psicoterapia breve aos quarenta e cinco anos de idade. Observamos a relevância das experiências infantis de migração e como uma inserção escolar traumática pode ser produtora de descontinuidades linguísticas, afetivas e sociais. O não reconhecimento e a falta de um espelhamento social positivo desencorajam o modo de ser do outro.

O meio escolar merece nossa atenção por ser aquele no qual as crianças iniciam o contato sistemático com a outra cultura. Não à toa, é predominantemente nesse espaço que os efeitos da migração se fazem notar, podendo representar uma situação de intenso sofrimento.

Em primeiro lugar, quando pensamos numa sala de aula, devemos lembrar que sua configuração, com suas dinâmicas de poder e desigualdade, aparece em cada aspecto com todas as suas particularidades: no processo educacional, no conteúdo das aulas, no ambiente físico, no uso da língua, como mencionamos, e nas relações entre quem ensina e aprende.

Além de ser lugar de prática social e política, ela é também produtora de identidades. De modo que, no processo de aprendizagem, os atos dos alunos

provenientes de outros *backgrounds*, de se submeter ou de contestar e resistir, revelam a recusa em participar de um contexto em que não são aceitos e que põe em jogo suas identidades. A escola é um âmbito em que terão que encontrar ou fabricar um lugar próprio.

Dentro das fases do ciclo vital, a entrada na escola é um período decisivo socialmente, quando a sociedade maior se torna mais significativa. Envolve 'fazer as coisas ao lado de outros e com os outros'. A criança procura se ligar aos professores e pais de outras crianças, querendo observar e imitar pessoas, se propondo a tarefas e papéis preparatórios para a realidade adulta da produção.

Para Erikson (1976), a vida escolar precisa sustentar as aquisições das fases anteriores do desenvolvimento da criança e sua vontade de aprender para se sentir capaz de fazer bem as coisas, ou irá desenvolver um sentimento de inferioridade, com alienação de si mesma e das suas tarefas. O educador deve saber reconhecer e estimular esforços especiais, apoiando um sentimento de competência, que é o exercício livre da destreza e inteligência na execução de tarefas sérias. Algo que será uma base importante para a participação cooperativa na vida adulta.

Como afirmam Suárez-Orozco e Suárez-Orozco (2001), fenômenos como ansiedade, inibição de capacidades, tentativas de controle obsessivo e manifestações psicossomáticas, costumam ser frequentes e não estão ligadas apenas a fatores internos dos indivíduos, que sobrevivem em função de sua personalidade. Relacionam-se com uma sensação de ilegitimidade para participação nos espaços de saber nessa nova cultura, representados pelo professor.

Pesquisas desses mesmos autores apontam as características comuns de uma escola efetiva: liderança positiva; boa autoestima da equipe; expectativas acadêmicas elevadas para todos os alunos, independente da origem; valorização das culturas e das línguas de origem; ambiente social seguro com estrutura ordenada.

O que acontece quando uma identidade definida por uma posição de desajuste/desencaixe com a cultura escolar é assumida? Há o risco de se caminhar para uma progressiva condição de desqualificação social, visto que a escolarização deveria ser também um meio de garantir uma posição social bem sucedida no futuro para filhos de imigrantes numa nova sociedade dentro da economia global.

Sistemas educacionais em contextos de diversidade

"Meu filho é muito nervoso, balança a cabeça várias vezes. A professora disse que ele é hiperativo e precisa de psicólogo. (...) Acho ele muito inocente. As crianças aqui no Brasil são mais espertas."

Essa era a queixa de uma mãe atendida pela autora numa situação de entrevista inicial em psicoterapia breve no Serviço de Orientação Intercultural da USP¹. Ela procurava atendimento para seu filho de nove anos. Nipo-brasileira de segunda geração, trabalhara durante treze anos no Japão e recém retornara

de lá movida pela crise econômica mundial que causara demissões em massa. A criança nasceu lá e passara por mudanças bruscas, da escola japonesa para a creche brasileira. E agora, vindo pela primeira vez ao país de origem dos pais, entrou na escola pública brasileira. De acordo com o relato apresentado, quando foi dito ao filho que iriam sair do país em que moravam, teria balançado a cabeça e protestado *“Não quero!”*, daí então passando a manifestar tiques nervosos frequentes.

Nas relações da mãe atendida com japoneses, percebemos sentimentos conflitantes e situações de discriminação vividas pelo fato de ser brasileira. Tinha que acalmar o filho porque ele era irrequieto e fazia barulho no prédio em que habitavam, onde não havia outras famílias estrangeiras: *“Lá tem que se conter, ter disciplina, criança fica horas numa fila sem reclamar.”*

De volta ao Brasil, ela sentia pouco apoio do ambiente social e passava pelos estranhamentos culturais. Sente que as coisas aqui no país, incluindo o sistema de educação, não funcionam como deveriam. Seu filho não teria a mesma malícia e não protestava quando a priminha tentava tirar vantagem nas competições: *“Aqui não é bom ser assim...”*

Ela e o marido estavam em processo de separação conjugal. O pai de seu filho, conforme relato materno, também nipo-brasileiro, teria se recusado a comparecer ao atendimento psicológico e não acreditava na relevância das questões emocionais. É descrito como um homem imaturo e irresponsável, que gastava grandes somas de dinheiro com jogos, nunca tendo se preocupado genuinamente com o filho.

Apesar de oferecermos alternativas flexíveis de atendimento, reforçando a importância de termos uma compreensão do que se passava com a criança e com eles, naquele momento a mãe mostrou dúvida e ambiguidade quanto à própria abertura para os aspectos internos implícitos nas vivências da família entre contextos diferentes, colocando vários empecilhos para a continuidade do processo terapêutico.

Entre imposições, irritações, repressões e tentativas de contenção e controle de impulsos, permeadas por sistemas culturais, a criança se tornara porta-voz de um conflito que parecia envolver a família como todo. Suas histórias pessoais de pertencimento e seus desejos foram atravessados por conjunturas sociopolíticas mais amplas que, como é sabido, vêm deslocando em massa os seres humanos enquanto recursos em circulação no sistema econômico capitalista global.

Cabe mencionar que, no trabalho empreendido por Nakagawa (2010) em São Paulo, com alunos da rede pública de ensino que moraram no Japão, a negação das dificuldades pelas famílias foi também relatada. Descreve-se a ocorrência, entre as crianças cujo desenvolvimento fora caracterizado por convivência e interações intersubjetivas limitadas, de um esquecimento da experiência vivida com o idioma japonês naquele país, além de sentimentos de insegurança e inadequação.

Nesse sentido, as atividades de mediação lúdica sob a ética do cuidado – e não da correção – parecem ter sido essenciais para a saída da condição

de invisibilidade e não-pertencimento, possibilitando a emergência da espontaneidade nas relações.

Desse modo, alertamos para o perigo de visões educacionais pautadas pelo ajustamento às aulas, e que procuram identificar e medicar 'transtornos' entre os alunos, patologizando e individualizando fenômenos que dizem respeito à própria dinâmica da instituição.

A visão taxativa do que se passa com essas crianças, tanto lá quanto aqui em nosso país, revela no fundo uma orientação educacional excludente e pouco preparada para o contexto da diversidade. Afinal, a inserção de um sujeito bilíngue ou bicultural não deveria passar pela exclusão do outro idioma ou assimilação da cultura 'estranha', como crê o senso comum. Num âmbito político, sobretudo, se faz premente a percepção da diversidade nestes novos imigrantes estrangeiros em solo brasileiro. Porém, enquanto riqueza, não como déficit.

Considerações finais

Com essas reflexões, esperamos ter contribuído para ampliar as discussões voltadas meramente para questões econômicas e diplomáticas que envolvem a migração de populações adultas, lembrando que as crianças representam uma parcela crescente de indivíduos que atravessam fronteiras.

As decisões racionais de mudança, apesar de programadas como temporárias, implicam numa perspectiva em longo prazo, com criação de vínculos subjetivos envolvendo lugares diferentes. Colocam em jogo as habilidades do grupo familiar em lidar com os dramas referentes ao processo, entre os quais, os conflitos entre desejos grupais e individuais.

Se, no século passado, a escolarização representou um valor e objetivo de alto interesse para as famílias japonesas imigrantes e seus descendentes no Brasil, em contraste, na atualidade, a educação não tem sido considerada importante enquanto estratégia de ascensão econômica e social entre os chamados *decasségus*.

Observamos que a realidade dos trabalhadores brasileiros no Japão, caracterizada pelo relativo acesso aos bens e serviços, é, ao mesmo tempo, assolada pela relatividade de suas cidadanias e pela vulnerabilidade em relação à vida cultural. Reflete uma realidade global marcada pelo consumismo, acessível por meio de vínculos desenraizados com o mundo do trabalho. Panorama este que tem deslocado gerações e atravessado profundamente seus percursos de vida.

Nota

1 - Atendimento do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social do IP-USP voltado para imigrantes, descendentes, brasileiros que vão para o exterior, e brasileiros retornados após morarem fora do país, coordenado pela Profa. Dra. Sylvia Dantas.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BERRY, J. et al. *Cross-cultural Psychology: Research and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- BERRY, J. Migração, aculturação e adaptação. In: DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (orgs.) *Psicologia, E/Imigração e Cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, R. (org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.
- DEBIAGGI, S. D. Homens e mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In: DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (orgs.) *Psicologia, E-Imigração e Cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.135-164.
- ERIKSON, Erik H. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FREITAS, Lucia G. Identidade e aquisição de segunda língua. In: REES, D. K. et al. (orgs.) *Múltiplas vozes: estudos interculturais, estudos de bilingüismo e estudos da sala de aula de língua estrangeira*. Goiás: UFG, 2008, p. 220-221.
- GRINBERG, Leon; GRINBERG, Rebecca. *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Madrid: Alianza editorial S. A., 1984.
- HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LEBRA, Takie S. *Japanese Patterns of behavior*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1976.
- MORALES, L. M. Professores bilíngües regressos do Japão: caso de bilíngües consecutivos de aquisição de japonês como L2 no contexto japonês. Trabalho apresentado na mesa-redonda: Educação e Migração: práticas educacionais. *X Congresso da BRASA*, Brasília, 22 de julho de 2010.
- NAKAGAWA, K. A inserção escolar e social das crianças que retornam do Japão. Trabalho apresentado na mesa-redonda: Educação e Migração: práticas educacionais, *X Congresso da BRASA*, Brasília, 22 de julho de 2010.
- PHINNEY, Jean. Ethnic identity in adolescents and adults: review of research. *Psychological Bulletin*, 108(3), 1990, p. 499-514.
- SLUZKI, Carlos E. *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- SUÁREZ-OROZCO, Carola; SUÁREZ-OROZCO, Marcelo. *Children of Immigration*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2001.
- UENO, Laura S. "... Estou agora no mundo dos vivos": elaborando a experiência de migrar. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, Ano XVIII, nº 53, p. 29-34, set./dez. 2005.
- UENO, Laura S. *Migrantes em trânsito entre Brasil e Japão: uma intervenção psicossocial no retorno*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- WINNICOTT, Donald W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- YAMAMOTO, Lúcia E. Brazilian families in a transnational context: Brazil, USA, Japan. *REMHU*, Brasília, nº 30, p. 147-163, 2008.

RESUMO

No presente texto, discutimos como as crianças costumam viver as mudanças entre culturas, em especial aquelas que retornaram do Japão. Apresentamos aspectos do processo de socialização envolvendo contextos culturais diferentes, bem como as implicações da migração na dinâmica das famílias e no desenvolvimento psicológico dos sujeitos, partindo de interlocuções teóricas entre as abordagens intercultural e psicodinâmica. Consideramos que

os fatores sociopolíticos são fundamentais na compreensão das perdas, conflitos e desafios envolvidos nos deslocamentos. No âmbito da educação, temos observado que a escola costuma reproduzir descontinuidades em vez de assegurar a 'possibilidade de ser' da criança na transição entre culturas diferentes.

Palavras-chave: crianças; migração de retorno; Japão.

ABSTRACT

In this paper, we discuss how children, especially those who come back from Japan, usually experience the differences in cultures. We address aspects of the socialization process in different cultural contexts, the implications of migration both in an individual's psychological development and in family dynamics based on theoretical dialogues between the cross-cultural and psychodynamics approaches. We consider that the sociopolitical factors are essential to understand the losses, conflicts and challenges involved in moving. Within the realm of education, we have observed that the school usually reproduces discontinuity instead of ensuring children's "possibility of being" between different cultures.

Keywords: children; return migration; Japan.

Reordenações na família decasségui

Dilemas e desafios

*Victor Hugo Kebbe **

Para suprir a falta de mão de obra nas indústrias japonesas na década de 1980, e visando causar o menor dano possível em seu tecido social, o Japão abriu suas portas para a imigração dos nikkeis, descendentes de japoneses nascidos fora do Japão. O fluxo migratório que se sucedeu é conhecido no senso comum como o “fenômeno decasségui”, acarretando várias disrupções nas comunidades nikkeis em todo o Brasil e gerando novas contingências que são estudadas em vários campos das ciências humanas há mais de vinte anos.

Apesar de este fluxo migratório ser amplamente debatido quanto às suas implicações sociais e políticas tanto no Brasil como no Japão, são poucos os estudos voltados às microdinâmicas sociais que são cotidianamente engendradas. Mesmo com análises sociológicas que buscam o estudo da identidade (ou das identidades, como prefiro chamar) dos grupos de brasileiros com ascendência nipônica nos dois países, é recente o esforço (YAMAMOTO, 2008) para entender o que ocorre dentro das famílias, locus privilegiado para a compreensão de agenciamentos¹ familiares, parentesco, redes sociais, etc.

O presente artigo constitui, de certa forma, um desdobramento de meu trabalho de campo voltado para o doutorado, cujo foco é o estudo das famílias decasséguis em solo japonês (SILVA, 2011a, 2011b). Busquei, através da observação participante, acompanhar de perto vários decasséguis em suas rotinas diárias no Japão, tomando como eixo norteador o estudo de como esse

* *Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Laboratório de Estudos Migratórios – UFSCar.*

fluxo migratório interfere no interior da família e a maneira como esses brasileiros dialogam com o novo contexto cultural. Para tanto, adotei como campo empírico a cidade de Hamamatsu, na província de Shizuoka, conhecida por ter a maior concentração de brasileiros vivendo no Japão.

Sendo antropólogo, e adotando um escopo de análise diferenciado – o da família e do parentesco –, pude encontrar uma ampla variedade de agenciamentos ou reordenações familiares para dar conta de famílias que estão distendidas em dois países. No meio dessas reordenações, é possível observar várias questões referentes à educação dos filhos desses brasileiros vivendo no Japão, gerando sérias implicações sociais debatidas à exaustão pelos órgãos oficiais, associações e organizações não governamentais de Hamamatsu. Precisamente por não ser o meu foco de análise no doutorado, pude observar – como alguém de “fora” da discussão política sobre Educação – algumas das nuances que percorrem os projetos de vida de várias dessas famílias brasileiras; e que implicam em refletir sobre alguns dos dilemas e projetos de vida desses brasileiros quanto às maneiras como entendem a educação de seus filhos em contínuo fluxo entre Brasil e Japão.

O Contexto cultural particular de Hamamatsu

Este artigo tem como objetivo primeiro estudar as famílias de decasséguis vivendo no Japão, com uma metodologia capaz de abordar as microdinâmicas sociais que nem sempre são perceptíveis nos estudos tradicionais. Usando a ideia de campo denso (GEERTZ, 1989), tenho como objetivo compreender, através das categorias nativas do campo, as práticas de significação da experiência de vida desse grupo neste contexto cultural particular, compreendendo as dificuldades inerentes a uma pesquisa em Antropologia Urbana (MAGNANI, 2002, 2003, 2005).

Através da permanência e do convívio entre famílias de decasséguis, pude observar suas atividades cidadinas no dia a dia — seja no trabalho, nos momentos de lazer, no ambiente familiar, etc. A observação participante, em uma cidade japonesa com grande concentração de brasileiros, revelou-se importante para captar as maneiras como essas pessoas dialogam com o entorno; no caso, um contexto cultural bastante particular. Assim como identifica Magnani, que com o estudo das cidades e da metrópole as fronteiras físicas e geográficas são mais borradas do que nunca, percebi em Hamamatsu a existência de um campo extremamente móvel, exigindo a necessidade de acompanhar os vários circuitos urbanos dos brasileiros na cidade (MAGNANI, 2002, 2003, 2005). Em tais circuitos, pude acompanhar os decasséguis em várias outras dimensões, que não a fábrica, objeto de estudo já amplamente debatido e discutido na literatura acadêmica.

Adotei como campo Hamamatsu, na província de Shizuoka, cidade conhecida por abrigar o maior contingente² de brasileiros vivendo no Japão nos dias de hoje. Quando de minha permanência na cidade, entre junho de 2010 e março de 2011, Hamamatsu tinha 16 mil³ brasileiros na cidade, perfazendo o maior número dentre os estrangeiros. De acordo com as estatísticas da própria cidade, os decasséguis brasileiros foram atraídos, inicialmente em 1989, pelas indústrias

nos arredores; entretanto, nos dias de hoje, a cidade é conhecida por possuir lojas, escolas, bancos, restaurantes e demais estabelecimentos brasileiros. Fixando-me em Hamamatsu, pude não só criar uma ampla rede de informantes brasileiros, japoneses, americanos e peruanos na cidade; como também atuar em duas instituições⁴, como voluntário no ensino de inglês para adolescentes e adultos brasileiros na cidade, buscando, assim, compreender as dificuldades reais dos brasileiros em suas várias dimensões.

A presença brasileira em Hamamatsu é visível em toda uma infraestrutura do governo local, encontrando-se placas de sinalização em japonês e português, sem contar os inúmeros serviços públicos da cidade que são oferecidos nos dois idiomas, sendo para alguns um exemplo de sucesso na recepção de populações estrangeiras no Japão. Em contrapartida, justamente pela grande quantidade de serviços prestados em português, pude verificar em campo que a maioria dos brasileiros residindo na cidade não fala o idioma japonês nem em nível básico, aspecto observável em entrevistas informais com brasileiros e japoneses e no próprio convívio com essas pessoas diariamente. A não proficiência dessa população no idioma japonês constitui objeto de estudo não apenas de organizações não governamentais e da prefeitura local, como também do Instituto Nacional de Língua Japonesa, que realizou em setembro de 2010 uma pesquisa sobre o nível de entendimento de japonês por parte da população estrangeira na cidade.

Nota-se, já nesse momento, que o relativo domínio do idioma local é um importante fator de clivagem e determinante nas próprias relações sociais entre brasileiros e japoneses, delimitando diferentes circuitos e atividades. Aspecto verificável em grande número de estudos sobre outros fluxos migratórios no mundo todo, à primeira vista é factível sugerir que em Hamamatsu seria possível viver em solo japonês com um pequeno conhecimento do idioma, contanto que amparado por inúmeras redes sociais, pelo suporte do governo e de instituições locais. Esta questão encerra as atividades sociais de brasileiros na cidade (KAWAMURA, 2003) e cria o que os meus próprios entrevistados relatam da “sensação de que brasileiros não se misturam” nem com japoneses, e tampouco com outros grupos migratórios residindo em Hamamatsu. O sentimento de brasilidade, ou a vontade de manutenção da cultura de origem, que afloram nesse contexto cultural diferenciado (LESSER, 2000, 2003), mostram claramente que, em meio a esta infraestrutura para receber brasileiros no Japão, as contingências e preocupações que surgem na cidade são diversas, evidenciando a diferença de *historicidades* entre as comunidades nikkeis no Brasil e os brasileiros vivendo no Japão (KEBBE ; MACHADO, 2007).

Projetos alternativos, novas contingências

A questão da ausência dos pais ou de outros parentes numa família transnacional (BRYCESON; VUORELLA, 2002; MACHADO; KEBBE; SILVA, 2008) torna-se fator crucial nas “relacionalidades” (CARSTEN, 2004), ou agenciamentos que são feitos dentro da família. Para permanecerem unidas, as famílias

transnacionais são confrontadas com o paradoxo de separarem os seus membros em mais de um país. Muito além das questões econômicas e financeiras, que certamente são ponto integrante do projeto de emigrar, ou não, a família inteira para o Japão, não podemos deixar de perceber o papel que as crianças assumem nessa equação: Onde criar? O país receptor oferece serviços adequados de saúde, educação, segurança, etc.? Como fica a estrutura familiar, se avós, pais, tios, irmãos, filhos e netos estão distendidos dessa maneira? Mostrarei, a seguir, casos que ilustram como famílias em Hamamatsu criam agenciamentos, e contornam, assim, a distância entre os dois países.

Lembro-me que uma de minhas primeiras entrevistadas já refletia sobre o seu papel de mãe em Hamamatsu, pois seu filho morava com a avó no Brasil. Tendo já escrito a respeito (SILVA 2011a), relatarei apenas um dos inúmeros exemplos encontrados em Hamamatsu: o caso de Fernanda⁵, mãe solteira de 23 anos de idade, terceira geração.

Originária de Presidente Prudente, Fernanda foi pela primeira vez ao Japão, aos quatro anos de idade, acompanhada da mãe. Com tudo preparado pelo pai, que fora antes para trabalhar como decasségui, Fernanda aprendeu a falar português em sua nova casa no Japão e iniciou formalmente os seus estudos aos seis anos de idade em uma escola japonesa, sendo um dos vários casos de brasileiros bilíngues residentes na cidade. Integrando o que podemos chamar de família transnacional, por possuir seus membros distendidos em mais de um país, Fernanda esteve em fluxo entre Brasil e Japão por cinco vezes, sempre estando um membro da família em cada país para garantir exatamente essa estrutura familiar “transnacional”.

Durante as idas e vindas, e sofrendo uma série de problemas familiares nos dois países, Fernanda teve a educação formal interrompida por várias vezes, o que a faz pensar, até os dias de hoje, sobre o quanto isso pode ter interferido em sua vida atual. Ela me procurou, pouco antes de meu retorno ao Brasil, para que eu a ajudasse com a indicação de um professor de inglês, considerando que apenas com o aprendizado desse idioma teria chance de garantir um bom emprego no Brasil: “lá eu não vou usar o japonês pra nada”.

Mãe de um filho em idade escolar, Fernanda voltou para o Japão aos 21 anos de idade, como decasségui, para tentar reunir a sua família novamente, e foi viver em Hamamatsu com o pai e o irmão, buscando levantar fundos para com o fruto de seu trabalho manter uma educação de qualidade para seu filho único no Brasil. Evitando assim o histórico que marcou a sua própria educação fragmentada, Fernanda distendeu a família e se separou de seu filho pequeno, mantendo, paradoxalmente, a família unida.

Entretanto, ela sofre a dor da distância e da saudade de seu filho pequeno — atenuada pelo uso constante da internet para a comunicação com a mãe no Brasil —, e considera que está perdendo uma fase crucial não só de sua própria vida como mãe, mas também o momento de crescimento de seu filho, não sabendo de que forma isso poderá afetá-lo no futuro. Fernanda reconhece ser ausente no acompanhamento dos estudos de seu filho, tarefa que cabe temporariamente à

avó. Pouco antes de me despedir, fui com ela a uma loja de brinquedos, no centro de Hamamatsu, para ajudá-la a escolher um quebra-cabeça para o seu filho — um dos eventuais presentes que ela sempre envia ao Brasil; além das remessas constantes, que, juntamente com a internet, mantêm o “funcionamento” de sua família.

Por ter alta proficiência em japonês, e também por falar português, ainda que de maneira precária, Fernanda assume o papel de tradutora junto à sua família e amigos próximos. Mesmo por conta de sua educação fragmentada, ela ainda tem o que muitos brasileiros em Hamamatsu não têm: o domínio do idioma japonês. Isso a coloca como tradutora e nó em uma rede social bastante específica, sempre ajudando aqueles que pedem e seguindo uma hierarquia de prioridades: parentes próximos > parentes distantes > melhores amigos > amigos > trabalho. Observei a existência em Hamamatsu de várias outras pessoas com o mesmo perfil, denotando, assim, um papel específico que os mantêm como mediadores na comunidade.

Ao ser questionada sobre os possíveis “problemas” que enfrenta ao viver distante do filho e de sua educação fragmentada, Fernanda percebe claramente que é um dos melhores agenciamentos possíveis que ela pôde fazer para garantir a união familiar, diante de todas as contingências que surgem para gerir uma família em dois países. Ela assim o faz, e paga as suas contas tanto no Japão quanto no Brasil, apesar de alterar seriamente um projeto familiar tradicional e, ainda mais, alterar a relação entre mãe-filho. Segundo ela, essa lógica própria não confronta de maneira alguma com todos os discursos oficiais e de organizações não governamentais envolvendo os “problemas das famílias de brasileiros em Hamamatsu”; discursos esses que a deixam revoltada, pois diante da facilidade da migração entre Brasil e Japão e com a contínua existência de pelo menos um membro da família vivendo em cada país, sua decisão é acertada. Temporária, mas acertada.

Notamos, no entanto, o quanto a ausência dos pais dentro de casa influencia na educação e formação das crianças em Hamamatsu, de maneira sem precedentes, existindo até pouco antes da minha chegada ao Japão, a presença de gangues de brasileiros na cidade, como me informaram alguns entrevistados. Organizações não governamentais e também grupos, como a *Shidokan Kodama Dojo* e a Igreja Universal do Reino de Deus/IURD—Hamamatsu, buscam retirar os jovens das ruas, com rondas e programas de atividades específicas para a juventude; sendo que os indivíduos atendidos são, em alguns casos, adolescentes não matriculados nas escolas, com tempo ocioso, ou então, sem a presença dos pais dentro de casa. Segundo a Associação Brasileira de Hamamatsu, por conta das longas jornadas de trabalho e dos turnos diferenciados nas fábricas, é crescente o número de problemas legais envolvendo as famílias de brasileiros — em especial quanto ao número de divórcios, ou então, com a explosão de uma plasticidade nos agenciamentos familiares, até então nunca vistos.

Como informaram alguns entrevistados, muitos pais permanecem fora de casa o dia todo, nas indústrias; existem também os casos de pais que trabalham

em turnos alternados, surgindo situações de marido e mulher que não conseguem se encontrar, durante o dia, aspectos estes que oferecem impasses quanto ao cuidado dos filhos. Diante das necessidades financeiras e das próprias exigências do trabalho, observamos, então, o quanto o ambiente familiar e a ausência dos pais interferem na educação das crianças. Como exemplo, temos o caso de Mariana, 28 anos, não descendente de japoneses e - outro dado importante — que não fala o idioma japonês, o que restringe, evidentemente, os círculos e circuitos sociais dela própria e de sua filha.

Com uma filha pequena, e após enfrentar uma complicada separação, Mariana tinha pelo menos dois empregos, um em Hamamatsu e outro em Nagoya, sendo que os rendimentos eram destinados a cobrir as despesas pessoais, dívidas e a educação da criança. Com o intuito de minimizar as dificuldades dentro de casa em relação à educação da filha, bem como graças às facilidades da infraestrutura para receber brasileiros de Hamamatsu, Mariana achou ser melhor matriculá-la em uma escola brasileira, dadas as diferenças gritantes não apenas no sistema de ensino japonês, como o próprio comportamento, educação corporal, etc. Segundo ela, sua filha é “agitada demais para uma escola japonesa”; contudo, o fato de a mãe não dominar o idioma também pode ser pensado como uma variável importante no cálculo de *onde* matricular a filha.

A mesma percepção ocorre com funcionárias de uma escola brasileira, cujos filhos estão todos matriculados na mesma instituição em que trabalham. Como pude verificar, em entrevistas com as coordenadoras e professoras, apesar do alto custo, os pais das crianças que optam pelas escolas brasileiras podem ficar ausentes durante a maior parte do dia, enquanto seus filhos são amparados pelas “tias” e “professoras”, que se desdobram no cuidado de vários alunos e suprem, de forma temporária, os papéis de mãe e pai momentaneamente ausentes. Em contrapartida, segundo as mesmas coordenadoras e professoras, a ausência dos pais no auxílio e no acompanhamento da educação dos filhos cria uma carência que elas nunca observaram no Brasil: com a explosão de parentes ausentes, surge também uma reação afetiva nas crianças que também deve ser considerada. Sejam pais e filhos separados entre Brasil e Japão, sejam pais e filhos separados na mesma cidade, o “fenômeno decasségui” adentra na família desses brasileiros com inúmeras forças. Veremos, a seguir, uma breve discussão sobre as diferenças, dilemas e agenciamentos dessas famílias de brasileiros vivendo em Hamamatsu, tendo como eixo as diferenças de escolas e a barreira do idioma.

Escolas japonesas, educação fragmentada e filhos tradutores

Quanto aos principais problemas das crianças e adolescentes brasileiros em Hamamatsu, apontados pelas instituições oficiais e organizações não governamentais, é importante ter em mente as diferenças de ensino e aprendizado nas escolas brasileiras e japonesas, tema este discutido com mais propriedade por vários outros estudiosos. Das barreiras iniciais, ao adentrar numa escola

japonesa, não podemos nos esquecer da recepção de um aluno estrangeiro que não domina ou domina parcialmente o idioma do país receptor, gerando um impasse duplo na avaliação do nível de aprendizado: além da avaliação individual de cada aluno que responde diretamente ao programa de ensino local (com suas diferenças e incompatibilidades em relação ao Brasil), como educar um aluno que não entende a língua falada em sala de aula?

Como, no Japão, o nível de aprendizado escolar é embasado no ano de idade escolar, pude observar em campo que indivíduos que iniciaram seus estudos em escolas japonesas desde muito cedo, possuem não só um rendimento e aprendizado diferentes dos demais brasileiros em outros casos; como acabam assumindo papéis distintos no interior da família, mostrando mais uma inflexão do movimento migratório na constituição da família. Numa variante que pude encontrar em Hamamatsu, deparei-me em alguns momentos com brasileiros que, educados desde muito cedo em japonês e “à japonesa”, não sabem o português ou o falam com relativa dificuldade, além de sua própria postura corporal os colocar mais como japoneses, do que como brasileiros. Nesse sentido, encontrei dois adolescentes brasileiros que falam, vestem-se e portam-se como adolescentes japoneses; conforme me explicou a mãe deles, o fato de os pais serem bilíngues leva os filhos a recusarem o aprendizado do idioma português dentro de casa. Outros casos similares envolvem adultos que se desprenderam completamente do uso do português, dos hábitos e prenomes brasileiros dentro de casa, não carregando consigo nenhum vínculo ou interesse de retorno ou visita aos parentes deixados no Brasil, como estratégias ou iniciativas pertinentes ao novo contexto cultural em que estão inseridos. O alto preço pela opção da imigração passa a ser cobrado, seja com o rompimento dos laços com a cultura pré-migratória ou, em casos extremos, com os próprios familiares que estão no Brasil.

Por outro lado, quando os pais não são falantes de japonês, existe o surgimento da “barreira” da língua dentro de casa: assim, ouvi de terceiros o medo de alguns pais em matricular os filhos em escolas japonesas, por não poderem manter a comunicação em casa com os filhos, num futuro próximo. Outra possibilidade é a participação mais ativa dessas crianças e adolescentes matriculados em escolas japonesas, nas tarefas familiares, como tradutores ou mediadores. Nesses casos, e como mais um agenciamento familiar propiciado precisamente por conta da migração, são os filhos que assumem o papel dos pais nas situações de contato com a sociedade japonesa, no dia a dia, ou na prefeitura, no hospital, etc. Eles acompanham, assim, os pais e irmãos em consultas médicas, transformando-se em pivôs nas decisões familiares que envolvem contatos externos. Mesmo tendo a educação fragmentada entre Brasil e Japão — como no caso de Fernanda (e, por isso, sabendo japonês um pouco mais do que os pais e amigos) —, esses indivíduos são amplamente requisitados desde cedo, tomando a posição de nós ou nódulos nas redes sociais em Hamamatsu, fazendo parte, então, mais da *sócio-lógica* local, do que na configuração de um “problema”.

Escolas brasileiras e a “barreira” do idioma

Devido à infraestrutura particular da cidade de Hamamatsu, à não proficiência dos pais no idioma japonês e às variadas contingências com que têm de lidar diariamente por conta das longas jornadas de trabalho, para muitos dos meus entrevistados uma alternativa viável na cidade consistia em matricular seus filhos em escolas brasileiras, existentes em número expressivo em Hamamatsu. Apesar do alto custo, tais escolas adotam brasileiros como professores que “sabem lidar com as crianças brasileiras”, e seguindo planos de ensino muitas vezes provenientes do Brasil, almejando amortizar, assim, alguns dos dilemas enfrentados pelas crianças, adolescentes e até mesmo professores e outros profissionais de ensino.

Porém, a contratação de tutores não qualificados como professores cria outras implicações de âmbito mais amplo. Além da ausência de acompanhamento dos pais no aprendizado de seus filhos, como em algumas escolas o ensino do idioma japonês não é incentivado, as crianças e adolescentes se encerram em atividades sociais e culturais quase que estritamente “brasileiras”, criando novamente fronteiras nas relações com a sociedade japonesa, salvo alguns casos. Em minhas observações de campo, pude constatar que o contato de adolescentes brasileiros com a sociedade japonesa e outros grupos migratórios de Hamamatsu é fortemente marcado pelo idioma, a saber, japonês, inglês e espanhol.

Como exemplos referentes à criação de agenciamentos por conta do idioma, além dos casos de crianças e adolescentes peruanos que aprendem português para se relacionar com os brasileiros (pois, como me disseram informantes peruanas, “brasileiro não se mistura e não aprende o espanhol”), pude observar que adolescentes brasileiros matriculados também em escolas de inglês possuem outra esfera de inserção, expandindo, assim, seu contato não só com os japoneses que sabem ou estudam inglês, como também aumentando suas redes de amigos, namorados, namoradas, etc. Nesse sentido, saber ou não o idioma deixa de ser somente um “problema”, para também se transformar em estratégia ou agenciamento.

Por fim, segundo coordenadores e membros de organizações não governamentais envolvidos em educação e no intercâmbio cultural, quando ocorre a decisão de não matricular os filhos em escola alguma, por conta do projeto familiar, ou da previsão de rápido retorno ao Brasil, etc., essas crianças e adolescentes passam a ficar a maior parte do dia sozinhos em casa, longe dos pais ausentes por conta do trabalho. Esta situação de parentes ausentes implica, para muitos dos entrevistados, a imersão das crianças e adolescentes em um “círculo vicioso”, marcado pelas dificuldades de adaptação na própria vivência no Japão, revisitando assim as dificuldades e problemas enfrentados pelos próprios pais. Em casos extremos, segundo as autoridades mencionadas, a situação de ausência dos pais em casa e na educação acaba estimulando a marginalização de crianças e adolescentes.

Contudo, tendo em mente as diferenças de escolas, sistemas de ensino e a inflexão do conhecimento ou não do idioma, podemos observar como a infraestrutura única de Hamamatsu oferece às famílias de brasileiros facilidades e novas opções que interferem ativamente nos projetos familiares e nas próprias dinâmicas sociais dentro e fora de casa.

Considerações finais - Nadando contra a corrente

Dada a dimensão de Hamamatsu, tanto em importância política quanto no número da população estrangeira residindo no período de minha estadia, é notável a forte presença de organizações não governamentais e associações japonesas, brasileiras ou mistas, que buscam contornar as implicações enfrentadas nestes vários quadros relacionados às novas gerações de nikkeis vivendo na cidade. Enquanto umas se debruçam nas questões de “integração” ou “intercâmbio cultural” entre a sociedade japonesa e a população brasileira, outras se voltam justamente para contrapor as diferenças inerentes à aprendizagem em sala de aula. Como voluntário do *Grupo Arace*, durante dez meses, pude observar a atenção dos coordenadores em auxiliar as crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizado em escolas japonesas. Sendo todos bilíngues, esses coordenadores atuam como mediadores na complexa relação pai-aluno-escola, buscando como meta encurtar as distâncias e desníveis presentes na educação.

Do outro lado do mundo, no Brasil, as discussões acerca das futuras gerações de nikkeis vivendo no Japão são motivo de acalorados debates e congressos. Se o incentivo e foco na educação foram e têm sido aspectos cruciais na ascensão econômica e social das comunidades nikkeis no país (CARDOSO, 1972), muitos dos descendentes que aqui estão não poupam críticas quanto ao futuro da “comunidade brasileira no Japão”, em especial por conta do “descaso” ou “descuido” dos pais para com os filhos, na Terra do Sol Nascente, o que gera “problemas atrás de problemas”.

Para além da existência, ou não, dos inúmeros “problemas” enfrentados pelos decasségus no Japão (“problemas” entre aspas, particularmente porque alguns dos próprios entrevistados não os encaram como tais, mas apenas como uma consequência ou dispositivo acionado pela migração), os líderes das comunidades nikkeis no Brasil não atentam para as diferentes contingências e preocupações dos brasileiros vivendo no exterior, gerando, muitas vezes, projetos alternativos de vida e de família, que interferem, profundamente ou não, na educação dos filhos e nas gerações futuras.

Como já afirmei em outra oportunidade, os brasileiros vivendo no Japão, descendentes de japoneses ou não, perfazem uma *historicidade* bastante diferente da “trajetória da comunidade nikkei” (KEBBE; MACHADO, 2007), tão amplamente difundida e reinventada com o Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil, celebrado em 2008. Nessa *historicidade* dos decasségus, notamos que o fenômeno migratório cria novos cenários e múltiplas forças que afetam o projeto familiar. Nos casos brevemente apresentados, vemos, por exemplo,

como a particularidade da infraestrutura de Hamamatsu para receber brasileiros, associada às contingências da esfera do trabalho, são apenas dois dos inúmeros aspectos que adentram as famílias de maneira sem precedentes, obrigando-as a se rearranjarem, se reordenarem e repensarem a vida no Japão.

Durante minhas observações de campo, uma pergunta fundamental que eu dirigia a alguns de meus entrevistados, no momento final da conversa, era se eles encaravam tais instâncias e implicações como “problema”, no sentido de identificar sobre o *quê* e *onde* eles alocavam a palavra “problema”. Obtive uma ampla variedade de respostas, mostrando, assim, que existe uma disputa em torno da referida palavra, por instituições oficiais, associações e organizações não governamentais, a qual poderia ser tida, talvez, como estritamente política, enevoando estratégias perfeitamente legítimas em outros contextos culturais.

Como impressões de alguém “de fora”, percebo, portanto, que se faz mais do que necessário o aumento dos estudos sobre os brasileiros vivendo no Japão; mas estudos que atentem justamente para as microdinâmicas sociais que não são vistas à luz de *macroanálises*, uma vez que não compreendemos com precisão quais são os agenciamentos feitos pelas famílias de brasileiros no Japão: uma análise que poderia ser bastante frutífera no entendimento dos problemas educacionais que envolvem as crianças em fluxo. Assim sendo, mesmo depois de mais de vinte anos do surgimento do “fenômeno decasségui”, longe de esgotado, nosso campo continua mais aberto e complexo do que nunca.

Notas

1 - O uso do termo ‘agenciamento’ constitui, na verdade, um desdobramento de vertentes contemporâneas da Antropologia Social no estudo do parentesco. Após os importantes estudos de Schneider (1984), Strathern (1997, 1999, 2006), Wagner (1974) e Carsten (2004), observamos a necessidade de uma revisão crítica das teorias de parentesco na Antropologia Social. Como apontado por Machado (2010) e Machado, Kebbe e Da Silva (2008), tal percepção é igualmente útil na compreensão de famílias que são literalmente atravessadas pelas migrações internacionais, hoje amplamente difundidas e espalhadas pelo globo graças às novas tecnologias de transporte, comunicação (BALDASSAR, 2007) e envio de remessas (CANALES, 2005). Ao trazer os termos “agenciamentos”, “arranjos” e “relacionalidades”, procuramos verificar como essas famílias articulam os seus termos de parentesco sem se prender em definições consolidadas que, em alguns casos, podem até mesmo não corresponder à realidade. Sendo o objetivo das Ciências Sociais elaborar modelos explicativos com base na realidade social (e não o inverso), busca-se captar determinadas nuances do mundo vivido, para então pensar em modelos explicativos para a temática do parentesco, na contemporaneidade. Tais questões são foco e centro de análise da minha tese de doutorado.

2 - Vale notar que Aichi-ken concentra o maior número de decasséguis brasileiros dispersos em toda a província.

3 - É importante ressaltar que pouco antes da crise econômica de 2008, as estatísticas oficiais acerca da população brasileira em Hamamatsu giravam em torno de 20 mil habitantes. Com a crise e o súbito retorno de muitos desses brasileiros, os órgãos públicos, associações e organizações não governamentais de Hamamatsu vêm buscando, até o presente momento, refazer as estatísticas, não apenas com o auxílio do último censo nacional japonês, realizado em outubro de 2010; como também através de um censo exclusivo da população brasileira,

realizado em fevereiro de 2011 pela Prefeitura de Hamamatsu, em conjunto com a Associação de Intercâmbio Cultural Brasil-Japão.

4 - Tendo em mente a prática etnográfica e as técnicas de observação participante, atuei como voluntário nas aulas de inglês para jovens e adultos brasileiros, no Projeto Junto à HICE (Fundação para Comunicação e Intercâmbio Internacional de Hamamatsu), onde também pude presenciar como observador as aulas de japonês para essas turmas. Também fui voluntário da Organização Não Governamental ARACE, acompanhando semanalmente os trabalhos desenvolvidos com crianças brasileiras com dificuldades no aprendizado em escolas japonesas.

5 - Tanto “Fernanda”, quanto “Mariana”, são nomes fictícios, visando assim preservar a identidade das entrevistadas.

Referências

- BALDASSAR, Loretta. Transnational Families and the Provision of Moral and Emotional Support: The Relationship between Truth and Distance. In: *Identities: Global Studies in Culture and Power*, vol. 4, nº 14, p. 385-409, 2007.
- BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla. *The Transnational Family – New European Frontiers and Global Networks, Cross-Cultural Perspectives on Women*. Oxford: Berg Publishers, 2002.
- CANALES, Alejandro. The role of remittances in the transnational family relationships configuration. In: *Papeles de Población*, nº 44, p. 157-158, 2005.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Estrutura Familiar e Mobilidade Social*. Estudo sobre os Japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.
- CARSTEN, Janet. *After Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- KAWAMURA, Lili K. Redes sociales y culturales de migrantes brasileños en la ruta Brasil-Japón: Movimiento y permanencia. In: *Emigración Latinoamericana: Comparación Interregional entre América del Norte, Europa y Japón. JCAS Symposium Series 19*, Osaka: The Japan Center for Area Studies, 2003.
- KEBBE, Victor Hugo M.; MACHADO, Igor J. R. Kasato Maru – Mito do Sucesso da Imigração Japonesa, Dekasseguis e o Sonho da Comunidade Nikkei. In: *Anais do 32º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu: ANPOCS, 2007.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- _____. *Searching for Home Abroad – Japanese Brazilians and Transnationalism*. Durham & London: Duke University Press, 2003.
- MACHADO, Igor J. R.; KEBBE, Victor Hugo M.; DA SILVA, Cristina R. Notas sobre a Família Transnacional. In: *REMHU*, Brasília, v. 16, nº 30, p. 79-99, 2008.
- MACHADO, Igor J. R. Reordenações da casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. In: *Etnográfica*, Lisboa, v. 14, nº 1, p. 5-26, fev. 2010.
- MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, nº 49, p. 11-29, jun. 2002.

- _____. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. In: *Tempo social*, São Paulo, v.15, nº 1, p. 81-95, abr. 2003.
- _____. Os circuitos dos jovens urbanos. In: *Tempo social*, São Paulo, v.17, nº 2, p. 173-205, nov. 2005.
- SCHNEIDER, David. *A Critique of the Study of Kinship*. Michigan: University of Michigan Press, 1984.
- SILVA, Victor Hugo M. K. Brazilian Family in Japan: Building Kinship. In: *International Bulletin of the Shizuoka University*. Shizuoka: Shizuoka University, 2011a.
- _____. “Considerações sobre a comunidade Nikkei brasileira no Japão”. In: The Japan Foundation Wochi Kochi Magazine – *Relay Essay*, nº 7, <http://www.wochikochi.jp/relayessay/2011/03/007.php>, 2011b.
- STRATHERN, Marylin. Entre uma melanesianista e uma feminista. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 9, nº 8, p. 7-49, 1997.
- _____. Entrevista – No limite de uma certa linguagem. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, p. 157-175, 1999.
- _____. *O Gênero da Dádiva – Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- WAGNER, Roy. *The Invention of Culture*. New Jersey: Prentice Hall, 1974.
- YAMAMOTO, Lúcia E. Brazilian families in a transnational context: Brazil, USA, Japan. In: *REMHU*, Brasília, ano XVI, nº 30, p. 147-163, 2008.

RESUMO

Caracterizadas na Antropologia Social contemporânea como “famílias transnacionais”, precisamente por serem constituídas por membros vivendo separados em mais de um país, as famílias decasségui vivem um paradoxo e são ainda pouco estudadas na Antropologia a partir de uma perspectiva diferenciada que compreenda as microdinâmicas sociais. Este artigo propõe uma breve discussão acerca das famílias de decasségui enquanto famílias transnacionais, focando nas reordenações familiares e nos dilemas enfrentados pelas crianças nipo-brasileiras que vivem na cidade de Hamamatsu, Japão.

Palavras-chave: família transnacional; decasségui; crianças.

ABSTRACT

Characterized in contemporary Anthropological Theory as “transnational families” precisely for being constituted of members living apart in more than one country, dekasegi families live with a paradox and are still little studied in Anthropology from a differentiated perspective encompassing social micro-dynamics. This article proposes a brief discussion regarding the dekasegi families as transnational families, focusing on the family reorganizations and the dilemmas faced by the Japanese Brazilian children living in Hamamatsu city.

Keywords: transnational family; dekasegi; children.

Revitalização linguística do japonês no Brasil

A atuação dos retornados brasileiros do Japão como professores de língua japonesa

*Leiko Matsubara Morales **

Considerações iniciais¹

Há cerca de duas décadas, diversos artigos jornalísticos das empresas *São Paulo Shinbun* e *Nikkei*² ressaltam a questão do declínio da competência linguística dos descendentes de japoneses. Tal percepção não é um fato novo, pois já vinha sendo objeto de ampla discussão em diversos simpósios sobre o ensino de língua japonesa no Brasil (ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO, 1979 e 1982).

No que se refere ao ensino de língua japonesa no país, a Segunda Guerra Mundial constitui um divisor de águas. No período pré-Guerra, predominava o monolingüismo japonês, por conta da condição em que estavam assentados os imigrantes, como trabalhadores rurais, sem acesso à escola brasileira e com a ideia de voltar ao Japão. Já no pós-Guerra, inicia-se o período de bilingüismo, com a inserção cada vez maior dos descendentes na escola brasileira e com a língua japonesa passando para a condição de língua de herança (MORIWAKI, 1998 e 1999). Assim, a própria denominação das escolas japonesas de *nihongakkô* (literalmente, escolas japonesas) passou para *nihongogakkô* (escolas de língua japonesa), ganhando contornos cada vez mais instrumentais e culturais da língua, na tentativa de transmiti-la aos descendentes.

* Docente da Universidade de São Paulo, Departamento de Línguas Orientais, Área de Língua e Literatura Japonesa.

Nas *nihongogakkô*, o ensino se baseava na vivência diária e não na gramática, nem na conversação. Essas instituições de ensino cumpriram função diferente das escolas brasileiras ao desenvolver atividades culturais japonesas, além de incentivar aulas de música e canto. Muitas vezes, as atividades culturais eram conduzidas por pais e mestres, havendo, ainda, mobilização de toda a associação japonesa local. Essa situação era ideal para o desenvolvimento do bilinguismo, já que havia dois domínios distintos em duas línguas e culturas diferentes, de modo que as crianças aprendiam ambas as línguas pela vivência. Nos finais de semana, as crianças tinham a oportunidade de encontrar todos os membros da comunidade para atividades culturais, esportivas e recreativas. Esse panorama permaneceu até finais da década de 1980.

Para compreender o funcionamento das *nihongogakkô*, tomamos emprestado o conceito de ‘comunidade de prática’, de Lave e Wenger (1991), bem como as definições de Eckert e McConnell-Ginet (1992):

Um agregado de pessoas que se unem em torno de um engajamento num esforço coletivo. Maneiras de fazer as coisas, maneiras de falar, crenças, valores, relações de poder; em suma, práticas que emergem no decorrer desse esforço mútuo (1992, p. 464). (Tradução nossa).

A existência das *nihongogakkô* era crucial e indispensável para a permanência da comunidade; as escolas eram importantes lugares de convivência, reunindo gerações. Ainda conforme Lave e Wenger, a existência da escola é, entre outras coisas, o resultado de um esforço coletivo dos membros da comunidade que partilham valores e crenças.

Nesse contexto, a figura do professor de japonês era importante, já que teoricamente seria uma força propulsora para o bom andamento da escola. Contudo, ele nem sempre era reconhecido profissionalmente, entre outros motivos, porque o seu empenho ficava diluído no meio dos trabalhos voluntários dos membros da comunidade.

Para o bom êxito das *nihongogakkô*, havia um firme tripé de sustentação: a participação dos pais, dos professores e dos próprios alunos. Esse apoio começa a desmoronar com a integração cada vez maior dos descendentes à sociedade brasileira e com a conseqüente perda linguística, intensificada pelo movimento migratório decasségui, que, num primeiro momento, causou o êxodo de isseis³, e, a seguir, de descendentes nisseis⁴ e sanseis⁵ para o Japão (décadas de 1980 e 1990, respectivamente).

Comparando os dados numéricos, a estimativa de crianças brasileiras na faixa de 0 a 14 anos registradas nas cidades japonesas em 1990 era de 2.682; sendo que em 1992, esse número tinha subido para 12.682. A explicação é que, em junho de 1990, foi promulgada a reforma da Lei de Imigração Japonesa, fato que desencadeou a entrada de brasileiros, acompanhados de suas famílias (YAMAMOTO, 2001 e URANO, 2002). Desde então, vinte anos se passaram, e a

crise gerada pela quebra do banco Lehman Brothers, em 2008, forçou o retorno de brasileiros, trazendo à tona suas vulneráveis condições de trabalho. Cerca de 70 mil pessoas retornaram em 2010, das quais, até o final do mês de março do mesmo ano, 20.693 usaram o subsídio de ajuda oferecido pelo governo japonês para o retorno ao país⁶. Nesse contexto, explica-se o aumento de retornados adultos jovens na companhia de seus pais, estes muitas vezes com idade para se aposentar. Alguns desses jovens alegaram também problemas na continuidade dos estudos, preferindo fazer o curso superior no Brasil.

Perfil dos professores e língua de aquisição

Fazendo um breve retrospecto histórico, em 1963, 56% dos professores eram nativos que tinham chegado ao Brasil no período pré-Guerra, 36% eram nativos do pós-Guerra, e 5,1% eram nisseis, grupo este formado exclusivamente de mulheres. Na época, o universo de professores de japonês era de 336 pessoas, enquanto o de alunos era de 14.829 (FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO JAPONÊS NO BRASIL, 1966). Em 2004, essa realidade já se configurava de maneira diferente, com cerca de 1.200 professores e 20.000 alunos (FUNDAÇÃO JAPÃO, 2006). Há, no entanto, uma diferença qualitativa, se compararmos a época atual com a década de 1960, quando a esmagadora maioria dos professores conduzia as aulas em sistema de classes multisseriadas, com crianças de faixas etárias e nível de conhecimento linguístico diversos, com funcionamento diário nos dois períodos alternativos à escola brasileira - o que pressupõe uma jornada longa de trabalho, além das atividades culturais e recreativas que se estendiam até nos finais de semana.

A despeito das mudanças trazidas pelo tempo, esse tradicional costume permanece nas *nihongogakkô*, e a comunidade espera participação dos professores. De modo geral, atualmente, há maior flexibilização nos horários e opções diversificadas de instituições de ensino; porém, isso só ocorre em grandes capitais como São Paulo, visto que no interior, as mudanças são lentas.

Apresentamos, a seguir, o perfil dos professores, segundo a ascendência (tabela 1) e formas de aquisição da língua, para ilustrar a predominância de nativos e descendentes (tabela 2).

Tabela 1

Ascendência do professor		
Mestiços	1	0,1%
Não descendentes	13	2%
Não especificado	43	7%
Nativos e descendentes	587	91%
TOTAL	644	100%

Fonte: CBLU / Centro Brasileiro de Língua Japonesa – Guia Escolar 2004

Tabela 2

Tipo de aquisição da língua japonesa		
Língua de Herança (descendentes; japonês como L2 ⁷ em comunidade)	257	41%
Primeira língua (L1) ⁸ (nativos japoneses)	248	40%
Não Especificado	97	15%
Língua Estrangeira	20	3%
Retornados brasileiros (<i>kikokushi</i>)	4	1%
TOTAL	626	

Fonte: Centro Brasileiro de Língua Japonesa – Censo para certificação de Professores 2004-2005.

Podemos dizer que, até o ano de 2004, o perfil predominante ainda era de nativos e descendentes (91%). No caso dos descendentes, a aquisição da língua foi por meio natural, como língua de herança (LH⁹), em casa ou na comunidade, e não como LE¹⁰. No referido ano, os professores retornados constituíram apenas 1% do total, mas esse número vem crescendo, como se pode observar no quadro a seguir:

Tabela 3 – Perfil dos inscritos no Curso de Formação de Professores de Língua Japonesa do CBLJ - Centro Brasileiro de Língua Japonesa (2006 a 2010).

Geração	2006	2007	2008	2009	2010
Isseis (<i>old comers</i>) ¹¹	2	3	4	3	2
Nisseis	2	4	5	5	5
Sanseis	2	2	2	2	5
<i>Yonseis</i>	1	0	0	0	0
Não-descendentes	1	1	1	0	0
<i>New comers</i> ¹²	2	0	0	0	0
Retornados	3	2	3	1	5
Não respondidos			1	2	1
Total	13	12	16	13	18
Decasséguis			1	4	2

Fonte: Centro Brasileiro de Língua Japonesa (2010)

Tipos de aquisição de língua e possíveis feitos didáticos

Em escala mundial, de acordo com os dados da Fundação Japão (2006), 29,8% dos professores de japonês eram nativos; em 2004/2005, a porcentagem de professores no Brasil era de 40% e, se somados os descendentes, cuja maioria havia adquirido o japonês na forma de aquisição natural, chegava-se a 81% do total. Muito erroneamente, acredita-se que a fluência de um nativo garante um bom profissional de LE, mas é imprescindível que sejam desenvolvidas habilidades didáticas por parte de tais professores. Desses, muitos acreditam poder transferir

a sua própria experiência de aprendizado ao exercício da docência, sem terem de passar por cursos de desenvolvimento de habilidades que gerem reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem de LE.

Comunidade de professores de japonês do Brasil

Ao esmiuçar a comunidade, vemos que, *grosso modo*, os nativos *old comers* (isseis) e, algumas vezes, os descendentes (nisseis e sanseis), eventualmente, usam de forma indiscriminada a variedade linguística *Koroniago*¹³. Por outro lado, os descendentes bilíngues fazem *code-switching*¹⁴ em sala de aula, e também produzem “erros” interlinguísticos. Ocorrências desse tipo também podem ser observadas nos professores não descendentes (MORALES, 2009). Não questionamos o valor das variedades linguísticas em si; mas salientamos a necessidade de reconhecê-las nas dimensões intra e interlinguísticas, com o intuito de que o professor – como um bom profissional de ensino de LE e/ou L2 – saiba empregá-las, visando a um melhor efeito comunicativo em situação real, além de orientar os alunos sobre o cumprimento da função social da linguagem, para que eles não sejam estigmatizados pelo uso de determinadas variedades em contextos diferentes.

Método de coleta

Realizamos entrevistas qualitativas com três informantes, em situação de informalidade, que foram gravadas em IC *recorder* e, posteriormente, transcritas. Para obter maior entrosamento entre os participantes da pesquisa, no sentido de coletar dados mais espontâneos, pedimos que as informantes P2 e P3 comparecessem juntas à entrevista, e P1 viesse sozinha, pois ela já conhecia a entrevistadora, de quem havia sido aluna. Todas as entrevistas foram feitas em um café, em clima de descontração. Quanto à avaliação da competência linguística, não lhes foi aplicado nenhum tipo de prova ou teste de língua; baseamo-nos em depoimentos individuais de autoavaliação para evitar constrangimento e, ao mesmo tempo, poder medir o nível de percepção que cada uma tinha sobre suas habilidades linguísticas.

Perfil das informantes

Não foi nosso objetivo fazer qualquer distinção de gênero, mas, coincidentemente, somente as mulheres atenderam à nossa solicitação. São três jovens com idade entre 22 e 27 anos, com períodos similares de permanência no Japão, mas com diferenças em relação à idade quando da ida ao Japão e ao apoio recebido pelas respectivas famílias. Todas elas trabalhavam, no momento da entrevista, como professoras de japonês em diferentes instituições da cidade de São Paulo.

Em destaque, itens que julgamos importantes do ponto de vista da formação bilíngue e que apresentamos no quadro-sinopse:

	Geração	Idade atual	Permanência no Japão (anos)	Idade de ida ao Japão	Formação acadêmica	Motivação para estudo da língua portuguesa	Tempo de retorno ao Brasil: Ago/2010
P1	<i>yonsei</i> (4ª geração)	23	12	3	2º. Ano de Letras	cursinho mãe e irmã	há 8 anos
P2	<i>sansei</i> (3ª geração)	22	11	4	formada em economia	aulas de reforço, cursinho, amigos	há 7 anos
P3	Mestiça	27	15	8	supletivo completo no Japão	2 gestações e o crescimento dos filhos	há alguns meses

Tabulação nossa.

Modo de aquisição das línguas

Relativamente ao modo de aquisição das línguas, cabe destacar alguns pontos: P3 foi a informante que passou mais vezes por mudanças de ambiente linguístico, e teve menos assistência da família durante o “período crítico”¹⁵. Seu histórico de transição revela que aos 8 anos foi levada pela primeira vez ao Japão, quando ocorre a mudança do idioma português para o japonês; a segunda mudança foi aos 11 anos, ainda no Japão, quando foi transferida para a escola brasileira, onde só se falava português; nova mudança acontece aos 15 anos, quando voltou temporariamente ao Brasil; a quarta e última mudança foi aos 27 anos, ocasião em que voltou definitivamente ao Brasil. É certo que mudanças linguísticas podem até ser um fator positivo na vida de uma pessoa, desde que ela tenha assistência e acompanhamento da família e da escola; porém, no caso em estudo, P3 conta que passou por maus tratos na escola japonesa (*ijime*) e teve um período de silêncio (cuja duração não soube precisar), durante o qual não conseguia se comunicar com professores ou colegas.

O impacto negativo das mudanças linguísticas pode ser menor, se elas ocorrerem em idade mais tenra. Foi o que aconteceu com P1 e P2, que não sentiram nenhuma dificuldade nas creches japonesas. Aliás, estudos feitos no Japão salientam que as creches daquele país são espaços que propiciam maior integração social (KAWAMURA, 1995). Trata-se, contudo, de uma situação de bilinguismo subtrativo, uma vez que no ambiente das creches, a criança será monolíngue em japonês, em detrimento do português, sua L1. De fato, quando as informantes voltaram ao Brasil, tiveram de estudar o português como se fosse uma LE. Para que ocorresse um ensino bilíngue, seriam necessárias políticas públicas de manutenção da L1 das crianças. Poucos pesquisadores, como McMahill (2010), destacam a importância do ensino da língua portuguesa nas escolas japonesas.

Aportes teóricos para esta pesquisa

Do ponto de vista da aquisição de LE, diversos trabalhos discutem os efeitos do ambiente linguístico para se obter uma melhor aquisição da língua-alvo: o ensino em sala de aula e em ambiente natural, assim como a importância de ter os dois ambientes (MORIYAMA et al., 2008). Diversos trabalhos nesse sentido foram discutidos na década de 1980, como por exemplo: Krashen (1982); Pica (1983); Long (1980); e Lightbown (1983). Há ainda fatores sócio-históricos, geográficos, emocionais, linguísticos e culturais. O fato é que a inserção das crianças em processo de migração desencadeia uma série de estratégias para a sua adaptação em um novo ambiente linguístico e cultural, não só de ordem linguística, mas também psicológica; e nem sempre os professores de escolas normais que estão em contato com essas crianças, possuem conhecimento de ensino como LE.

Cabe esclarecer que para realizar a referida pesquisa, é legítimo buscar apoio em estudos de Cummins (1987 e 1991) com filhos de imigrantes no Canadá, dentro do contexto escolar do país-hospedeiro. Esse autor estabeleceu uma diferença entre as noções de BICS (*Basic Interpersonal Communicative Skills*) e de CALP (*Cognitive Academic Language Proficiency*), durante o processo de adaptação linguística em contexto de migração. A primeira trata da linguagem interpessoal e a conversação do dia a dia para resolver questões do cotidiano; enquanto a segunda constitui a linguagem acadêmica específica para ser usada em assuntos da escola, e trata de procedimentos intelectuais que propiciarão o desenvolvimento cognitivo da criança. Segundo observações empíricas, o citado pesquisador constatou que no que se refere à BICS, leva-se de dois a três anos para a criança adquirir em contato com o novo ambiente linguístico; enquanto em relação à CALP, a criança pode levar de cinco a sete anos para se desenvolver como um nativo (CUMMINS, 1980). Ou seja, se uma criança é deslocada do seu contexto linguístico e passa a usar uma língua diferente, é preciso que os adultos ao seu redor tenham compreensão desses conceitos e percebam que nem sempre as duas competências caminham lado a lado; além de também ser necessário evitar comparar a criança com monolíngues da mesma faixa etária, respeitando-se, assim, o tempo de que elas necessitam para chegar a um nível linguístico condizente e esperado.

Estágio de bilinguismo das informantes

Segundo as informantes P1 e P3, o japonês é a língua dominante, já que elas preferem ler textos jornalísticos e/ou dissertativos nessa língua; porém, em alguns casos, dependendo do nível de familiaridade com o assunto, elas chegam a usar 'estratégias de comunicação', como o empréstimo de expressões em língua portuguesa, como veremos adiante. P2 considera-se fluente nas duas línguas e não incide em alternância de código linguístico. Entre as informantes, ela é a única que preserva o discurso formal, usando adequadamente o marcador de polidez (*desu* e *masu*), atuando em situações sociolinguísticas e interpessoais.

Redes de apoio

Mapeamos as redes de apoio de modo a evidenciar a assistência da família, marcando, assim, as condições de estudo e recursos materiais e pessoais que ficaram disponíveis para as informantes, ao longo da vida escolar no Japão e no Brasil.

	Teve motivação para o estudo da língua portuguesa?	Material de Apoio	Escolas especiais	Meios de superação	Influências
P1	Sim, pois sempre queria voltar a morar no Brasil, mas as críticas negativas dos parentes foram bastante contundentes.	Livros que a sua tia, professora de uma escola pública, conseguiu providenciar para estudar.	4 anos de cursinho, que a ajudaram a gostar de estudar, facilitando-lhe o entendimento do conteúdo.	Amigos do colégio ajudavam na prova. Incentivo da família, por meio de apoio psicológico e também custeio do cursinho.	Parentes e pais
P2	Não muito; a vontade de estudar com seriedade só veio durante o período de preparação para o vestibular.	Os livros eram da escola, ou adquiridos com recurso próprio.	Colégio particular, com cursinho no último ano do colégio; mas o que realmente a ajudou foi resolver estudar seriamente.	Apenas copiava o conteúdo estudado, mesmo sem compreender o que estava escrevendo.	Amigos e colegas da escola.
P3	Não apresentou nenhuma resposta para esta pergunta; contudo, seu empenho em aprender a língua japonesa estava diretamente ligado ao trabalho que fez de intérprete durante o período em que esteve desempregada no Japão.	Não comentou.	Supletivo no Japão (3 a 4 meses).	Não comentou a respeito; não sentiu tanta necessidade de estudar no Japão e no Brasil.	Aparentemente, nenhuma.

As informantes P1 e P2 tiveram bastante apoio da família; ao contrário de P3, que não teve praticamente nenhum.

A informante P2, que recebeu maior assistência, contou sempre com serviços profissionais de professores particulares para acompanhar os estudos; além disso, o chefe de sua família viajou ao Japão como executivo de uma empresa, em situação confortável em termos financeiros e sociais, diferentemente do que ocorre na maioria das famílias de decasségus.

P1 não percebeu diferença na mudança linguística, pois foi aos 4 anos de idade para o Japão, e aprendeu facilmente a língua, ao ingressar numa creche japonesa. Sua primeira experiência com L2 ocorreu no retorno ao Brasil, aos 13 anos de idade, quando teve de aprender uma língua nova. Primeiramente, ela foi matriculada numa escola estadual, sem receber atenção especial por ser estrangeira, e só se interessou pelos estudos quando ingressou no curso preparatório para o vestibular, no qual *“os professores explicavam bem, tinham vontade de fazer a gente entender”*. Com esse grande ponto de inflexão, ela passou a realmente gostar de estudar, empenhando-se, inclusive, em ser aprovada no curso de Letras da Universidade de São Paulo (USP). Sua adaptação à escola brasileira foi um pouco difícil no começo, porque ela era considerada *“ingênuo”* pelos colegas brasileiros, sendo frequentemente alvo de gozações, ao não entender as brincadeiras e nem as piadas. Ao mesmo tempo, porém, ela teve amigos que a ajudaram na fase de adaptação: *“eram amigos que faziam prova no meu lugar”, “passava a folha de resposta inteirinha respondida de questões de história”*. Durante o curso preparatório para o vestibular, ela só conseguiu enfrentar mais um ano de curso graças ao apoio da mãe e da irmã, pois, no total, foram quatro anos frequentados.

P3 relatou que não cursou o ensino médio, e só frequentou um curso supletivo no Japão; porém, mesmo sendo aprovada, considera que esse curso *“não foi suficiente para aprender todo o conteúdo que deveria ter estudado”*. Ela não relatou nenhum tipo de esforço para estudar, e afirmou que isso se devia ao fato de se sentir *“protegida”* por ser estrangeira e os professores japoneses não exigirem dela os mesmos resultados. Durante a entrevista, porém, ela demonstrou alto grau de interesse, e seu nível de concentração aumentou ao falar de assuntos de trabalho: começara a trabalhar cedo, aos 17 anos; sendo que durante o período de quase um ano em que ficou desempregada, manteve-se com trabalhos de intérprete, acompanhando gestantes a consultórios médicos, sabendo, assim, dizer vários termos da área de ginecologia e obstetrícia, demonstrando dominar o jargão técnico da área, pouco usado na linguagem do dia a dia.

Pontos de inflexão

P1 sentia-se muito injustiçada, quando os parentes com os quais morava faziam críticas sobre o seu português, em relação a erros de conjugação e falta de marcação do plural. Muitas vezes, eles lhe dirigiam palavras desencorajadoras

quanto à sua obstinação em prestar o vestibular da FUVEST (Fundação Universitária para o Vestibular). Tais críticas passaram a ser uma motivação para as quatro tentativas de passar nesse certame. Depois de ter ingressado na carreira desejada, podemos dizer que a sua batalha continua com a produção de textos dissertativos, como também demonstra ter dificuldades para ler textos teóricos que requerem maior reflexão. Houve, inclusive, uma ocasião em que P1 não conseguiu decodificar os caracteres japoneses, o que parece tê-la constrangido a ponto de pedir à sua orientadora a entrega antecipada do texto para preparar a leitura.

No caso de P2, embora a própria informante não tenha mencionado o fato, parece terem surtido efeito os anos de acompanhamento com professores particulares em casa, e também o fato de ter frequentado colégios particulares. Contudo, ela confessou que nunca sentiu motivação para estudar, e que a mudança só veio ao se sentir desafiada pelos colegas do colégio, que diziam que *“não prestariam vestibular fácil como o de Letras, só para dizer que entraram na USP”*. Assim, apesar de a intenção inicial ser prestar vestibular para Letras, ela mudou para uma carreira mais concorrida (Economia), *“para não fazer feio”*.

P1 e P2 demonstraram que o *“desafio”* constituiu uma força propulsora para o enfrentamento de suas limitações e o engajamento nos estudos. Já, P3 não esboçou essa preocupação em superar dificuldades provocadas pela língua, mesmo tendo passado por diversas experiências de *bullying* escolar. Um dado interessante a notar é que P3 parece ter um nível muito alto de resiliência, uma vez que diante das adversidades pelas quais passou, manteve-se muito serena. Destaque-se, ainda, que P3, na ocasião em que participou da nossa pesquisa, estava recém-separada do companheiro, pai de seus dois filhos menores. Quando a pesquisadora lhe perguntou sobre como será a educação linguística dos filhos, ela disse que jamais permitiria que seus filhos passassem pelo que ela passou.

Ocorrências Linguísticas

Em termos de ocorrências linguísticas, podemos apreendê-las por diversos ângulos. Destacamos alguns aspectos merecedores de atenção no âmbito do ensino. P3 foi a que apresentou maior número de ocorrências interlinguísticas, denominadas ‘Estratégias Comunicativas’ (ECs). Estas são recursos frequentemente utilizados por aprendizes de LE; quando lhes faltam palavras para se fazer entender, recorrem à L1. Nota-se que o interessante é que, no caso de P3, sua língua dominante é o japonês; no entanto, quando lhe faltam palavras no repertório, ela compensa com a expressão equivalente na língua portuguesa, já que essa é a língua de comunicação entre os membros da família. Para ilustrar o exemplo, apresentamos, a seguir, um fragmento da entrevista; convém afirmar, porém, que tais tipos de ocorrências diferem do que

os estudos bilíngues denominam de *code-switching*, uma alternância de códigos típica de bilíngues fluentes, sem quebras de sintaxe, sintagmas, e nem mesmo de unidades lexicais. As palavras que faltavam no transcurso da conversa de P3 eram inseridas em português, para sustentar a comunicação. Essa pode ser uma estratégia comumente usada entre os familiares, o que pode prejudicar a atualização do vocabulário através de novas expressões.

A seguir, apresentamos trechos selecionados: no caso, as palavras ‘polícia federal’ e ‘entrar em greve’ são precedidas de larga hesitação, seguida de ‘preenchedores de pausa’ (*anô...*), o que reforça a evidência de que ao falar, a entrevistada está em busca de uma palavra, e que por não encontrá-la na língua em uso, ela acaba recorrendo à EC.

Entrevistador: 2003-nen ni Burajiru ni modotte...sorekara, mata, Nihon e?

P3—Ah, sô, shigatsu ni kaetta toki wa, mô sono toki wa ninshin 7-kagetsu de...de, kodomo gani-san-kagetsu ni nattara mata Nihon ni kaeru kaeru yotei dattandesu kedo, anô, anô, *polícia federal* toka, zenbu, *entrou em greve*, e pasupôto ga torenakattashi, watashi no biza ga kirete, Nihon e itta toki mo shita no ko ga issai-han, 2005-nen nni zutto Burajiru ni ite, de, mata, 2005-nen mata, Nihon...2005-nen 2-gatsu, Nihon e itte, de, kotoshi, a, kyonen, 2009-nen ni kaette...

Entrevistador (Tradução): Voltou para o Brasil em 2003 e depois, novamente ao Japão?

P3 – Ah, é, quando voltei em abril, eu já estava com sete meses de gravidez, então, me programei para voltar ao Japão assim que a criança completasse dois ou três meses, bem..., então..., por exemplo, a *polícia federal*, tudo *entrou em greve*, e não consegui tirar o passaporte, meu visto expirou; quando fui ao Japão, o filho mais novo já estava com um ano e meio. No ano de 2005, fiquei direto no Brasil, e em 2005, em fevereiro de 2005, fui ao Japão, e este ano, não, ano passado, em 2009, voltei ao Brasil.

As três informantes afirmaram ter tido dificuldades para se adaptar ao novo ambiente linguístico, mas parece haver uma correlação entre o número de erros interlinguísticos e o grau de percepção de suas “falhas linguísticas”. Percebemos que em P1 e P2 há um cuidado para falar, um maior controle na exposição de sua fala, talvez, porque a entrevistadora seja professora da Letras, ou porque sabem se tratar de uma pesquisa. A informante P2, por gostar de línguas, ingressou num programa de intercâmbio para estudar inglês no Canadá, o que mais uma vez confirma a importância das decisões pessoais em relação às línguas envolvidas.

P3 também não conseguiu sustentar uma conversação que requeresse um nível de vocabulário elevado, além de demonstrar que o seu japonês tem uma forte influência da variante dialetal da região de Aichi, perceptível até mesmo aos ouvidos daqueles que não são nativos japoneses.

Escolha da profissão

Quanto à escolha profissional de ser professor de japonês, P1 e P3 disseram ter escolhido essa carreira porque *“era a única coisa que sabia fazer”* (P3); ou *“era a coisa que mais sabia fazer”* (P1). Somente P2 nos contou, em tom cerimonioso, como se estivesse pedindo desculpas, que a escolha foi estratégica, já que havia selecionado *“a carreira mais rentável em curto prazo”*; além de esta ser *“o caminho mais curto para trabalhar com língua”*, pois o que ela queria de fato fazer era seguir a carreira de tradutora-intérprete, ou em relações internacionais. Das três, P2 é a que usa a língua como instrumento para atingir outro objetivo maior, enquanto P1 e P3 parecem estar *“reféns da língua”*.

Quando pedi para que dissessem qual língua era a dominante, P1 disse que as duas línguas eram fortes. Já, P3 não soube precisar esse ponto, afirmando que não tinha domínio em nenhuma dessas línguas. De acordo com suas palavras, tudo está *“na metade do caminho”*, ou seja, *chûtohanpa*. Somente P2 nos deu uma descrição precisa e objetiva da sua autoavaliação, relatando que fazia os relatórios e trabalhos da faculdade sem problemas, chegando a avaliar que, em se tratando de relatórios, tinha noção de que o seu português era melhor do que o japonês, pois durante o curso de Economia fazia leituras teóricas e operações linguísticas mais sofisticadas em português. Por sua vez, P1 relatou enfrentar desafios para *“adquirir o vocabulário acadêmico para escrever textos dissertativos”* - fato esse que veio a ser comprovado, posteriormente, pelas anotações de campo, que apontam muito mais para problemas na estruturação do texto e da sintaxe, do que no vocabulário em si.

Considerações finais

Foi importante estudar tais perfis, tendo em vista o ensino de língua japonesa, na medida em que esta pode constituir a língua dominante, ou ser uma língua em desenvolvimento. Nesse sentido, com a emergência desse novo perfil - que é diferente dos *old comers* (isseis) e dos *new comers* -, os organizadores de cursos de formação devem levar em conta o tipo de aquisição de língua, bem como alguns fundamentos do bilinguismo, como, por exemplo, uma formação linguística fragmentada; além de ainda incorporar questões da variação interlinguística (estratégia comunicativa, *code-switching*, etc), em vez de restringir-se ao aspecto intralinguístico (registro, aspectos sociolinguísticos), tendo em vista a enorme diversidade que pode ser encontrada em qualquer língua.

Historicamente, por ter sido uma LH, adquirida naturalmente no convívio familiar e comunitário, o idioma japonês não é para muitos uma LE, que requer

anos de estudo com dedicação e conhecimento de metodologia de ensino e aprendizagem. Isso gera pouca valorização entre a comunidade, para com a figura do professor de *nihongogakkô* como profissional. O fato é que, com a chegada desses retornados, está havendo uma sensível revitalização do japonês falado no Brasil, que é carente de pessoas com maior fluência, através da atualização do repertório em relação à variante local, e do aporte de informações culturais do dia a dia do Japão.

Em nome da diversidade linguística no Brasil, é importante que o japonês continue a ser ensinado como LE, e que a comunidade nipo-brasileira continue investindo nas condições de trabalho dos professores de japonês, pois só assim conseguiremos atingir um nível mais elevado de profissionalização do professor da *nihongogakkô*. Não devem ser desperdiçadas as oportunidades que o retorno desses jovens oferece para a revitalização do ensino de língua japonesa no Brasil.

Notas

1 - A primeira versão deste trabalho foi publicada nos Anais da BRASA (Brazilian Association Studies), em Brasília, em 2011.

2 - Tradicionais veículos de comunicação da comunidade Nikkei em atividade no solo brasileiro, escritos majoritariamente em língua japonesa.

3 - Japoneses nativos; literalmente, primeira geração.

4 - Descendentes de segunda geração.

5 - Descendentes de terceira geração.

6 - *Jornal Nikkei*, 20.4.2010.

7 - Há uma distinção, na literatura, sobre o ambiente linguístico de uma língua em aquisição. Normalmente, a L2 se refere a uma língua com a qual o aprendiz tem contato no dia a dia, como meio de comunicação, mesmo não sendo a sua primeira língua. É o caso dos brasileiros que estão no Japão, aprendendo o japonês como L2. No presente trabalho, o termo será coextensivo aos descendentes japoneses que vivem no Brasil, em virtude de eles terem crescido em comunidades que tinham o japonês como língua de comunicação, mesmo havendo redução na qualidade dos insumos lingüísticos, se comparados aos do Japão.

8 - A L1 é a língua materna ou nativa de uma pessoa. A L1é a língua que uma pessoa aprende por meio de aquisição natural.

9 - O conceito de Língua de Herança (LH) pode se referir à língua transmitida de pai para filho, em situação de bilinguismo, como língua minoritária frente à língua oficial falada majoritariamente no país em que a criança nasceu, ou para o qual emigrou. No caso em estudo, trata-se de descendentes japoneses, filhos de imigrantes japoneses que nasceram no Brasil, mas que por viverem em comunidade de japoneses, falavam a língua dos ancestrais. O termo pode, ainda, referir-se à primeira língua da criança que se muda para outro país, e que em contato com um novo ambiente linguístico terá de aprender uma nova língua, mas sem deixar de falar a primeira (que, no caso, poderá ser denominada de LH). Assim, o termo é coextensivo àqueles que nasceram no Brasil e aprenderam o japonês num contexto comunitário e familiar, e também àqueles que para cá vieram e trouxeram sua primeira língua. Há vários pontos de intersecção entre LH e L2; enquanto o primeiro tem a possibilidade de realização linguística reduzida por estar em outro país, o L2 é a língua majoritária do novo ambiente lingüístico, e é um termo abrangente para dizer que se trata de uma segunda língua além da primeira.

10 - O conceito de língua estrangeira refere-se àquela que é aprendida pelo aluno em situação de sala de aula. Muitas vezes, o estudo se limita à gramática e à conversação funcional em sala de aula, e o aluno não está no país em que se fala essa língua. A língua não é o meio de

comunicação direto no seu dia a dia, e os insumos linguísticos são controlados, por ocorrerem em ambiente de sala de aula.

11- Em contraste a *new comers*, costuma-se empregar o termo *old comers* para os isseis, nativos japoneses que chegaram logo da retomada da imigração pós-Guerra, a partir de 1953 até a década de 1980.

12- O conceito de *new comers* pode variar, de acordo com os pesquisadores. No nosso entendimento, ele abrange os nativos que vieram ao Brasil a partir da década de 1990.

13 - É uma denominação dada à língua japonesa falada no Brasil, com suas variantes em relação ao japonês padrão falado no Japão, por conta dos empréstimos linguísticos, novas criações resultantes do fenômeno de contato linguístico e matizes semânticas. Sobre a variante em questão, os dados linguísticos podem ser conferidos em KUYAMA (1999; 2000) e DOI (2002; 2006; 2009).

14 - Termo usado no bilinguismo, para se referir à mudança de código linguístico que os falantes bilíngues fazem frequentemente ao longo da sua conversação, que pode ser motivada por diversos fatores, tais como: mudança de tópico do assunto, identificação com o interlocutor, situação de informalidade.

15 - Trata-se de uma hipótese que sustenta haver uma idade ideal para a aquisição da língua. Estudos como o de Lennerberg (1967) e Pinker (1994) buscaram bases biológicas para sustentar que crianças têm idade determinada para aprender uma língua. O primeiro define essa fase entre 3 e 14 anos; e, o segundo, até os 6 anos. Outros preferem usar o termo “período sensível” (BYALISTOK e HAKUTA, 1999).

Referências

- ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO. *Relatório do I Simpósio de Ensino de Língua Japonesa*. São Paulo. Relatório, 1979.
- ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO *Denshō e no michi*: Burajiru shakai ga yōkyūsuru nihongo kyōiku to sono tenbō. (*O caminho para a transmissão: o ensino de língua japonesa que a sociedade brasileira espera e os seus desdobramentos*). São Paulo. Relatório, 1982.
- BYALISTOK, E.; HAKUTA, K. Confounded Age: Linguistic and Cognitive Factors in Age Differences for Second Language Acquisition. In: BIRDSONG, D. (ed.), *Second Language Acquisition and Critical Period Hypothesis*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc., 1999, p. 161-181.
- CUMMINS, J. Cross-linguistic dimensions of language proficiency: Implications for bilingual education and the optimal age issue. *TESOL Quarterly*, nº 14, p. 81-103, 1980.
- DOI, E. T. A presença japonesa no Brasil: a língua falada pela comunidade nipo-brasileira. *Letterature D’America; Rivista Trimestrale*. Roma, ano XXII, nº 93-94, p. 19-36, 2002.
- DOI, E. T. O ensino do japonês como língua da imigração. *Estudos Linguísticos XXXV*, Campinas, 2006, p. 66-75.
- DOI, E. T. Burajiru nikkeijin ni yotte hanasareru nihongo no bariêshon no kōsatsu. (Considerações sobre a variante japonesa falada por nikkeis no Brasil). In: *Journal of the graduate school Kokugakuin University*. Vol. 41. Kokugakuindaigaku Daigakuin. Japan: Tokyo, 2009, p. 115-134.
- ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. Think practically and look locally: language and gender as community-based practice. *Annual Review of Anthropology*, nº 21, p. 461-490, oct. 1992.
- FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO DE JAPONÊS NO BRASIL (org.). *Ikusanga – Zenpaku Nichigo Kyōikushi (História do Ensino de Japonês no Brasil)*. São Paulo, 1966.
- FUNDAÇÃO JAPÃO (2006). *Diretório de instituições educacionais de língua japonesa do exterior*. <<http://www.jpff.go.jp/>> Acesso em: 10 nov. 2007.

- JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. Pesquisa sobre a situação atual das escolas japonesas voltadas aos filhos de imigrantes na América Latina e no Canadá. Relatório, 1986.
- KAWAMURA, L. O processo educativo dos brasileiros no Japão. In: *Pro-Posições*, Campinas, v. 6, nº 2[17], p. 64-84, jul. 1995.
- KRASHEN, S. *Principles and Practice in Second Language Acquisition*. Oxford: Pergamon Press, 1982.
- KUYAMA, M. *O uso da língua japonesa na comunidade nipo-brasileira: o empréstimo lexical no japonês falado pelos imigrantes – o caso do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- KUYAMA, M. Fatores sociais e frequência de empréstimos do português no japonês falado pelos imigrantes no Brasil – o caso do Distrito Federal. In: *Revista Estudos Japoneses*, São Paulo, nº 20, p. 69-85, 2000.
- LAVE, J.; WENGER, E. *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LENNERBERG, E. *Biological foundations of language*. New York: Wiley, 1967.
- LIGHTBOWN, P. M. Exploring relationships between developmental and instructional sequences in L2 acquisition. In: SELIGER, H. & LONG, M. H. (ed.) *Classroom-oriented research in second language acquisition*. Rowley, MA: Newbury House, 1983, p. 217-243.
- LONG, M. H. Input, interaction and second language acquisition. In: WINITZ, H. (ed.) *Native language and foreign language acquisition: Annual of the New York Academy of Science*, nº 379, 1980, p. 259-278.
- MCPMAHILL, C. The importance of Portuguese Language Education in Japan: a survey of Nikkei Returnee Students to Brasil. In: *Keiironshû*. Daito Bunka University, 2010, p. 133-149.
- MORALES, L. M. *Cem anos de imigração japonesa no Brasil: o ensino de japonês como língua estrangeira*. Tese de doutoramento. Departamento de Linguística, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009a.
- MORALES, L. M. A diversidade na abordagem do ensino de língua japonesa no Brasil: raízes históricas e perfil geracional dos professores. In: *Anais do XX Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa e VII Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil*. USP, 2009b, p. 155-166.
- MORALES, L. M. Professores bilíngues regressos do Japão: caso de bilíngues consecutivos de aquisição de japonês como L2 no contexto japonês. In: *Proceedings of the Brazilian Studies Association*. Tenth International Congress, 2010. CD-rom.
- MORIYAMA, S. Gaikokugo kankyô de shûtoku ni eikyôsuru yôin no kôsatsu (Considerações sobre os fatores que influenciam a aquisição linguística em ambiente de língua estrangeira) In: SAKAMOTO et al. *Tayôka suru gengo shûtoku kankyô to korekara no nihongo kyôiku (A diversificação do ambiente de aquisição linguística e o futuro do ensino da língua japonesa)*, 2008, p.14-38.
- MORIWAKI, R. Nihongo kyôiku no hensen (A transição da filosofia norteadora do ensino de língua japonesa – 1ª. parte). In: *Revista nº 2*, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1998, p. 71-85.
- MORIWAKI, R. Nihongo kyôiku no hensen II (A transição da filosofia norteadora do ensino de língua japonesa – 2ª parte). In: *Revista nº 4*, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1999, p. 43-75.
- PICA, T. Adult acquisition of English as a second language under different conditions of exposure. *Language Learning*, nº 33, 1982, p. 465-497.
- PINKER, S. *The language instinct*. New York: W. Morrow, 1994.
- SHIBATA, Hiromi. *As escolas japonesas paulistas (1915-1945): a afirmação de uma identidade étnica*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo,

São Paulo, 1997.

SOCIEDADE DE DIFUSÃO DA CULTURA NIPO-BRASILEIRA. Pesquisa sobre a situação atual das instituições de difusão do ensino no Brasil, 1977.

URANO, E. I. Um olhar sobre o trabalhador dekassegui. In: *Travessia* - Revista do Migrante. São Paulo, ano XV, nº 43, p. 26-30, maio/ago. 2002.

YAMAMOTO, L. E. Mulheres imigrantes no Japão. In: *Travessia* - Revista do Migrante, São Paulo, ano XIV, nº 41, p. 29-33, set./dez. 2001.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo trazer à tona a emergência de um novo grupo de professores de japonês, que são os brasileiros retornados do Japão, em consequência do fluxo migratório conhecido como decasségui. São pessoas que foram levadas para o Japão ainda em idade tenra, ou nasceram lá, e passaram pela educação escolar no país. Enquanto a maioria de descendentes jovens no Brasil não se interessa pela docência em língua japonesa, os retornados buscam tal ocupação justificando que “*ensinar o japonês é a única coisa que sabem fazer*”. Diante da escassez de pessoas fluentes no idioma em quatro habilidades lingüísticas, e também da demanda reprimida de professores dessa língua no Brasil, esse novo perfil vem contribuir para a sua revitalização. A pesquisa analisou, qualitativamente, o relato de três informantes, tendo em vista o seu histórico de migração, nos seguintes aspectos: nível de bilinguismo, circunstâncias de aquisição e aprendizagem das duas línguas (japonês e português), motivações pessoais, além do desempenho lingüístico.

Palavras-chave: bilinguismo; decasségui; formação de professores.

ABSTRACT

This work aims at bringing to light the emergence of a new group of Japanese teachers who are Brazilians that have returned from Japan with a school education in Japan, as a result of the migration flow known as dekasegi. They are people that when children were taken to Japan at an early age, or were born there and went through Japanese Educational system. While most young descendants in Brazil are not interested in teaching the Japanese language, returnees searching for justify this choice by saying that “*teaching Japanese is the only thing they know how to do.*” Given the short supply of people fluent in the language, an unmet demand for teachers of this language in Brazil, these new profiles have come to contribute to language revitalization. The research examined qualitatively the profile of three informants, in view of their migration history concerning the following items: level of bilingualism, circumstances of acquisition and learning of the two languages (Japanese and Portuguese), personal motivations, as well as language performance.

Keywords: bilingualism; dekasegi; teacher training.

Imigração coreana

A questão da reemigração e do retorno

*Rafael Monteiro **

*Sênia Bastos ***

Desde o início das primeiras levas emigratórias significativas de coreanos na década de 1860 para a região da Manchúria, na China, a península da Coreia viu milhões de habitantes deixarem sua terra natal em busca de melhores condições de vida. No que se refere à imigração coreana na América do Sul, especialmente no Brasil, concentra-se no período da emigração Pós-Guerra da Coreia.

A emigração coreana para o Brasil teve seu início na década de 1960, quando o governo coreano adotou uma política emigratória com o intuito de diminuir a concentração demográfica e os conflitos sociais no país. Foi um processo financiado e organizado pela população civil, que após a Revolução Militar de 1961 foi em busca de prosperar em terras estrangeiras. Entre os países americanos que mais receberam imigrantes coreanos a partir da década em questão, o Brasil está em terceiro lugar, precedido apenas pelos Estados Unidos e Canadá (MERA, 2005).

Apesar de tentativas não muito bem sucedidas de inserção dos coreanos recém-chegados na agricultura, foi no meio urbano que esse grupo realmente se estabeleceu. Desde a fase oficial da imigração coreana, em 1963, até a fase da imigração irregular, na década de 1980, eles se concentraram principalmente em bairros centrais da cidade de São Paulo, e se dedicaram a uma série de diferentes atividades econômicas até se estabilizarem no ramo da confecção e comercialização de roupas prontas.

* Mestre em Hospitalidade e bacharel em Turismo pela Universidade Anhembi Morumbi.

** Doutora em História pela PUC/SP, Prof^a. do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi.

Há também o caso de imigrantes coreanos que, insatisfeitos com sua condição financeira no Brasil, ou com a situação econômica do país, especialmente na década de 1990, resolveram reemigrar para os Estados Unidos, principalmente, ou retornar para a sua terra natal. Com o crescimento rápido da economia coreana a partir do final da década de 1980, muitos coreanos sentiram-se tentados a retornar para a Coreia, no entanto, a maioria já enraizada permaneceu no Brasil.

O objetivo do presente trabalho é apresentar a discussão os resultados dos estudos existentes na literatura especializada sobre o tema da reemigração e do retorno dos coreanos, tendo em vista que não há publicações sobre o assunto em português. É também objetivo analisar o conteúdo de entrevistas com imigrantes coreanos para enriquecer e esclarecer a discussão já desenvolvida.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove imigrantes coreanos, nascidos entre os anos 1942 e 1977, dos quais dois são do sexo masculino. Esse grupo selecionado chegou ao Brasil entre os anos 1965 e 1984, e seus integrantes dedicam-se à realização de atividades econômicas que variam da confecção e do comércio à educação.

Migração Transnacional

A fase da migração coreana iniciada na década de 1960 até os dias atuais ocorreu durante um período em que a mobilidade física e a comunicação já não eram grandes barreiras como no início do século passado.

A possibilidade de locomover-se com mais facilidade e conforto em menos tempo, somada aos avanços dos meios de comunicação, permite (e já permitia há pelo menos duas décadas, porém, de forma diferente) maior flexibilidade em se optar por migrar em momentos de crise ou de oportunidade. A perspectiva de ampliação de negócios, de desenvolvimento acadêmico e profissional no exterior passou a ser uma opção mais real ao redor do mundo.

Entre os coreanos, hoje, verifica-se a existência de negócios internacionais, famílias espalhadas pelo mundo, filhos sendo enviados para outros países para completar seus estudos, evidenciando novos tipos de transnacionalismo, ou seja, mudanças nos antigos formatos de migração. Park (2009), em um estudo sobre migrações transnacionais entre coreanos-latino-americanos, traça as rotas migratórias feitas por seus entrevistados, que chegam a ter seis ou mais etapas, como é o caso da rota Coreia do Sul-Paraguai-Argentina-Brasil-EUA-México-EUA.

Hoje há grandes diferenças que facilitam e motivam migrações transnacionais. Levitt et al. afirmam que essas diferenças não se limitam ao fato de que novas tecnologias em transportes e comunicação permitem conexões mais rápidas e menos caras, mas também nota-se que “em comparação ao passado, quando a assimilação era exigida de forma mais vigorosa, há um contexto social mais tolerante à diversidade étnica e a conexões transnacionais de longo prazo” (2003, p. 569 – tradução livre)¹.

Curiosamente, a noção de uma ligação forte entre o migrante e o lugar físico, seja ele uma cidade, uma vila, etc., não está mais necessariamente vinculada

à afirmação de sua identidade, tendo em vista que a participação em grupos étnicos e religiosos pode ocorrer em níveis locais, regionais e nacionais (LEVITT et al., 2003). Isso quer dizer que, um imigrante coreano, por exemplo, pode participar ativamente nas atividades da comunidade coreana em São Paulo sem apresentar lealdade ao seu lugar de origem, e sim às práticas culturais do grupo. E ao mencionar o grupo, nota-se que há membros com diferentes históricos migratórios, que trazem consigo um repertório cultural único.

Muitos dos coreanos que chegaram diretamente ao Brasil nas décadas de 1960 e 1970 não permaneceram aqui, enquanto outros aqui chegaram após terem passado por outros países antes de alcançar seu destino final, que para alguns foi o próprio Brasil e, para outros, os Estados Unidos, por exemplo. Em função da dificuldade na obtenção de vistos de permanência, algumas famílias foram antes para países como Paraguai e Bolívia, onde permaneceram por pouco tempo até conseguirem (de forma legal ou não) entrar no Brasil e na Argentina.

Dados compilados por Choi (1991) apontam que medidas restritivas impostas pelo governo brasileiro à entrada de coreanos em 1972 apenas mudaram a direção dos fluxos de imigrantes. De acordo com a tabela 1, o número de ingressos no Brasil em 1972 foi de 2.635, seguido por uma brusca queda em 1973, com apenas 194 ingressos. No entanto, o número de ingressos no Paraguai aumentou drasticamente a partir de 1972, passando de 94 naquele ano, para 6.727 ingressos em 1976.

Tendo em vista que a estimativa da população coreana no Paraguai era de 10 mil pessoas em 1999 (PARK, 1999) e de 6 mil atualmente, de acordo com o Ministério das Relações Internacionais e Comércio da República da Coreia², o número de coreanos que permaneceu no Paraguai é muito menor do que o apresentado na tabela 1, que contabiliza apenas nove anos de entradas na América do Sul. Park (2009) traz ainda informações de que aproximadamente 40 mil coreanos chegaram a se estabelecer no Paraguai, contrastando com o número muito menor de 6 mil coreanos vivendo no país atualmente.

Mera (2005) também apresenta em seu estudo informações de outros autores que afirmam que praticamente metade dos coreanos que foram para o Paraguai reemigraram para o Brasil e para a Argentina. No entanto, a literatura mostra que, em função de instabilidades político-econômicas havidas na Argentina já no final da década de 1970, quatro vezes mais coreanos que passaram pelo Paraguai reemigraram para o Brasil (PARK, 2009).

Tabela 1: Entradas de coreanos no Brasil e no Paraguai / 1970-78.

Ano	Brasil	Paraguai
1970	1.775	52
1971	1.393	11
1972	2.635	94
1973	194	192
1974	184	714
1975	136	2.391
1976	107	6.727
1977	71	1.211
1978	41	1.515
Total	6.536	12.907

Fonte: Ministério das Relações Exteriores da República da Coréia, 1985 apud CHOI, 1991.

O caso da família da Entrevistada 9 ilustra bem a questão da transnacionalidade. Em função de um problema de saúde do pai, a família resolveu mudar para um país com temperaturas mais amenas e, inicialmente, década de 1970, planejava ir para os Estados Unidos. Tendo o visto negado, a família deixou a Coreia em 1976 e foi para o Paraguai, onde permaneceu por aproximadamente três meses, até conseguir reemigrar para a Argentina. Neste último país, seus integrantes permaneceram por quase sete anos, porém, em função da situação do país e da saúde do pai, reemigraram para o Brasil, onde mantinham contato com uma igreja local, e se fixaram definitivamente. Desde quando residiam na Coreia, dedicavam-se ao trabalho com bordados, e assim seguiram ao longo de sua trajetória na América do Sul. Trabalharam no ramo da confecção em Buenos Aires, e em São Paulo tiveram oficina de costura, de caseado, de bordado e também trabalharam com loja.

No caso da reemigração para os EUA, é sabido que há uma grande atração por parte dos coreanos pelo estilo de vida norte-americano, pois representa um referencial de sucesso profissional e financeiro muito valorizado pela sociedade coreana. Somado aos problemas socioeconômicos pelos quais o Brasil passou nas décadas de 1980 e 1990, muitos coreanos sentiram-se motivados a perseguir o tão sonhado *American dream*. Park (1999) menciona que aproximadamente a metade dos quinhentos ou seiscentos estabelecimentos de roupas filiados ao *Korean Garment Wholesalers Association in the United States*³ são operados por coreanos do Brasil. Como um grande número de coreanos que reside no Brasil trabalha na indústria da confecção e já possui a experiência da área, eles tentam fixar-se no mesmo tipo de negócio ao reemigrarem. Pode-se ainda ilustrar o fato da reemigração da América do Sul para os EUA com a seguinte citação:

Baseado em estimativas da comunidade, acredita-se que 20.000 dos 300.000 imigrantes coreanos no sul da Califórnia, aproximadamente dez por cento da população, são imigrantes secundários de países sul-americanos. Geralmente, esses coreanos viveram de quinze a vinte e três anos na América do Sul antes de mudarem para os Estados Unidos (PARK, 1999, p. 669 – tradução livre)⁴.

Em alguns casos, afirma Joo (2007), a emigração para o Brasil já era parte de um plano, de acordo com o qual permaneceriam aqui temporariamente ao sair da Coreia, como um estágio intermediário antes de conseguirem emigrar para os Estados Unidos ou Canadá.

Para alguns, o motivo da reemigração para os EUA pode variar muito, mas entre os apontados por Joo (2007) encontram-se a vontade de oferecer aos filhos a oportunidade de uma melhor educação e perspectiva de vida, planos de viver em um país mais avançado e a certeza de que irão prosperar nos negócios como o fizeram no Brasil. Além disso, inclui-se o caso dos imigrantes que se estabelecem na América do Norte e conseguem levar o restante dos familiares

consigo para ter a família unida, seguindo assim as tradições. Park (2009) discorre também sobre casos de famílias que mandam seus filhos para estudar nos EUA e, posteriormente, conseguem levar a família toda para se estabelecer lá, e também casos de coreanos que deixam o Brasil por motivos de segurança. “Muita gente tem aquele sonho porque as melhores universidades estão lá [EUA], então, muita gente mandou os filhos para lá para estudar, ganhava o dinheiro aqui e mandava o filho para os Estados Unidos para estudar. Aí os filhos acabam ficando e chamam os pais” (E7).

A Entrevistada 3 relata o caso da sua família, em que o irmão, filho mais velho, formado em medicina no Brasil, foi para os EUA fazer um estágio e acabou se estabelecendo lá por ter conseguido uma boa oportunidade de trabalho. À medida que o irmão se fixou confortavelmente nos EUA, levou os pais que já estavam aposentados no Brasil. Nota-se, neste caso, o valor familiar coreano em que o primogênito se responsabiliza por cuidar dos pais quando alcançam certa idade. Soma-se, ainda, o fato de que além do irmão, a entrevistada possui também uma irmã mais nova, ou seja, os pais haviam ficado no Brasil com as duas filhas, contudo, quando as filhas casam, de acordo com a tradição, elas tendem a ficar mais próximas da família do marido. Esse é um caso no qual os valores culturais influenciam a migração de reunião familiar.

Durante a década de 1980, também conhecida como a década perdida na América Latina, a estagnação da economia brasileira e os altos índices de inflação, seguidos pela instabilidade político-econômica do início dos anos 1990, foram motivos significativos para que coreanos recém-estabelecidos no Brasil pudessem tentar uma nova vida nos Estados Unidos. Park (2009) afirma que, nesse caso, muitos coreanos simplesmente seguiram os passos de muitos outros brasileiros que tentaram emigrar para outros países em busca de melhores condições de vida.

É relatado no trabalho de Park que o fato do imigrante coreano já ter tido vivências distintas em outros países antes de chegar aos Estados Unidos lhe confere maior vantagem em relacionamentos pessoais e maior tolerância em questões sociais, como descrito abaixo:

O conceito de cultura transnacional também ajuda a explicar porque imigrantes coreanos da América do Sul conseguem desenvolver um papel mais estratégico em bairros multiétnicos nos EUA que outros imigrantes coreanos. Enquanto outros imigrantes avaliam a sociedade americana de uma perspectiva coreana ou não coreana, imigrantes transnacionais trazem consigo outros quadros de referência para questões que levam a uma variedade de soluções executáveis (1999, p. 671 – tradução livre) ⁵.

Por outro lado, há aqueles que resolvem retornar ao Brasil depois de ter reemigrado para os Estados Unidos. Os motivos do retorno variam, segundo Park

(1999), no entanto, dentre eles destacam-se os de ordem social. Os coreanos sentem, por exemplo, que a questão racial no Brasil é levada menos a sério e, por isso, aqui são alvo de menos preconceito. Também percebem que a cultura coreana não é tão respeitada nos EUA e, por isso, diferentemente dos descendentes coreanos lá nascidos, os que nasceram na América do Sul, por apresentarem mais habilidades no idioma e por incorporarem mais características da cultura coreana, encontram-se mais expostos.

Por sua vez, uma minoria acabou retornando para a Coreia, e segundo Joo (2007), muitos deles são idosos, ou seja, imigrantes que chegaram ao Brasil em idade adulta e tiveram mais dificuldades em adaptar-se aqui. A Entrevistada 7 diz ter conhecimento de vários imigrantes coreanos com idade a partir de 60 anos que retornaram para a Coreia após terem juntado dinheiro no Brasil, ou mesmo para a realização de tratamentos médicos, pois lá se sentem mais confortáveis para se comunicarem.

Outro caso é aquele dos coreanos que chegaram ainda jovens ao Brasil, ou mesmo aqueles da segunda geração e que acabam retornando para a Coreia. Nesta última situação, os retornados coreanos-brasileiros tendem a encontrar mais dificuldades no processo de adaptação por já estarem mais familiarizados com os costumes e estilo de vida brasileiros. Estes *return migrants*, como chamados por Joo, enfrentam mais dificuldades em se readaptar à nova realidade e em redefinir sua identidade étnica, ora considerando-se brasileiros, ora coreanos.

Nota-se, inclusive, que atualmente os jovens coreanos que residem no Brasil, na sua maioria da segunda geração, valorizam mais a cultura e a identidade coreana do que aqueles que chegaram aqui vindos de um país onde viviam muito precariamente. Nesse sentido, a Entrevistada 4 relata:

[...] na década de 1990, a Coreia subiu muito de patamar, e junto com isso as mídias eletrônicas, internet, DVD, TV por satélite começaram a mostrar uma Coreia diferente, melhor do que o Brasil. Então, a juventude de agora tem como modelo de país a Coreia. [...] os pais não precisam falar para os coreanos agora que eles são coreanos, que eles não podem esquecer que são coreanos, porque o próprio jovem fala “eu sou coreano, a Coreia está melhor agora”; eles curtem mais música coreana. Isso é possível por causa da internet.

Em uma pesquisa realizada em 2008, por um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo para o projeto *The Korean Immigration in the Americas* da *University of California – UCLA* (IM *et al.*, 2009), sobre a segunda geração de coreanos no Brasil, foram aplicados 106 questionários com brasileiros filhos de pai e mãe coreanos, com idade entre 15 e 18 anos. Notou-se que pouco mais da metade (56%) se considera mais coreano do que brasileiro, mostrando evidência do forte vínculo dos jovens com a cultura coreana.

Mesmo apresentando tal nível de identificação com a cultura coreana, a grande maioria dos jovens entrevistados (86%) respondeu que não gostaria de emigrar para a Coreia. Entende-se que, mesmo sendo muito jovens para decidir se gostariam ou não de se mudar para o país natal de seus pais, nota-se que um adolescente nessa idade está fortemente enraizado em seu país, em sua cidade, aos seus hábitos, e muito vinculado às pessoas com quem se relaciona.

Ao ser perguntada sobre a questão do retorno, a Entrevistada 7 responde que, em sua percepção, um coreano que vive no Brasil preferiria reemigrar para os Estados Unidos a retornar para a Coreia. A entrevistada acredita que coreanos que vivem e já estão acostumados ao estilo de vida ocidental encontram muita dificuldade em se adaptar à vida na Coreia atual, em suas palavras: “tudo é muito apressado, tudo é muito corrido, então a gente se sente meio sufocado quando vai para lá. [...] é meio alucinante, de competição. E as pessoas lá, acho que são mais frias, por causa da competição intensa” (E7).

Mesmo no caso de alguns adultos, é muito complexo o retorno para a Coreia ou a reemigração para outro país. O entrevistado 6 diz que gostaria ou talvez devesse retornar para a Coreia, especialmente por conta do crescimento do país e pelo fato da maioria da sua família ainda estar lá, mas acrescenta que já teve suas raízes retiradas e não pode mais voltar. Em suas palavras: “[...] uma vez que você tirou raiz, se colocar em outro lugar, outra terra, se colocar raiz errado não dá para sobreviver. Pensava... é melhor aguentar aqui”. Inclusive para esse indivíduo que já tem filhos adultos no Brasil, deixar tudo aquilo que foi construído no país que o acolheu, após ter saído de sua terra natal em busca de melhores condições de vida, a ideia do retorno é um grande risco.

Ao discorrer sobre o impacto do retorno desses coreanos-brasileiros na Coreia, Joo (2007, p. 169 – tradução livre) sustenta que os coreanos do Brasil “mantiveram sua cultura e seus costumes mais do que qualquer outro grupo da diáspora coreana”⁶. No trabalho da autora, entende-se que tal fato se dá pelo motivo das comunidades imigrantes no Brasil gozarem de relativa tolerância, o que lhes permite manter suas práticas culturais com menos interferência da sociedade local, em oposição ao caso das comunidades coreanas nos Estados Unidos e Europa, que enfrentam problemas mais sérios de discriminação.

Mas a questão do retorno à terra natal não se resume ao simples fato de estar de volta entre os seus e em lugar familiar após ter conseguido a estabilidade social e econômica ambicionada ao deixar a Coreia. Encontram-se por trás desse processo diversas implicações na situação do emigrante/imigrante, da população receptora e da população deixada. O impacto social e individual (psicológico) é imenso.

Para Sayad, o retorno é fato intrínseco à ideia de emigração/imigração, e utilizando-se de uma metáfora, o autor ilustra que “o retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra” (2000, p. 11).

Nesse sentido, sustenta o autor, o retorno envolve relações com o tempo, com o espaço e com os grupos – aquele que o acolheu (não necessariamente atribuindo a esse contato o adjetivo hospitaleiro), e o grupo que ele deixou. As relações com o tempo e com o espaço implicam a noção de poder voltar ao ponto e ao lugar de partida, assim como quando foram deixados. No caso do espaço, significa ainda a sacralização do lugar, onde somente nele o emigrante acredita estar em contato consigo mesmo.

Já a relação com os grupos envolve a necessidade de se adaptar e autoafirmar para conseguir seu novo espaço na sociedade receptora. No caso da sociedade que é deixada, buscam-se justificativas e desculpas pelo fato de tê-la abandonado, e carrega-se ainda afetivamente consigo o sentimento de fazer parte do grupo.

Assim, o imigrante coreano que deixa o Brasil e retorna à terra natal busca o contato com aquilo que acredita ser a sua essência. No entanto, não se pode ignorar o fato do imigrante ter vivenciado conjunturas e ter tido experiências que engendraram mudanças substanciais ao caráter e estilo de vida do indivíduo. Acredita-se que mesmo para aqueles que no Brasil viveram nos chamados enclaves étnicos⁷, o contato, mesmo que mínimo, com a cultura brasileira, transformou-os de alguma maneira.

Por isso, mesmo que o retorno à Coreia ou a reemigração, após a experiência da imigração no Brasil, possam ter sido facilitados pela internet e pela realocação dos vínculos sociais através da família e de amigos, o processo continua sendo traumático e doloroso.

Notas

1 - “[...] today migrants encounter a social context that is much more tolerant of ethnic diversity and long-term transnational connections compared to the past when assimilation was demanded more strenuously” (LEVITT et al., 2003, p. 569).

2 - <http://www.mofat.go.kr> Acesso em: 11 nov. 2010.

3 - Associação Coreana de Atacadistas de Vestuário dos Estados Unidos.

4 - “Based on a community estimate, 20.000 of 300.000 Korean immigrants in Southern California, almost 10 percent, are said to be secondary migrants from South American countries. Generally, these Koreans lived for fifteen to twenty-three years in South America before relocating to the United States” (PARK, 1999, p. 669).

5 - “The concept of transnational culture also helps explain why Korean remigrants from South America can better play a strategic role in multiethnic U.S. neighborhoods than other Korean immigrants. While other immigrants evaluate U.S. society in either a Korean or a non-Korean way, multiply-displaced immigrants bring additional frames of reference to questions, leading to varied workable solutions” (PARK, 1999, p. 671).

6 - “[...] retained their culture and customs more than any parts of the Korean diaspora (JOO, 2007, p. 169).”

7 - Caracterizado como um padrão de territorialização de minorias nas cidades, onde há “concentração de grupos específicos baseada em escolhas voluntárias, como o desejo de constituição de relações de vizinhança, manutenção de elementos de cultura ou religião, proximidade de equipamentos de comércio e serviço específicos, direito à manutenção da língua nativa” (CYMBALISTA e XAVIER, 2007, p. 121).

Referências

- CHOI, Keum Joa. *Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo, 1991.
- CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos Metrópole* 17, 1º sem. 2007, p. 119-133.
- IM, Yun Jung et al. *The second generation of Koreans in Brazil: a portrait*. Korean Studies Group - University of São Paulo. UCLA Center for Korean Studies, 2009. Disponível em: <http://www.international.ucla.edu/korea/latin/article.asp?parentid=112_638>. Acesso em: 6 jun. 2010.
- JOO, Jong-Taick. Korean return migrants from Brazil: ethnic and economic aspects. *Korea Journal*. Summer, 2007.
- LEVITT, Peggy et al. International Perspectives on Transnational Migration: An introduction. *International Migration Review*, New York, v. 37, nº 3, p. 565-575, 2003.
- MERA, Carolina. *Diáspora coreana en América Latina*. Publicación del II Encuentro Latinoamericano de Estudios Coreanos, 2005. Disponível em: <<http://ceaa.colmex.mx/estudioscoreanos/images/mera.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2010.
- PARK, Kyeyoung. "I am floating in the air": creating of a transnational space among Korean-latin American remigrants. *Positions*. Duke University Press, vol. 7, nº 3, 1999.
- PARK, Kyeyoung. *A rhizomatic diaspora*. Transnational passage and the sense of place among Koreans in Latin America. 2009. Disponível em: <<http://web.international.ucla.edu/article.asp?parentid=112643>>. Acesso em: 28 jul. 2010.
- SAYAD, Abdelmalek. O retorno. Elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, ano XIII, número especial, jan. 2000.

RESUMO

O presente artigo busca discutir os temas da reemigração e do retorno no processo de imigração coreana no Brasil. Objetiva apresentar a discussão existente na literatura especializada sobre o tema da reemigração e do retorno dos coreanos, bem como as representações de nove imigrantes coreanos sobre esse processo. Constata-se que o contato, mesmo que pequeno, com a cultura brasileira, transformou-os de alguma maneira e, apesar da facilidade advinda da tecnologia que permite a aproximação e a realocação dos vínculos sociais pela família e amigos, o processo continua sendo traumático e doloroso.

Palavras-chave: imigração coreana; reemigração; retorno.

ABSTRACT

This article discusses the processes of remigration and return of Korean immigrants in Brazil. It aims to present the discussion in the existing literature on the subject of remigration and the return of Koreans, as well as the representations of nine Korean immigrants on this process. It appears that although the contact with Brazilian culture is not so significant, it has somehow changed them. Despite the fact that technology has made it easier for them to get closer social ties and the relocation of the family and friends, the process continues to be traumatic and painful.

Keywords: Korean immigration; remigration; return.

Na pia batismal Tradição e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos

*Fábio Augusto Scarpim **

O nome próprio é um dos primeiros elementos de diferenciação e individualização que uma pessoa recebe. Ao mesmo tempo, ele é um poderoso meio de integração do indivíduo a uma família ou a um grupo social, e um signo muito importante na definição da identidade. Em muitas sociedades, os nomes são pensados como um patrimônio. Assim, as práticas de nomeação (o ato de atribuir nomes de batismo) têm caráter significativo para o estudo das tradições, da circulação de bens simbólicos e principalmente da constituição da identidade, seja individual ou coletiva.

O objetivo deste artigo é entender como se processaram as práticas de transmissão de nomes de batismo no interior de um grupo italiano, analisando a frequência dos prenomes dados a meninos e meninas no decorrer de cinquenta anos. Para isso, temos como foco de análise algumas dezenas de famílias que emigraram do Venêto no final do século XIX e se instalaram em colônias no município de Campo Largo, no Paraná; e formaram uma paróquia¹. A base documental utilizada é formada basicamente por registros paroquiais (atas de casamento e batismo que foram sistematizados pela metodologia Fleury-Henry (1985) de reconstituição de famílias, oriunda da demografia histórica.

Ao analisar o estoque onomástico utilizado pelo grupo percebemos que a perpetuação dos mesmos prenomes no interior da linhagem era comum. Isso se dava porque era costume no grupo em estudo utilizar os mesmos nomes dos

* Mestre em História pela UFPR. Professor Colaborador da Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO/IRATI.

membros da família (avós, tios, padrinhos, pais) ou prenomes devocionais (santo do dia, padroeiro da região de origem entre outros). Esse padrão está de acordo com as chamadas sociedades tradicionais e, em diferentes momentos da história podem ser verificados.

Os nomes e sua frequência

As práticas de nomeação se constituem em um dos signos acionados pelo grupo italiano no processo de construção de sua identidade coletiva e das identificações étnicas. A análise das informações dos registros paroquiais, sistematizados pela metodologia de reconstituição de famílias, revelou que as escolhas dos prenomes não foram aleatórias, muito pelo contrário, estavam influenciadas pela herança cultural trazida da sociedade de origem. Conforme Robert Rowland, “independente dos nomes em si, a existência de uma distribuição regular dos nomes próprios em qualquer população, ou a persistência dessa distribuição ao longo do tempo, constitui um indício seguro do caráter socialmente significativo das práticas de nomeação” (ROWLAND, 2008, p.18).

A maior frequência de determinados prenomes, assim como a menor de outros, está diretamente ligada a mecanismos de ordem social, cultural ou religiosa. Como todo agir humano, o ato de nomear acontece para alcançar um objetivo, e é determinado por conhecimentos, por avaliações e motivações, que são “condicionados pela sociedade como um todo e pelo grupo social” (EICHLER apud SIEMENS, 1992, p. 40). Assim, a escolha do prenome de uma criança não deveria atender apenas aos interesses dos pais, mas também ser reconhecida dentro de uma esfera válida, de uma determinada ordem, para todo o grupo.

Antes de tratar da distribuição dos prenomes de batismo no decorrer do período analisado, é importante ressaltar as dificuldades e as limitações das fontes utilizadas. O primeiro problema refere-se à maneira de grafar os prenomes nos registros paroquiais. Desde o início da colonização, os nomes, inclusive dos imigrantes, são geralmente apresentados na forma portuguesa e não na forma *vêneta*. Exemplo disso é que a maior parte dos noivos que nasceram na Itália e se casaram em Campo Largo, e mesmo de seus pais, tem seus nomes traduzidos no registro de matrimônio. O intrigante é o fato que, salvo os registros paroquiais dos primeiros anos de uma das colônias, os demais foram feitos por padres italianos. Qual o motivo? Registrar os prenomes dos imigrantes em português parece ter se constituído numa tendência generalizada dos sacerdotes para facilitar sua inserção na sociedade, ou mesmo poderia ser uma determinação da Igreja. Segundo Sérgio Odilon Nadalin, na Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, constituída por imigrantes alemães e seus descendentes, os pastores alemães geralmente mantinham os nomes originais, seja no batismo e, muitas vezes, no casamento. Por outro lado, muitas crianças batizadas com nomes grafados em alemão tinham seus nomes aportuguesados no casamento e (ou) por ocasião do sepultamento (NADALIN, 2004). No caso dos italianos, diferentemente dos

alemães, a impressão que temos é que os noivos italianos estariam perdendo na hora do casamento sua identidade batismal, considerando o diálogo necessário com a sociedade maior, luso-brasileira. Nesse sentido, os padres italianos contribuiriam para a integração dos noivos na sociedade receptora.

O artigo de um regulamento da Capelania Curada italiana, instituição criada em 1888 para atendimento espiritual dos imigrantes italianos instalados em Curitiba e região traz a seguinte informação em relação à manutenção dos livros de registro:

Na capelania é preciso ter os livros seguintes, os quais serão abertos, numerados, rubricados e fechados pelo Chanceler do Bispado. Um livro de tomo para registrar aquilo que sucede na capelania; um livro para registrar as visitas pastorais, ordens, avisos do bispo diocesano. Três livros para registrar, os batizados, os casamentos e os óbitos. O registro desses livros será feito em língua portuguesa, conforme a ordem do Ordinário. Como, porém, o bispado não tem o seu pessoal adequado, damos ordem ao capelão cura superior para abrir, numerar e fechar estes livros conforme o costume da diocese (AZZI, 1987, p. 268).

No trecho acima podemos destacar que a recomendação era para que os livros fossem feitos em língua portuguesa. Até que ponto essas determinações não deveriam ser aplicadas também aos nomes? De qualquer forma, acredita-se que, para o grupo em estudo, o nome podia se apresentar de maneiras distintas no meio público e privado. Assim, na esfera pública, para facilitar a inserção na sociedade receptora, poderia ser utilizado em português, enquanto no âmbito familiar e colonial permaneceria tal como era na terra natal. A não-uniformidade dos registros paroquiais no que toca à forma de grafar dificulta o entendimento de quando os contatos culturais entre o grupo italiano e brasileiro se estreitam a ponto de modificar o uso do prenome nos dois âmbitos. Referimo-nos a essa inconstância, porque na década de 1920, o padre Jorge Bortolero, que redigiu as atas de batismo durante um curto período², registrou a maior parte das crianças com os prenomes em italiano. Também no livro de registro da Caixa Mortuária da colônia Campina da paróquia em estudo, percebe-se que na maior parte dos casos, até o ano de 1937, os nomes são escritos na língua de origem³. Ao contrário das atas paroquiais, esse livro não era redigido pelo sacerdote, mas sim por algum morador da colônia, responsável pela administração da instituição.

Em relação ao rol de indivíduos listados neste documento, percebe-se que somente a partir da década de 1910 começam a aparecer os primeiros prenomes traduzidos. Até então, embora muitos estivessem grafados com erros, estes eram escritos na forma italiana (ou melhor, vêneta) como, por exemplo, o prenome *Piero* (grafado no dialeto). A partir desses indícios, acredita-se que o processo de “aportuguesamento” dos nomes foi lento, e que se iniciou quando da maior necessidade de utilização dele no ambiente público ou quando os contatos

interétnicos se intensificaram, sendo que no ambiente doméstico e comunitário, prevalecia como era na língua de origem. Dessa maneira, é possível que as atas paroquiais tivessem um caráter mais público, daí a tradução do prenome para a forma portuguesa. É claro que esse caráter “mais público” deve ser relativizado, pois ao comparar o registro paroquial com o civil, o último tem um caráter muito mais público do que o primeiro. O trecho do depoimento a seguir ilustra como a menção ao nome pode se dar em esferas distintas.

(...) meu pai era *Giacomo*, nem muito bem o italiano, veja *Jacó* é *Giacomo*, mas chamavam de *Giacó*, então não era muito pelo nome em italiano, era o nome como chamavam. Meu avô se chamava *Piero*, *Domingos* se chamava *Menigo*, e *Francisco*, *Francesco*, *Keiko* no dialeto, *Antonio*, *Toni*, *José*, o *Giuseppe* virava *Beppi*⁴.

Da mesma maneira um conjunto de apelidos que era comum no cotidiano das colônias italianas:

Andin, Angelin, Angio, Bastian, Bepi, Bepo, Catina, Fiuriti, Gigio, Gusto, Iaco, Iiha, Ina, Iza, Lecio, Leli, Lolo, Maneco, Marica, Marieta, Mariquinha, Mênega, Mênego, Meni, Mingo, Maneco, Nina, Nino, Pipeta, Tato, Tchula, Tiqueto, Toni, Tonic (CEQUINEL et al. 2006, p. 244).

Embora em situações formais, como na escola, no cartório e na Igreja na hora do registro, nos negócios ou na vida política, os nomes fossem apresentados na forma portuguesa, no cotidiano da colônia e na família, prevalecia a referência da língua materna, na qual eles transmitiam suas crenças, seus hábitos e costumes. Nas situações informais, nem era o prenome italiano que predominava, mas sim apelidos ou formas abreviadas do nome na língua original. A própria repetição de nomes retirados da linhagem gerava uma série de apelidos, sendo que um mesmo prenome poderia ter diferentes variações. Esse processo é antigo; segundo Bennett citado por Jack Goody, a diminuição dos nomes e o aumento populacional a partir da época das reformas dos séculos XI e XII agudizaram o problema dos homônimos, o que veio favorecer o desenvolvimento dos apelidos como meio suplementar de identificação (GOODY, 1995, p.183). Embora não seja objetivo desse artigo discutir a forma como o grupo lidava com o uso dos prenomes no seu cotidiano ou mesmo o uso do nome por esses indivíduos ao longo de sua vida, é importante destacar que essas “corruptelas” geradas pelo próprio sistema de transmissão dos prenomes também fazem parte dos códigos culturais do grupo e por sua vez da etnicidade.

Independente da forma grafada ou falada, a escolha por esse ou aquele prenome respondia aos costumes e desejos da família, e num âmbito maior, do grupo. Embora muitos dos nomes de batismo sejam apresentados nos registros

escritos, em português, a origem da sua escolha refere-se a elementos simbólicos, característicos do grupo de pertencimento, da sociedade original.

Entre os anos de 1878 e 1937, nos 2.023 meninos batizados foram utilizados 310 diferentes prenomes e nas 1.948 meninas 278 variados nomes de batismo⁵. Para os nomes duplos, apareceram 242 combinações diferentes para os meninos e 248 para as meninas, utilizadas em 359 e 308 casos, respectivamente. As tabelas que se seguem, mostram quais foram os dez prenomes femininos e masculinos preferidos pelos imigrantes e seus descendentes. Os recortes cronológicos foram feitos em decênios, para verificar se há mudanças no uso de determinados prenomes na passagem de uma geração a outra. As tabelas a seguir levaram em consideração também a frequência dos prenomes, independente de estes serem utilizados de forma única ou combinada.

TABELA 1 – FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS PRENOMES MASCULINOS ESCOLHIDOS PELO GRUPO (1878-1937).

Nomes	1878-1899		1900-1910		1911-1920		1921-1930		1931-1937		1878-1937	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Angelo	45	6,6	22	4,0	20	4,0	27	4,5	15	4,6	129	4,9
Antonio	86	12,6	76	14,0	68	13,5	83	13,7	38	11,7	351	13,2
Augusto	5	0,7	8	1,5	9	1,8	15	2,5	9	2,8	45	1,7
Baptista	29	4,3	21	3,9	11	2,2	13	2,1	8	2,5	82	3,1
Domingo/ Domenico	17	2,5	11	2,0	9	1,8	9	1,5	8	2,5	54	2,1
Francisco/ Francesco	19	3,0	18	3,3	23	4,6	8	1,3	5	1,5	73	2,7
João/ Giovanni	97	14,2	61	11,2	67	13,3	80	13,2	25	7,7	330	12,4
José/ Giuseppe	69	10,1	60	11,0	45	9,0	39	6,4	11	3,4	224	8,4
Luis/Luigi	25	3,7	26	4,8	27	5,4	26	4,3	9	2,8	113	4,2
Pedro/Pietro	33	4,8	25	4,6	18	3,6	19	3,1	16	4,9	111	4,2
Subtotal	425	62,4	328	60,2	297	59,1	319	52,6	144	44,2	1512	56,8
Outros	256	37,6	217	39,8	206	40,9	288	47,4	183	55,8	1150	43,2
Total	681	100	545	100	503	100	607	100	326	100	2662	100

FONTE: Registros de Batismo, Acervos das Paróquias de São Sebastião e Nossa Sra. da Piedade (Campo Largo/PR).

TABELA 2 – FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS PRENOMES FEMININOS ESCOLHIDOS PELO GRUPO ITALIANO (1878-1937).

Nomes	1878-1899		1900-1910		1911-1920		1921-1930		1931-1937		1878-1937	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Angela	40	7,0	32	6,8	18	3,3	14	2,3	13	3,8	117	4,6
Anna	11	2,0	22	4,7	8	1,5	14	2,3	9	3,0	64	2,5
Antonia	24	4,2	12	2,6	35	6,5	16	2,6	15	4,4	102	4,0
Catterina/ Cattarina	21	3,7	27	5,8	17	3,2	19	3,1	8	2,3	92	3,6
Joana/ Giovanna	17	3,0	9	1,9	22	4,1	9	1,5	6	1,7	63	2,5
Luiza/Luigia	20	3,5	17	3,6	22	4,1	22	3,6	8	2,3	89	3,5
Magdalena	16	2,8	8	1,7	9	1,7	8	1,3	2	0,6	43	1,7
Maria	94	16,4	89	19,0	100	18,6	108	17,8	63	18,3	454	18,0
Rosa	37	6,5	23	4,9	33	6,1	30	4,9	13	3,8	136	5,4
Teresa	16	2,8	20	4,3	26	4,8	15	2,5	24	7,0	101	4,0
Subtotal	296	51,8	259	55,2	290	54,0	255	42,0	161	46,8	1261	50,0
Outros	262	48,2	224	47,8	248	46,0	352	58,0	183	53,2	1269	50,0
Total	572	100	469	100	538	100	607	100	344	100	2529	100

FORNTE: Registros de Batismo, Acervos das Paróquias de São Sebastião e Nossa Sra. da Piedade (Campo Largo/PR).

De acordo com as tabelas acima percebemos que para todo o período analisado os dez prenomes mais frequentes, com exceção do último para os meninos e dos dois últimos para as meninas, correspondem a mais da metade dos nomes de batismo em uso. Entretanto, à medida que as gerações se sucedem há uma maior diversificação dos prenomes. Para as mulheres, esse fenômeno se processa principalmente a partir dos anos 1920 e para os homens a partir dos anos 1930. Esse descentramento poderia ser resultado do impacto das políticas de nacionalização dos estrangeiros e seus descendentes, propagadas pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1920. Entretanto, apesar dos dois últimos períodos indicarem o início de uma mudança no estoque onomástico utilizado pelo grupo, numa leitura geral das duas tabelas, percebe-se que o fato de estes dez prenomes listados acima serem utilizados com bastante frequência está diretamente ligado à forma como os imigrantes e descendentes nomeavam seus filhos. Um dos principais motivos é o fato de que as fontes de referência mais comuns eram, sobretudo, a família e a religiosidade conforme a tradição da sociedade de origem. A perpetuação destes costumes traz como resultado direto um grupo restrito de prenomes como os mais utilizados.

A análise comparativa das tabelas 1 e 2 mostra que a diferença de gênero ao longo do período estudado, em relação ao conjunto dos dez prenomes mais

frequentes e o grupo dos “outros prenomes” é bastante significativa. Por meio das tabelas acima observa-se que para todo o período analisado o percentual dos prenomes escolhidos, fora do grupo dos dez mais votados, foi de 43,2% para os homens e 50% para as mulheres. A diferença de contração no estoque de prenomes masculinos e femininos indica que o sistema de nomeação no interior do grupo está de acordo com os valores e as formas de sociabilidade por eles desenvolvidos que privilegiou o patriarcalismo. Dar nomes é também transmitir valores, estados e posições no interior da família ou linhagem. Os imigrantes italianos eram portadores de uma tradição camponesa patriarcal, na qual a transmissão de bens materiais e simbólicos se daria especialmente pela via masculina. Dessa maneira, nota-se que a tradição se mantém mais forte para os homens, pois são eles os herdeiros da linhagem. Segundo Jack Goody, na Europa mediterrânea a supremacia da linhagem se manteve forte até o século XIX (GOODY, 1995, p. 26). Como nesse sistema o par conjugal ficava incorporado dentro de uma unidade maior, a autoridade masculina prevalecia e recebia o apoio do grupo de parentesco. Como a mulher, pelo casamento, passaria à outra linhagem, as regras de transmissão do patrimônio simbólico não eram tão rígidas quanto para os homens.

Os prenomes mais utilizados pelo grupo para batizar seus filhos estão de acordo com o estoque onomástico trazido pelos imigrantes. Assim, os principais prenomes que a geração de pioneiros portavam são praticamente os mesmos utilizados por seus descendentes. A tabela a seguir mostra os prenomes mais utilizados entre os imigrantes italianos que colonizaram Campo Largo. Os percentuais entre o conjunto total dos prenomes mais votados em relação aos “outros” evidentemente são maiores nas tabelas 1 e 2 , pois o número total de nomes nestas duas é bem maior que a 3.

TABELA 3- PRENOMES MAIS FREQUENTES ENTRE OS IMIGRANTES ITALIANOS

Prenome	#	%	Prenome	#	%
Angelo	24	4,5%	Angela	42	8,3%
Antonio	54	10,2%	Anna	17	3,4%
Baptista	11	2,1%	Antonia	12	2,4%
Domenico	21	4,0%	Catterina	34	6,7%
Francesco	31	5,8%	Domenica	12	2,4%
Giovanni	58	10,9%	Giovanna	15	3,0%
Giuseppe	57	10,7%	Luigia	22	4,4%
Luigi	32	6,0%	Maria	109	21,6%
Pietro	31	5,8%	Regina	18	3,6%
Santo	16	3,0%	Teresa	17	3,4%
Outros	196	37%	Outros	206	40,8%
Total	531	100,0%	Total	504	100,0%

FONTE: Livros de Registros de Cadastro de Imigrantes entrados pelo Porto de Paranaguá (DEAP), (1877-1891).

Outra observação a ser destacada em relação ao rol de prenomes listados acima é a notória percepção de que os mais utilizados se relacionam aos principais personagens da Igreja, tanto dos meninos quanto das meninas, embora dos primeiros seja mais acentuado. No norte italiano, a Igreja Católica era um forte elemento de identificação coletiva, ou melhor, uma das únicas instituições capazes de congregar a comunidade num âmbito maior que o da aldeia. A difusão dos nomes dos grandes patronos religiosos seria reflexo do movimento empreendido pela Igreja de cristianizar os nomes próprios. Dessa maneira, muitos dos nomes dados às crianças estavam impregnados do sentimento religioso.

Mudanças e permanências no uso de determinados prenomes podem ser observadas a partir de diferentes eventos históricos, exemplo disso pode ser relacionado nas tabelas 1 e 3. Nestas, vemos que *José* ou *Giuseppe* está entre os mais utilizados. Conforme um estudo sobre os prenomes na república florentina, a partir de censos de domicílios, ao longo de 250 anos (1282-1532)⁶, o prenome *Giuseppe* praticamente não existe nessas listas⁷. Essa mudança provavelmente está ligada às ações da Igreja pós-tridentina em relação às figuras da sagrada família. É claro que a comparação está sendo feita entre períodos temporalmente distantes. Mas, por outro lado, se levarmos em consideração que na referida pesquisa sobre a Florença dos séculos XIII ao XVI, o prenome *Antonio* está entre os mais usados, assim como no grupo em estudo, verificamos que o nome do santo medieval atravessou séculos como um dos preferidos entre os italianos do norte⁸. Da mesma forma, *Piero*, *Giovanni* e *Francesco*⁹, que estão entre os mais usados em Florença na Idade Média, também encabeçam a lista dos nomes mais frequentes entre os imigrantes italianos e descendentes em Campo Largo nos séculos XIX e XX.

A perpetuação de determinados costumes, como o de transmitir nomes de familiares, certamente contribuiu de forma significativa para a estabilidade do estoque de prenomes. Na tabela 2, observamos que o prenome *Maria* é soberano entre as meninas durante todo o período. Seja de forma simples ou combinada, foi largamente utilizado pelos imigrantes e descendentes. *Maria* é um prenome de origem semítica ou hebraica (GUÉRIOS, 1973, p. 171) e sempre foi muito utilizado pelos diversos povos europeus. O seu uso recorrente pode estar associado à progressiva difusão do culto mariano a partir da Idade Média. Entretanto, Dominique Schnapper alerta que não se pode concluir que sua proliferação está associada somente à crescente influência da Igreja, outras causas também podem estar associadas (SCHNAPPER, 1984, p.114). No grupo em estudo, o prenome *Maria* é muito utilizado tanto de maneira simples como em combinações, como, por exemplo, *Maria Madalena*, *Maria de Lourdes*, *Maria Anunziata*, que podiam estar associado ao sentimento religioso, ou, em outras ocasiões, a nomes de um familiar, ou ser utilizado por outro motivo.

O costume de se repetir os mesmos nomes de batismo pela família fazia com que determinados prenomes fossem utilizados com bastante frequência entre os colonos italianos. Entretanto, outros que não figuram entre os dez mais utilizados pelo grupo também têm a mesma explicação. *Plácido*, por exemplo, aparece, entre os anos de 1888 e 1920, nove vezes, e todos os meninos batizados

com esse prenome têm um ancestral comum, ou seja, são netos do imigrante *Plácido Zampieri*. Da mesma forma, os dez meninos designados por *Cipriano* no mesmo período são todos netos do imigrante *Cipriano Cunico*. Na colônia Campina, há um grande número de meninas batizadas como *Carolina*, sendo que quase todas se relacionam a uma ancestral comum.

Além de expressar valores familiares e religiosos, ou a identidade do grupo, a escolha de um nome também pode estar associada a um significado conotativo. Segundo a definição de Sonderegger, o significado conotativo é a soma das associações, imagens e sentimentos ligados a ele, quer sejam positivos, quer neutros, quer negativos. Essa conotação pode ser evocada pelo corpo sonoro, pela forma escrita do nome, pelo portador, pela capacidade de imaginação do ouvinte, ou, até mesmo, pelo seu significado etimológico, na medida em que for possível identificá-lo (SONDEREGGER apud SIEMENS, 1992, p.34). Entre os descendentes de italianos do grupo em estudo era comum a modificação de determinados prenomes a partir do nome de batismo de um familiar. Nessa direção, principalmente para o gênero feminino, há muitos prenomes terminados em “*Ina*”, como: *Paolina* (de *Paola*), *Orsolina* (de *Orsola*), *Carmelina* (de *Carmela*), *Pasqualina* (de *Pasqua*), *Angelina* (de *Angela*), *Rosalina* (de *Rosa*), *Santina* (de *Santa*). O objetivo dessa prática parece ter uma dupla função, ao mesmo tempo que se buscava a inovação, a escolha de um prenome pouco comum e assim sublinhar a identidade do indivíduo, homenageava-se um membro da família. Era escolhido um nome diferente, mas que não deixava de evocar um parente. Dito de outra forma, a própria repetição gerava essas novas formações, tendo em vista a conciliação entre a tradição e a criação de uma nova identidade para a criança por meio do nome.

Os prenomes retirados de um determinado estoque familiar, ou do calendário litúrgico, constituem a maior parte do rol daqueles utilizados. Entretanto, apesar de esporádicos, alguns nomes bastante inusitados chamam a atenção. O uso de *Itália* ou *Ítalo* como nome de batismo parece não ter sido fato incomum aos diversos núcleos coloniais do sul do Brasil. Conforme cita o padre Henrique Vieter, em Silveira Martins, no Rio Grande Sul, foram constantes as lutas dos sacerdotes palotinos para a “cristianização” de alguns nomes próprios demasiadamente ligados ao nacionalismo italiano. “Os italianos muitas vezes davam o nome de *Ítalo* aos meninos, e *Itália* às meninas, e contra isso nada se podia fazer. Para evitar longas discussões eu lhes dizia: ‘tomemos *São José* por protetor’, e batizava o menino com o nome de *José Ítalo*. As meninas também merecem uma grande padroeira, e lhes dava o nome de *Maria Itália*, com o que os colonos se sentiam muito satisfeitos” (VIETER apud POSSAMAI, 2004, p. 147). Embora, dentro do grupo em estudo, fossem poucas as meninas batizadas como *Itália*¹⁰, tanto de forma simples como combinada, o caso de uma família específica merece ser destacado. O segundo e terceiro filho do casal *Domingo Bianco* e *Maria Vechiato*, um menino e uma menina, receberam os prenomes de *Vitório* e *Itália*, respectivamente. Esses prenomes parecem não ser herdados de nenhum parente próximo, mas provavelmente referências ao país de origem de seus pais. *Vitório* poderia ser uma referência ao primeiro nome do rei italiano (*Vittore Emanuele*) e o da menina, a menção à própria pátria de origem.

Além dessas menções à terra de origem dos imigrantes, há outros casos que também chamam a atenção, como, por exemplo, do menino batizado como *Brasilino*, que parece saudar a pátria receptora. Também há alguns prenomes que, no estoque total utilizado pela comunidade, foram raros como *Crescencia*, *Fedenziana*, *Persilio*, *Ovídio*, *Tarsilla*, *Feliciano*, *Landilino* ou *Vicenza*. O que queriam esses pais quando escolheram esses nomes? Seriam referências a membros da família, coisas, lugares, sentimentos ou poderiam ser inventados? Em algumas situações, o desejo de inovar, ou mesmo sublinhar a individualidade da criança, parece ter se sobreposto aos costumes tradicionais. Por outro lado, os outros casos vão no sentido oposto, pois apresentam uma clara conotação religiosa, como: *Apostolo*, *Santa*, *Santo*, *Christao*, *Arcangelo*, *Anunziata*, entre outros, e que são nomes característicos da região de origem dos imigrantes.

O hábito de utilizar nomes menos comuns, derivados de um prenome em larga utilização como aqueles citados acima, inventados ou combinados, pode ter sido alternativas encontradas por alguns pais para individualizar a criança num período em que as famílias tinham um grande número de filhos¹¹. Por exemplo, em 1914 o casal *Antonio Carlesso* e *Luiza Massochetto* batizou seu primeiro menino com o prenome *Bernardino* (nome do avô paterno), menos de dois anos depois, *Pietro*, irmão de *Antonio*, também escolhe para seu primeiro menino o prenome do avô paterno, só que ao invés de *Bernardino*, coloca *Bernardo* combinado com *Carlos* (nome do avô materno). A escolha de um nome duplo poderia ser uma maneira de individualizar crianças de idade próxima e que moravam relativamente perto umas das outras? Com exceção de alguns prenomes que foram usados com maior frequência, os nomes duplos geralmente são escolhidos a partir de determinadas influências. Na Florença renascentista, por exemplo, estes representavam a necessidade de conciliar nomes da linhagem com o do patrono religioso. Também serviam para solidificar os laços entre as duas famílias (da mãe e do pai), assim como era uma forma de enriquecer o estoque de prenomes em uso (KLAPISCH-ZUBER, 1980, p. 87-88). Vejamos quais prenomes combinados foram utilizados mais frequentemente pelo grupo.

TABELA 4 – FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS PRENOMES DUPLOS MASCULINOS ESCOLHIDOS PELO GRUPO ITALIANO (1878-1937).

Nomes	1878-1899		1900-1920		1921-1937		1878-1937	
	#	%	#	%	#	%	#	%
João Baptista	13	11	21	16	18	17	52	15
Antonio Luiz	1	1	6	5	0	0	7	2
Angelo Antonio	2	2	6	5	0	0	8	2
João Antonio	4	3	1	1	1	1	6	2
Santo Antonio	2	2	3	2	0	0	5	1
Outros	99	81,0	96	71	86	82	281	78
Total	121	100	133	100	105	100	359	100

FONTE: Registros de Batismo, Acervos das Paróquias de São Sebastião e Nossa Sra. da Piedade (Campo

Largo/PR).

TABELA 5 – FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS PRENOMES DUPLOS FEMININOS ESCOLHIDOS PELO GRUPO ITALIANO (1878-1937).

Nomes	1878-1899		1900-1920		1921-1937		1878-1937	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Maria Luiza	9	8	5	5	2	2	16	5
Maria Madalena	6	5	4	4	5	5	15	5
Maria Antonia	4	4	5	5	3	3	12	4
Maria de Lourdes	0	0	0	0	11	10	11	3
Maria Rosa	0	0	7	7	1	1	8	2
Outros	96	83	80	80,0	85	79	261	81
Total	115	100	101	100	107	100	323	100

FONTE: Registros de Batismo, Acervos das Paróquias de São Sebastião e Nossa Sra. da Piedade (Campo Largo/PR).

Nas tabelas acima, constata-se que são poucas as combinações que foram utilizadas em maiores proporções pelo grupo. Para os meninos, *João Batista* é o único prenome duplo que pode ser definido como de grande utilização. Entretanto, indaga-se até que ponto este pode ser tomado como prenome duplo, pois na grafia italiana, *Giovanbattista* muitas vezes se apresentava como um só prenome¹². Para um povo de grande devoção ao santo, poderíamos atribuir a sua frequência à influência do patrono religioso. Além desse, as demais combinações se relacionam aos prenomes mais recorrentes. No decorrer do período analisado, das 245 combinações masculinas, *Antonio* aparece em 42 delas, *João* em 47, *José* em 33 e *Angelo* em 24. É interessante como alguns prenomes duplos adquirem uma clara conotação religiosa como: *Santo Antonio*, *Santo Paulo*, *Santo Tobias*, *João Santo*, entre outros. Aliás, o uso corrente do prenome *Santo* é característico da Itália, sendo pouco comum em outras regiões da Europa. Também foram os italianos os precursores da utilização de *Maria* como segundo nome masculino, principalmente junto com o prenome *João* (FUCILLA, 1949, p. 4-6).

Em relação aos nomes duplos femininos, percebe-se que *Maria* está entre os mais utilizados. Das 254 combinações, esse prenome aparece em 99 casos. Alguns arranjos já são tradicionais como *Maria Madalena*, que remonta à personagem bíblica, também *Maria Luiza*, que é uma combinação utilizada por diferentes grupos. Por meio da tabela acima, é notório que o nome *Maria de Lourdes* passa a ser utilizado somente a partir da década de 1920. Até então, não havia ocorrido nenhum caso. Seriam reflexos do culto à N.ª Sr.ª de Lourdes difundido na Europa a partir da segunda metade do XIX¹³? O próprio prenome *Lourdes* praticamente não foi utilizado de forma única antes desse período. Além de *Maria*, outros prenomes também foram bastante usados em combinações, tais como: *Rosa* em 21 prenomes duplos, *Angela* em 18 e *Antonia* em 19. Assim como os meninos, nomes combinados com conotação religiosa também apareceram: *Maria Santa*, *Santa Cattarina*, *Santa Inês*, entre outros.

Para finalizar, embora a documentação paroquial tenha apresentado limitações para a análise das formas de nomear as crianças no momento do batismo, entende-se que os prenomes dados pelos imigrantes e seus descendentes estão de acordo com códigos culturais específicos que fazem a ponte com o mundo ancestral deixado para trás. A manutenção do mesmo estoque onomástico de prenomes reflete o desejo do grupo perpetuar as tradições que os uniam à pátria Itália. Por outro lado, as transformações verificadas nas práticas nomeativas como a adoção de prenomes considerados “raros” no estoque em uso, podem indicar uma série de mudanças como: aproximação do grupo com a sociedade receptora, o abandono de parte das tradições por algumas famílias ou mesmo o desejo de sublinhar a identidade da criança com nomes da moda ou considerados “novos”.

Notas

1 - As colônias italianas formadas no município de Campo Largo e que constituíram nosso objeto de pesquisa são: Antônio Rebouças, Campina, Mariana e Rondinha. A paróquia em estudo é a paróquia de São Sebastião localizada na última colônia.

2 - Registros de batismo rubricados por esse cura compreendem o período de setembro de 1926 a março de 1927.

3 - A Caixa Mortuária era uma associação existente no meio colonial com o objetivo de angariar fundos para as despesas funerárias dos seus membros. A Associação registrava os óbitos dos moradores em livro próprio.

4 - Entrevista concedida ao autor em 23/12/2008 por D. Pedro Fedalto.

5 - Os números (310 e 278) referem-se a prenomes simples.

6 - Ver: <<http://www.stg.brown.edu/projects/tratte/doc/TLNAME1.html>> Acesso em: 14 jun. 2009.

7 - Nessa lista dos 165 mil prenomes, Giuseppe aparece apenas duas vezes.

8 - Antonio aparece 8.412 vezes sendo o terceiro nome mais utilizado.

9 - Piero, Giovanni e Francesco aparecem 7.973, 13.259 e 11.300 vezes sendo o quarto, primeiro e segundo, respectivamente, dos mais utilizados.

10 - Durante todo o período encontramos sete meninas batizadas como *Itália* e nenhum menino *Ítalo*.

11 - Dominique Schnapper mostra que a utilização crescente de prenomes compostos e múltiplos está ligada ao processo de urbanização, ocorrido na Europa entre o século XVIII e o início da Primeira Guerra Mundial, que poderia ser interpretado como uma resposta à dupla necessidade de individualizar o sujeito no interior de sua família e da sociedade, e de distinguir o indivíduo e sua família da sociedade.

12 - Há discussões em relação aos procedimentos a serem tomados quando se distingue prenome simples de prenome combinado. Entretanto, essa é uma questão linguística, que no momento não temos condições de resolvê-la. Alguns autores, como Jean Boutier em seu artigo sobre a Toscana do século XVI, também salientam as dificuldades e os problemas relativos aos nomes simples e combinados. O autor considera “Giovannibattista” como primeiro prenome, e assim para outros, como “Marcantonio” e Marcauréliu” (BOUTIER, 1988, p. 143-163).. Como a maior parte dos prenomes se apresentou traduzida para o português no registro de batismo, adotamos por critério considerar como prenome combinado. Assim João Batista foi incluído na lista de nomes combinados. Da mesma forma procedemos para outros casos como Mariana foi distinguido de Maria Ana, no primeiro caso um prenome simples e, no segundo, um combinado.

13 - Em 1907 o papa Pio X estendeu a celebração de Nossa Senhora de Lourdes a toda a Igreja Universal.

Fontes

- Livros de batismo e casamento da Paróquia de São Sebastião – Rondinha (Campo Largo - Paraná).
- Livros de Registros de Entrada de imigrantes pelo Porto de Paranaguá (Departamento de Estado do Arquivo Público do Paraná – DEAP).
- Entrevista realizada com o Arcebispo Emérito da diocese de Curitiba, D. Pedro Fedalto (82 anos) em 23 de dezembro de 2008.
- The *Online Catasto* is a World Wide Web searchable database of tax information for the city of Florence in 1427-29 (c. 10.000 records). It is based on David Herlihy and Christiane Klapisch-Zuber, principal Investigators. *Census and Property Survey of Florentine Dominions in the Province of Tuscany, 1427-1480*. Disponível em <<http://www.stg.brown.edu/projects/tratte/doc/TLNAME1.html>> Acesso em: 14 jun. 2009.

Referências

- AZZI, Riolando. *A Igreja e os migrantes: os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.
- BOUTIER, Jean. Prénoms et identité urbaine em Toscane au XVIe siècle. In: CASSAN, M.; BOUTIER, J.; LEMAITRE, N. (orgs.). *Croyances, pouvoirs et société*. Etudes offerts à Louis Pérouas Treignac. Les Monédières, 1988, p. 143-163. Disponível em <<http://www.storiadifirenze.org>> Acesso em: 7 dez. 2008.
- CEQUINEL, Valdemar José et al. *Igreja de Rondinha: 100 anos de História e Fé*. Campo Largo, 2006.
- DUPÂQUIER, Jacques. Introduction. In: *Lê prénom, mode et Histoire*. Les Entretiens de Malher. Paris: Édition de L'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980.
- FLEURY, Michel ; HENRY, Louis. *Nouveau Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancién*. 3ème. ed. Paris: INED, 1985, p. 115-182.
- FUCILLA, Joseph G. *Our italian surnames*. Baltimore: Genealogical Publishing Co., 2003. (Originally published in 1949).
- GOODY, Jack. *Família e Casamento na Europa*. Oeiras: Celta, 1995.
- GUÉRIOS, Mansur. *Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes*. São Paulo: Editora Ave Maria, 1973.
- HENRY, Louis. *Téchniques d'analyse en démographie historique*. Paris: INED, 1980.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Constitution et variations temporelles des stocks de prénoms. In: *Lê prénom, mode et Histoire*. Les Entretiens de Malher, Paris: Édition de L'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. "Lê nom <refait>". *L'HOMME - Revue française d'antropologie*, Tome XX, n° 4, octobre-décembre, 1980.
- LEITE DE VASCONCELLOS, J. *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1928.
- LIMA, Antónia Pedroso de. Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. In: CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. (Orgs.) *Nomes: gênero, etnicidade e família*. Coimbra: Almedina, 2007.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Construção e "Desconstrução" de uma cultura imigrante: atribuição de nomes de batismo, parentesco e compadrio. Séculos XIX e XX*". (Projeto de Pesquisa) CNPQ, Processo 301564/2007-8. 2003.
- NADALIN, Sérgio Odilon. João, Hans, Johan, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante. *Revista História Unisinos*. vol.11, n°1, jan./abr. 2007.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia*. Elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

- POSSAMAI, Paulo. *Dall'Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- ROWLAND, Robert. Práticas de Nomeação em Portugal durante a Época Moderna: Ensaio de aproximação. *Etnográfica*. Maio/2008.
- SCARPIM, Fábio Augusto. *Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo, PR 1878/1937)*. (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 2010.
- SCHNAPPER, Dominique. Essai de lecture sociologique. In: *Lê prénom, mode et Histoire*. Les Entretiens de Malher, Paris: Édition de L'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980.
- SIEMENS, João Udo. *Os prenomes dos descendentes de alemães de Curitiba*. Tese (Doutorado em Lingüística), USP, São Paulo, 1992.

RESUMO

O presente artigo tem como eixo central a análise das práticas de nomeação em um grupo de imigrantes e descendentes de italianos no município de Campo Largo, Paraná, no final do século XIX e início do XX. O objetivo deste artigo é entender como se processaram as práticas de transmissão de nomes de batismo no interior do grupo, analisando a frequência dos prenomes dados a meninos e meninas no decorrer de cinquenta anos. A análise da frequência dos prenomes masculinos e femininos no interior do grupo foi realizada a partir dos registros paroquiais (atas de batismo, casamentos e óbitos) sistematizados pela metodologia de reconstituição de famílias, oriunda da demografia histórica.

Palavras-chave: nomes de batismo; imigrantes italianos; identidade.

ABSTRACT

The present article has, as the main scopus, the analysis of nomination practices in a group of Italian immigrants and descendants in Campo Largo, Paraná, in the earlier XIX century and at the begining of XX century. The objective of this article is to understand how the practices in transmission of baptism names occurred inside the group, analysing the frequence of the first names given to boys and girls during a fifty years interval. The analysis of the frequency male and female names in the group was carried out from the parishes registers (baptism, marriage and death minutes) and systematized for the methodology of family reconstitution, originated from historical demography.

Keywords: baptism names; italian immigrants; identity.

A especificidade de Quebec no quadro das Políticas Migratórias Canadenses

*Marcus Vinicius Fraga**
*Lucia Maria Machado Bógus***

A partir dos anos 1980, os fluxos emigratórios ganharam importância crescente e passaram a constituir um fenômeno demográfico relevante para o Brasil. A principal hipótese, no contexto de uma economia política das migrações (PATARRA; BAENINGER, 1996) é que a forma pela qual o fenômeno ocorreu no Brasil nos anos 1980 expressou, entre outros fatores:

a) o esgotamento das migrações internas como meio de acomodação das questões fundiárias não resolvidas, já que uma reforma agrária que objetivasse atender às reivindicações dos movimentos de luta pelo direito à utilização coletiva da terra, de fato não foi executada;

b) os anseios por maior mobilidade socioeconômica de segmentos populacionais residentes nas cidades. Neste caso, apesar dos avanços trazidos pela implementação de políticas de redistribuição de renda, como o programa Bolsa Família, as políticas públicas inclusivas não conseguiram superar o dilema da ampliação das desigualdades sociais;

c) a reconfiguração econômica do país frente a um capitalismo financeiro internacional que promoveu o surgimento de uma classe trabalhadora mundializada.

* *Jornalista graduado pela Universidade Estadual de Londrina; especialista em política e relações internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; mestrando em Ciências Sociais pela PUC/SP.*

** *Professora titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP. Coordenadora do Observatório das Metrôpoles de São Paulo.*

O crescimento dos fluxos migratórios internacionais foi, por outro lado, favorecido tanto pelo desenvolvimento e barateamento dos custos de transporte, como pela diminuição do tempo de deslocamento e a maior segurança das viagens. Nos anos 1960, as teorias migratórias entendiam o fenômeno da atração de outros cidadãos como uma forma vantajosa de alguns países enfrentarem a queda na taxa de crescimento populacional. Naquele momento, presenciávamos um período de forte crescimento econômico das principais economias mundiais, aliado a um incentivo à imigração, o que favoreceu a formação de grandes fluxos migratórios e o estabelecimento de redes.

Após a crise energética em 1973, observou-se, no entanto, uma depressão econômica que trouxe mudanças conjunturais nas políticas migratórias até então adotadas pelas principais economias mundiais. A opinião pública de grande parte dos países desenvolvidos passou a se posicionar contrariamente ao ingresso de novos imigrantes, muitas vezes culpabilizados pela precarização das condições econômicas e sociais nas regiões de destino. O desgaste eleitoral dos políticos favoráveis ao livre fluxo de pessoas provocou uma mudança de posicionamento e o custo político-econômico levou ao estabelecimento das barreiras de entrada, que passaram a se chocar com os fluxos resultantes de redes migratórias já estabelecidas.

As fronteiras passaram então a funcionar mais incisivamente como barreiras tendo em vista evitar uma “enxurrada” de não-cidadãos nos principais países receptores. Conforme Zolberg, “(...) Dadas as disparidades entre os países do mundo, o estabelecimento de entradas livres causaria fluxos ilimitados, levando a uma drástica mudança que traria a equalização mundial, e, portanto, uma queda violenta nos níveis de emprego e consumo entre os países mais desenvolvidos” (ZOLBERG, 1989, p. 409, tradução nossa).

A transformação das fronteiras como mecanismo de controle dos acessos seguiu, a partir de então, um processo de judicialização da pertença, ou seja, a necessidade de possuir um status comprobatório frente ao Estado, e, as decisões legislativas, ancoradas na avaliação da opinião pública, passaram a embasar, cada vez mais, as políticas migratórias nos diferentes países do mundo.

Nas últimas décadas, as democracias capitalistas têm reafirmado as suas políticas de imigração de longo prazo que, no geral, estabelecem barreiras contra a imigração, mas com pequenas portas de entrada que permitem fluxos específicos. Uma das portas foi criada para permitir a aquisição de certos tipos de fluxos e outra para ingresso de um pequeno número de asilados. As características das migrações internacionais dependem em grande medida de como essas aberturas são definidas (ZOLBERG, 1989, p. 406, tradução nossa).

Este artigo pretende discutir, a partir do estudo de um caso concreto, em que medida as fronteiras e as políticas de ingresso podem gerar fortes

externalidades econômicas, políticas e sociais. Para isso, nos propomos fazer uma análise da política de imigração de Quebec e de suas consequências para o imaginário e as expectativas migratórias dos alunos de uma escola de língua francesa quebequense em São Paulo, com forte apelo à emigração. Para realizar a primeira etapa da proposta, partimos dos trabalhos de alguns cientistas sociais canadenses buscando perceber como eles abordam o fenômeno das migrações para o Canadá e sua relação com as políticas públicas do governo da província franco-canadense de Quebec. Na segunda etapa, realizamos um levantamento com estudantes de francês dessa escola de língua francesa, por meio da aplicação de um breve questionário socioeconômico.

O contexto de Quebec na política canadense de imigração

O Canadá foi o primeiro país do mundo a adotar, em 1971, o multiculturalismo como uma política de Estado (CAMERON, 2004). Ao longo de sua história, o país prosperou baseado na diversidade e em uma coexistência pacífica entre seus cidadãos de diversas procedências. Esta diversidade foi o produto de decisões racionais tomadas por seus habitantes e dirigentes, os quais, em sua maioria, consideram a imigração e a diversidade de etnias um orgulho nacional.

Na história canadense, a imigração está associada à construção de uma nação e, mais especificamente, ao desenvolvimento de uma economia robusta enraizada em um vasto território. Este ímpeto por desenvolver o país levou à construção de um modelo de imigração de larga escala ao longo de todo o século XX. A intenção de atrair um grande contingente populacional baseava-se, sobretudo, na necessidade de constituir um mercado interno forte que pudesse absorver a produção industrial canadense (CAMERON, 2004).

Atualmente, com a aceleração das trocas e a ampliação do comércio ultramarino, essa necessidade premente de criação de um grande mercado interno, não se coloca com a mesma importância, o que produziu uma alteração significativa na política de imigração canadense, hoje mais focada na atração de imigrantes qualificados, que supram a demanda em atividades carentes de mão de obra naquele país (BILES; BURSTEIN; FRIDERES, 2008b).

Por outro lado, os requisitos do mercado de trabalho têm se mostrado cada vez mais complexos provocando um aumento dos custos de treinamento e ampliando os problemas de integração dos imigrantes. “(...) as contínuas dificuldades dos imigrantes em ter o reconhecimento de suas habilidades educacionais e laborais adquiridas antes da entrada sugerem que, sem estratégias robustas de integração objetivando reduzir as barreiras, os programas de imigração vão continuar a se debaterem” (BILES; BURSTEIN; FRIDERES, 2008a, p. 8, tradução nossa).

Além disso, há um consenso entre os pesquisadores canadenses de que hoje em dia o poder de comunicação nas línguas oficiais do país constitui uma barreira que o imigrante precisa superar para conseguir se inserir no mercado de trabalho: somente com os conhecimentos linguísticos é que um imigrante

altamente qualificado conseguirá traduzir para o seu dia a dia os conhecimentos que já possui em sua língua materna (BILES; BURSTEIN; FRIDERES, 2008b).

De uma maneira geral, o aumento de oportunidades de trabalho, decorrente da globalização, os tratados de livre comércio (NAFTA) e a competição internacional são fatores que ampliam as dificuldades para atrair imigrantes qualificados. É por isso que o Canadá se apresenta ao mundo destacando suas vantagens comparativas em relação a outros destinos – como um país que possui uma excelente infraestrutura física, boas estradas, aeroportos, ferrovias; excelente ambiente intelectual, com universidades internacionalmente reconhecidas; um ensino fundamental e médio gratuito, bilíngue e de qualidade, e com um sistema de saúde modelo. Isso tudo em uma atmosfera de paz e tolerância social.

A diversidade étnica e cultural é considerada no Canadá o instrumento de criação de um círculo virtuoso sustentado pela imigração de trabalhadores qualificados e por uma rede de suporte social. Esta rede baseia-se na oferta de escolas, hospitais, e empregos ao imigrante, ao mesmo tempo em que entidades civis do terceiro setor e os governos (federal, provinciais e municipais) trabalham para criar um ambiente atrativo e acolhedor.

Entretanto, um desafio a ser enfrentado ainda pelo Canadá diz respeito à taxa de retorno aos países de origem ou mesmo de reemigração para outros países, de contingentes expressivos de imigrantes permanentes. Mais de 1/3 dos homens imigrantes em idade de trabalho deixam o país em até 20 anos após a chegada. Mas o dado que chama mais a atenção é que aproximadamente 60% dos que deixam o país o fazem ainda no primeiro ano após a entrada. Por um lado, pode-se deduzir que a existência dessa taxa de retorno poderia significar que o mercado de trabalho canadense não está oferecendo os ganhos que os imigrantes esperavam auferir. Por outro, as dimensões de ordem cultural, emocional e geográfica, por exemplo, tornam a questão muito complexa, dificultando a clareza analítica a respeito dos fatores motivacionais desse retorno (SWEETMAN; WARMAN, 2008).

Do ponto de vista econômico, a imigração contribui para elevar o Produto Interno Bruto do Canadá. Mas, isso não significa que se eleve o PIB per capita. As pesquisas econômicas conduzidas sobre o tópico da imigração divergem sobre se o impacto da política migratória é positivo ou negativo. Mas, todas chegam à conclusão de que, mesmo que o impacto seja positivo ele tem sido pequeno, pois a quantidade de imigrantes que entram por ano no Canadá é muito pequena para gerar consequências deletérias na estabilidade do modelo político e econômico adotado pelo país (SWEETMAN; WARMAN, 2008).

A política de imigração é concebida como política pública visando amenizar alguns problemas decorrentes da base demográfica do Canadá, sem, no entanto, resolvê-los. Sua efetividade se ancora em quatro pontos importantes:

- primeiro, ajuda a combater o custo da geração *baby boomer* (os nascidos após a Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1960). Como outros países desenvolvidos, o Canadá presenciou um crescimento 18% acima do esperado

nos nascimentos entre 1945 e 1960. Esta geração está se aposentando e gerando custos para a previdência social do país (SWEETMAN; WARMAN, 2008);

- segundo, beneficia-se ao atrair imigrantes qualificados que não são produzidos pelo sistema educacional canadense. É importante salientar que um imigrante qualificado representa um custo muito baixo para o país que o recebe, pois sua trajetória profissional não foi custeada pelo país receptor;

- terceiro, como os imigrantes geralmente não rompem totalmente a relação com o país de origem, isso amplia as perspectivas de relações econômicas que podem incrementar as exportações;

- quarto e último, a economia do país se beneficia ao receber o capital e/ou o espírito empreendedor dos imigrantes que chegam com a perspectiva de se estabelecer.

A opinião pública canadense aprova a política de imigração do país (JEDWAB, 2008). Pesquisas conduzidas pelo governo mostram que mesmo durante os ataques de 11 de Setembro, nos Estados Unidos (o momento de maior tensão na relação com os imigrantes), a popularidade da política de imigração do país se manteve estável. A porcentagem de nascidos no Canadá que acreditam que o número de imigrantes que entram no país, a cada ano, é pequeno ou adequado nunca foi menor que 60%, nem mesmo durante os ataques terroristas às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque. Nos últimos anos, esse dado se manteve inalterado. Assim, “Os canadenses parecem ser mais propensos a concordar que os imigrantes têm uma influência positiva do que os cidadãos da maioria dos outros países receptores” (JEDWAB, 2008, p. 221, tradução nossa).

O Canadá é uma democracia federativa multicultural no sentido de que valoriza a diversidade étnica como uma bandeira da nação. Quebec é vista pelos pesquisadores canadenses como um ponto de análise essencial para compreender o que significa “ser canadense”. O nacionalismo de Quebec é algo levado extremamente a sério no Canadá, sendo parte principal do que levou à formação de uma política multicultural no país. Muitas das demandas pela autonomia política de Quebec persistem desde a fundação do país e são caracterizadas pelos partidários de Quebec como uma espécie de consenso enquanto objetivo de luta política.

No caso do Canadá, a falta de uma identidade nacional unificadora – possivelmente gerada pela diversidade linguística estabelecida territorialmente – gera questionamentos quanto à legitimidade do poder federal e perpetua uma luta por reconhecimento constitucional por parte de Quebec. Por não existir uma unidade étnica, os conflitos no modelo canadense de federalismo fugiram da tradicional disputa legalista de equilíbrio de poder, como a que se configurou nos Estados Unidos (GAGNON; IACOVINO, 2007).

Conforme Gagnon e Iacovino (2007), os modelos “puros” de federalismo estadunidense e alemão foram criados para limitar os excessos do poder executivo. No Canadá, o modelo foi criado para acomodar a diversidade de nacionalidades. Ao longo da constituição histórica de Quebec, a província constitui um ponto

de resistência cultural francesa e reivindica autonomia política e econômica. Na primeira conferência interprovincial, em 1887, ficou claro aos habitantes de Quebec que a noção de construção de um país fundado no dualismo cultural (uma parte francesa e outra inglesa) e na sua coexistência, dificilmente seria respeitada. Até porque as outras províncias utilizavam a doutrina do dualismo para restringir o acesso à educação em língua francesa à minoria franco-canadense espalhada pelos territórios não quebequenses.

Nesse quadro, a província franco-canadense passou a se considerar como um gueto de resistência, onde poderia ser assegurada a representação institucional à maioria populacional francesa. A grande depressão dos anos 1930 favoreceu o surgimento de reivindicações e consentimentos pela centralização da política econômica e por um “New Deal” canadense orquestrado pelo poder federal e a ser executado em todo Canadá como a única salvação plausível.

Entretanto, politicamente, Quebec continuou firme em sua concepção do princípio federal do dualismo, que conserva até os dias de hoje. A Comissão Real de Inquérito sobre Problemas Constitucionais, de 1956, também conhecida como Comissão Tremblay, foi criada por Quebec e defendeu a continuação do respeito à divisão dos poderes do compromisso original dualista por conta da distinção das comunidades culturais que levaram à formação do federalismo canadense. Até então, as outras províncias rejeitavam que Quebec pudesse negociar diretamente com Ottawa (cidade capital e sede do governo central canadense) mais autonomia em um momento em que a intervenção do governo federal vinha crescendo rapidamente.

Duas visões dominantes em Quebec dividem a corrente principal de seus pensadores nacionalistas nos anos 1960. A primeira enxerga que o federalismo assimétrico poderia adequadamente satisfazer às necessidades de estabilidade e união no Canadá sem sobrepujar a diversidade do país. Para isso, cinco pré-requisitos deveriam ser respeitados em uma renovação constitucional:

1 – o reconhecimento explícito em um preâmbulo da Constituição Canadense de que Quebec é uma sociedade distinta;

2 – a concessão de maior poder para Quebec executar as políticas públicas de imigração visando à administração do recrutamento e integração dos recém-chegados;

3 – a participação de Quebec na nomeação de três membros da Suprema Corte de Justiça com especialização em *civil Law* (sistema jurídico no qual os tribunais fundamentam suas sentenças nas disposições de códigos e leis. Em oposição, o restante do Canadá adota o *common Law*, praticado por países anglo-saxões, no qual o costume prevalece sobre o direito escrito).

4 – limitações ao poder de gastos federais;

5 – o reconhecimento do direito de Quebec a vetar qualquer emenda constitucional que venha a afetá-la.

Os partidários da assimetria acreditavam que o modelo simétrico, até então vigente no Canadá, não poderia mais operar uma vez que os cidadãos e os

governos das províncias do restante do país olhavam para o governo federal e o “enxergavam” como o governo nacional, dotado de um instrumento principal de crescimento, enquanto este não era o caso dos cidadãos de Quebec.

A segunda visão entre os nacionalistas quebequenses era a de que o experimento federal havia falhado e que Quebec só conseguiria realizar seu projeto a partir de um rompimento com o restante do Canadá. Como decorrência, um novo acordo entre Quebec e o Canadá estaria fora da instância do federalismo. Esta visão acreditava ser possível estabelecer dois países distintos que mantivessem formalidade e proximidade econômica (GAGNON; IACOVINO, 2007).

Essas duas propostas foram apresentadas no âmbito das negociações Meech Lake – nos anos 1980 – que pretendiam elaborar uma nova Constituição. Como ambas recomendações quebequenses não foram acatadas na ratificação do acordo, Quebec se recusou a assinar a decisão. A partir daí, surgiu a Comissão sobre a Política e o Futuro de Quebec, estabelecida em setembro de 1990 pela Assembleia Nacional de Quebec. Os estudos da Comissão chegaram às mesmas conclusões elaboradas pelos partidários de Quebec no âmbito do acordo Meech Lake e foram publicados em 1991. Quebec não foi signatária do acordo Meech Lake, optando, assim, pelo rompimento com a federação, o que levou à realização de plebiscitos pela província a respeito da separação política (e não econômica) ou não do Canadá.

Nos últimos anos, todos os plebiscitos que ocorreram em Quebec apontaram para a existência de uma grande divisão na população entre aqueles que optam por uma independência e um rompimento unilateral, e os outros que acreditam que manter o atual *status quo* é a melhor alternativa para a província. O ano de 1995 é tido como o marco histórico no sentido de esfriar o sentimento nacionalista franco-canadense. Neste ano, um plebiscito indagando se Quebec deveria se separar do Canadá foi derrotado por uma margem muito estreita de 49,42% “sim” para 50,58% “não” (GAGNON; IACOVINO, 2007).

Antes desse momento histórico, no entanto, o governo federal já previa a possibilidade de rompimento como concreta e contava com apoio da população da província. Assim, numa tentativa de amenizar os ânimos, o governo federal e o de Quebec firmaram um acordo em 1991 (MINISTÈRE DES RELATIONS AVEC LES CITOYENS ET L’IMMIGRATION, 1991). Quebec negociou exaustivamente para conseguir autoridade para elaborar suas políticas migratórias. Estas são pensadas como corroboradoras da resistência cultural da nação baseada no fortalecimento e disseminação da utilização do francês. A preocupação dos cidadãos de Quebec tem por base o receio frente a um poder central que ao longo da história demonstrou claramente seus interesses em indexar Quebec não só territorialmente, mas, sobretudo, culturalmente.

A preservação da língua francesa é tida como o principal fator para o florescimento de uma identidade cultural quebequense. “A partir do declínio alarmante da taxa de natalidade em Quebec, o Estado passou a se preocupar

com a tendência de seus habitantes aos poucos migrarem linguisticamente e se tornarem uma comunidade anglófona. Assim, a imigração e a integração tornaram-se interligadas ao destino da nação Quebec” (GAGNON; IACOVIDO, 2007, p. 97, tradução nossa).

A valorização e exigência de que os imigrantes aprendam o francês se justifica por essa mesma lógica. O governo de Quebec investe em cursos de francês gratuitos para os imigrantes da província – após o processo de solicitação e aceite do visto permanente de imigração – objetivando uma completa articulação e integração dos mesmos à sociedade franco-canadense. Além disso, para atrair trabalhadores qualificados, o governo de Quebec estabeleceu escritórios de imigração voltados ao atendimento e ao recrutamento de imigrantes em todas as regiões do mundo: Magreb (em Montreal), Áustria (em Viena), Bélgica e França (em Paris), México (na Cidade do México), Síria (em Montreal), Hong Kong (na própria cidade), Canadá (em Montreal), e Brasil (em São Paulo). Através destes postos avançados de recrutamento, agentes de imigração do governo da província ministram palestras e fazem a primeira triagem dos candidatos. O público-alvo é formado por jovens de até 35 anos, casados ou não (ser casado atribui mais pontos), com filhos ou sem (ter filhos atribui mais pontos ainda), que tenham formação universitária e dois anos comprovados de atuação profissional na área de formação, nos últimos cinco anos precedentes à data de preenchimento do formulário de solicitação. É necessário que tenham pelo menos o nível intermediário de francês (quem sabe falar inglês também recebe mais pontos). Algumas profissões nas quais a província possui carência de mão de obra – como enfermagem, análise de sistemas, engenharias, etc., – possuem uma tramitação do visto de imigrante permanente mais acelerada e dessa forma os solicitantes com pouco esforço são aceitos. Com essas informações, é montado um ranking objetivo de recrutamento¹.

Os imigrantes constituem, hoje, aproximadamente 10% da população de Quebec. Minorias visíveis são quase 50% dos imigrantes que desembarcam na província a cada ano. A perspectiva é de que até 2017 aproximadamente 20% da população do Canadá seja formada por minorias visíveis. Quebec recebe a cada ano por volta de 50 mil imigrantes (o Canadá inteiro recebe aproximadamente 225 mil). Outra característica que precisa ser mencionada é a alteração da composição dos países de origem dos imigrantes. Até a década de 1970, a maior parte deles era de origem europeia. Hoje o que vemos é uma diminuição da porcentagem de participação dos imigrantes europeus e um aumento de asiáticos, dos oriundos do continente americano – latino-americanos, principalmente – e africanos, os quais já contam mais da metade (CONSEIL DES RELATIONS INTERCULTURELLES, 2008).

Ser um imigrante em Quebec representa aceitar e adotar os preceitos de valorização da identidade da nação francófona. Desde que respeitem a lei, os imigrantes podem manter seus costumes e cultura, dieta, vestimenta, preferências sexuais e celebrações. Isto porque é a língua francesa que mantém em Quebec a base de uma sociedade coesa.

Com essa perspectiva em mente, torna-se economicamente interessante o empreendimento de uma escola de língua francesa quebequense em São Paulo. Atraídos pela proposta de aprender o francês com o sotaque e meandros culturais do local para onde pretendem emigrar, jovens adultos que se encaixam no perfil buscado pela política imigratória de Quebec passam a buscar o conhecimento linguístico que lhes falta para superar a barreira de acesso tanto ao visto de residente permanente como ao mercado de trabalho canadense, assim que chegarem à província. Na sequência, detalharemos melhor esse fenômeno.

Os estudantes e o projeto migratório

Fundada em 2006 pela franco-canadense Catherine Potvin, a *École Québec* é uma escola especializada no ensino do francês para as pessoas que desejam emigrar para Quebec. Além do ensino da língua, aspectos culturais da província canadense são apresentados aos estudantes. A escola funciona como um primeiro contato do provável futuro imigrante com a cultura quebequense e foi criada por iniciativa pessoal de sua proprietária.

O estabelecimento desta “rede migratória” iniciou-se quando Potvin, administradora de empresas com mestrado, vislumbrou a oportunidade de abrir seu próprio empreendimento. A escola não possui qualquer vínculo com o escritório do governo de Quebec, em São Paulo, e recebe aproximadamente cem estudantes por ano, sendo que desde sua fundação Potvin acredita que por volta de duzentos de seus alunos emigraram (aproximadamente 35% do total dos matriculados no período de 2006 a 2011); percentual bastante elevado, mas que também indica que a maioria dos ex-alunos não migrou para Quebec.

Visitamos a *École Québec* nos dias sete, oito e onze de junho de 2011. Realizamos, primeiramente, uma entrevista com a proprietária do estabelecimento no dia sete e iniciamos a distribuição dos questionários socioeconômicos, após o consentimento da mesma. Foram preenchidos 48 questionários, correspondendo à quase totalidade dos estudantes matriculados na ocasião, que concordaram em participar do levantamento. Cada questionário continha 13 perguntas fechadas e duas abertas indagando: 1- quais os motivos que o(a) levaram a buscar meios para emigrar do Brasil? 2- quais os motivos que o(a) levaram a escolher Quebec como destino?

Sempre que entrávamos em sala de aula para solicitar o preenchimento dos questionários, informávamos que se tratava de uma pesquisa acadêmica, sobre o perfil socioeconômico dos brasileiros que buscam o processo de imigração para Quebec. Além disso, explicávamos que se tratava de uma coleta de dados anônima e, portanto, não era necessária a identificação dos informantes.

Ao longo da coleta dos dados, nos deparamos com dois estudantes equatorianos que emigraram para o Brasil e agora estão pensando em Quebec como um novo destino migratório. Resolvemos incluí-los já que se tratava de residentes permanentes no Brasil.

Compuseram a amostra 28 homens e 20 mulheres – todos com idade superior a 22 anos – dos quais 39 se autodeclararam brancos, 5 se declararam pardos, 1 negro, 2 orientais-asiáticos, e outro não respondeu. Quanto ao nível de escolaridade, 26 possuem ensino superior completo, 15 possuem pós-graduação completa (incluindo especialização, mestrado ou doutorado), cinco possuem pós-graduação incompleta, um declarou ter ensino médio completo e outro não respondeu.

Quanto ao estado civil, 30 se declararam casados, 15 solteiros, 2 em união estável, 1 separado, e nenhum divorciado ou viúvo.

Para criar um padrão para a análise dos dados coletados, resolvemos separar os questionários em cinco grupos de idade: de 21 a 25 anos, de 26 a 30 anos, de 31 a 35 anos, mais que 36 anos, e um último grupo para aqueles que não responderam a idade. No primeiro grupo, havia 3 solteiros e 1 casado. No segundo, 5 solteiros e 10 casados. No terceiro, 2 solteiros e 14 casados. No quarto grupo, 2 solteiros, 4 casados, 1 separado, e 1 em união estável. Dos que não informaram idade 3 eram solteiros, 1 casado e 1 em união estável.

Em relação à presença de filhos, cabe informar que dos casados com idades entre 31 e 35 anos, três possuem um filho e um possui dois filhos. Dos solteiros entre 31 e 35 anos, um possui um filho. Dos mais velhos que 36 anos e casados, todos possuem filhos (sendo dois com um filho apenas, um com dois filhos e um com três filhos). Um dos que se declararam em união estável informou que tem um filho. Todos declaram pretender imigrar com suas proles para Quebec.

A grande maioria dos entrevistados (46) está inserida no mercado de trabalho e, dentre os empregados, 37 possuem vínculo empregatício formal (com carteira de trabalho assinada). Quanto às profissões, foram declaradas: analista de sistemas, analista programador, analista de comércio exterior, analista de controladoria, administrador de empresas, estatístico(a), engenheiro químico, engenheiro de qualidade, engenheiro civil, projetista eletrônico, engenheiro mecatrônico, engenheiro de alimentos, consultor de SAP (*Systems Applications and Products.*), programador(a) de computação, educador(a) físico(a), psicólogo, dentista, enfermeira, biomédico, designer gráfico, professor(a) universitário(a), consultor(a) de imóveis, médico, militar da marinha, e editor(a) de filmes.

O questionário também indagava sobre a renda familiar bruta (total de ganhos de todos os membros da família), dividida em cinco faixas, levando-se em conta que o salário mínimo no Brasil no mês de junho de 2011 era de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais):

- a) acima de 20 salários mínimos (superior a R\$ 10.900,00);
- b) entre 10 e 20 salários mínimos (entre R\$ 5.450,00 e R\$ 10.900,00);
- c) entre 4 e 10 salários mínimos (entre R\$ 2.180,00 e R\$ 5.450,00);
- d) entre 2 e 4 salários mínimos (entre R\$ 1.090,00 e R\$ 2.180,00);
- e) até 2 salários mínimos (até R\$ 1.090,00).

As respostas apontaram para um nível de rendimento familiar bastante satisfatório, indicando que a emigração viria atender além da expectativa de

maiores salários, a busca de melhor qualidade de vida para a família, uma vez que 10 entrevistados responderam à alternativa “a”; 19 responderam “b”; 14 responderam “c”; 4 responderam “d”; um entrevistado não respondeu e nenhum respondeu à alternativa “e”.

Quanto ao nível de conhecimento do idioma, todos que assinalaram as respostas (apenas um não respondeu) afirmaram possuir algum nível de conhecimento de francês e inglês. Dos que possuem nível básico de francês (30), cinco também têm o nível básico de inglês, 10 o nível intermediário, 10 o nível avançado e cinco o nível superior. Dos que possuem nível intermediário de francês (17), cinco também têm o nível básico de inglês, três o nível intermediário, cinco o nível avançado e quatro o nível superior.

No questionário aplicado, foram feitas duas perguntas discursivas para tentar identificar as razões subjetivas indicadas como motivos para deixar o Brasil e também os motivos para imigrar para Quebec. As falas apresentaram certa uniformidade em relação aos motivos para deixar o Brasil, destacando-se: a busca de melhor qualidade de vida, de mais segurança pública, a existência de menores problemas de mobilidade urbana, a oferta de serviços públicos de qualidade, o sistema de justiça mais equânime, a menor desigualdade social, a menor corrupção em diferentes esferas da sociedade, o maior reconhecimento profissional, etc. Quanto à escolha do destino destaca-se a aceitação do imigrante pela sociedade quebequense, a possibilidade de viver uma experiência de vida e de trabalho no exterior, um local com qualidade de vida para toda a família. Seguem abaixo algumas das manifestações dos entrevistados, referentes à intenção de emigrar.

1 – Razões para sair do Brasil:

- “Falta de respeito dos governantes para com o povo brasileiro”;
- “Violência do Brasil, trânsito de São Paulo, a política brasileira (Tiririca na política ninguém merece). Isso incomoda. Emprego aqui tem, mas a insegurança de viver num país injusto e violento incomoda muito mais”;
- “O preço que se paga pelos produtos no Brasil: aqui se tem muito imposto”;
- “Corrupção, altos impostos, políticas públicas ineficazes, política externa do governo federal inadequada”;
- “A busca por uma sociedade mais justa, onde você tem retorno dos impostos que paga, sem ter que pagar por isso duas vezes, como ocorre no Brasil. E você vê que nada vai mudar, porque a sociedade se acomodou”;
- “As leis que não funcionam”;
- “O transporte público de péssima qualidade”;
- “Desrespeito no trânsito e prioridade dos automóveis”;
- “Falta de política de preservação do meio ambiente”;

- “Pessimismo em relação às condições econômicas e sociais do Brasil”;
- “Os ricos são favorecidos”;
- “Pouca valorização da carreira e do profissional. Salários baixos”;
- “Tenho o sonho de ter uma família e aqui (no Brasil) isso não é viável. Estou desiludida com meu país, corrupção, violência, má educação da população, falta de respeito com o próximo”.

2 – Razões para emigrar para Quebec:

- “Poder dar mais liberdade para minha filha, estar numa cidade mais tranquila e ter mais qualidade de vida”;
- “Quebec tem o Programa de imigração único no mundo (mais fácil e o apoio do governo do Quebec)”;
- “A qualidade dos serviços públicos, a facilidade e as portas abertas para receber o imigrante qualificado me fez querer ir para Quebec”;
- “Quebec possui todas as qualidades que buscamos para a manutenção estável de nossas vidas”;
- “Facilidade de [obter] visto de trabalho”;
- “Boas universidades”;
- “Mesmo fuso horário do Brasil”;
- “Não acho o francês uma língua difícil, dificuldade que eu tinha com o inglês”;
- “Também porque vejo muito testemunho de brasileiros sobre as oportunidades que existem lá”;
- “Viver em uma sociedade com valores que julgo serem importantes na formação de um filho”;
- “Admiração pela sociedade de Quebec e sua cultura”;
- “Possibilidade de imigrar e conseguir recolocação profissional em um nível equivalente, além de ser um povo mais receptivo a estrangeiros”;
- “Um país com um Estado mais presente e menos corrupto”;
- “O processo de imigração é bem visto pelo [povo] local, reduzindo o risco de preconceito”;
- “A facilidade para imigrar. Quebec está dando oportunidade para imigrar legalmente”;
- “Pode-se até ganhar menos lá, mas a vida é mais digna”;
- “Garantia de um sistema de saúde eficiente”;
- “O fato de a educação que será oferecida aos meus filhos será pública e de qualidade”;
- “Preocupação com o meio ambiente”;
- “O país precisa de enfermeiras”;
- “Eu achei o processo [de imigração] claro e bem organizado. É uma província segura e com qualidade de vida”;
- “O custo de vida não é tão alto e mesmo com o salário mínimo as pessoas conseguem sobreviver”.

Considerações Finais

O final da década de 2010 trouxe um sentimento renovado de autoconfiança e otimismo em relação ao Brasil; o sentimento de que o país finalmente poderá dar certo e atingir sua saga desenvolvimentista. Parece que a máxima de que os países em desenvolvimento não seriam capazes de oferecer emprego e poder de consumo (ver esse argumento em: ZOLBERG, 1989) para seus cidadãos cada vez menos se aplica ao Brasil. Entretanto, isso não parece ser suficiente para brasileiros (incluímos aqui os dois estudantes equatorianos) qualificados profissionalmente se “agarrarem” a esse sentimento ufanista de que “agora o Brasil vai dar certo”. Por que mesmo com emprego e poder de consumo esses brasileiros buscam o processo de imigração para Quebec? Essa é uma pergunta que não tem apenas uma resposta e que demanda múltiplas hipóteses.

O discurso comum dos estudantes da *École Québec* expressa a desilusão com a qualidade dos serviços públicos e garantias sociais no Brasil – segurança, saúde, educação, desigualdade social, transporte público precário, corrupção política, etc., – uma espécie de insegurança quanto ao contrato social vigente na sociedade brasileira. A emigração aparece, assim, como uma tentativa de escapar desse desencanto. Observamos que esses brasileiros buscam ser tratados pelo Estado como cidadãos, conseguindo ter acesso a serviços públicos e ser respeitados pelo trabalho que realizam – eles alegam que não possuem o devido reconhecimento que reivindicam. O perfil sociodemográfico dos estudantes da *École Québec* mostra que eles se enquadram no modelo típico da pirâmide demográfica brasileira hoje, com o predomínio de jovens em plena fase produtiva e reprodutiva.

Percebemos que um dos principais objetivos de Quebec ao implementar restrições de entrada está em minimizar o crescimento de tensões sociais criadas pela presença de um grande número de imigrantes: em democracias liberais, geralmente as políticas públicas refletem interesses capitalistas.

Há fortes indícios de que o nível de escolaridade é um dos fatores diretamente ligados à forma como alguém aceita, ou não, os problemas da sociedade brasileira. Pertencer a uma sociedade é uma das necessidades fundamentais dos seres humanos. A falta desse sentimento pode trazer consequências físicas e psicológicas ao desenvolvimento do bem estar de um cidadão (DOVIDO et al., 2010).

Castles (2008) afirma que uma das ambivalências deste início de século XXI é ele comumente estar associado à fluidez e abertura proporcionadas pelas melhorias nas infraestruturas de transporte e comunicações, levando as pessoas a pensarem frequentemente na permeabilidade das fronteiras dos estados nacionais, ao mesmo tempo em que o aumento do fluxo migratório gera o comportamento contrário por parte dos países potencialmente receptores, que cada vez mais levantam muros para barrar o acesso dos indesejáveis. O autor também mostra que grande parte do fluxo global deste século que se inicia deverá ter o sentido sul-norte.

O recrutamento internacional de pessoas altamente qualificadas é considerado positivamente em praticamente todos os países, enquanto trabalhadores pouco qualificados são vistos como fora de propósito em um contexto de economia pós-industrial.

[...] Hoje em dia, o discurso político dominante é de que a migração é um *problema* que precisa ser corrigido através de políticas públicas apropriadas (CASTLES, 2008, p. 2, grifo do autor, tradução nossa).

A movimentação de imigrantes qualificados é comumente associada à mobilidade profissional. Outro ponto importante a ser ponderado em relação ao fenômeno das migrações é que o desenvolvimento dos países periféricos não tende a reduzir os fluxos de pessoas. Com menor disparidade social entre os países, o fluxo migratório com vistas à ascensão econômica e social tenderá a ser menor. Entretanto, a migração é um fenômeno multicausal e outras circunstâncias poderão se tornar alavancadoras dos fluxos. Afinal, “(...) a migração faz parte das relações sociais normais” (CASTLES, 2008, p. 4, tradução nossa).

O modelo neoclássico de análise da migração está baseado em numa relação de custos e perdas na qual o migrante avalia se, de acordo com seus critérios individuais, é mais vantajoso permanecer ou mudar. “De acordo com esse modelo analítico, a mera existência de disparidades econômicas entre determinadas áreas é suficiente para gerar fluxos migratórios” (CASTLES, 2008, p. 7, tradução nossa). Dessa forma, estes fluxos tenderiam a trazer, no médio prazo, um equilíbrio das desigualdades.

Consideramos que as políticas de imigração, assim como a adotada por Quebec, levam essa questão econômica em conta para a elaboração das barreiras de entrada, mas esta não é a única variável que deve ser levada em conta para a análise destas políticas, pois este modelo teórico falha em identificar outros fatores motivacionais. São eles: inter-relações entre os diferentes fluxos migratórios, as migrações forçadas, a importância da história individual e da bagagem cultural de cada indivíduo, a complexa natureza transnacional e em vários níveis da migração (econômica, política e geográfica, por exemplo), e, sobretudo, a importância das relações interpessoais que alteram profundamente sua dinâmica conforme bem demonstra a teoria das redes (CASTLES, 2008).

Nesse sentido, não podemos esquecer que a globalização afetou diretamente essa dinâmica ao gerar um intercâmbio cultural jamais experimentado até então na história da humanidade. A migração deve ser vista não apenas como uma consequência das transformações sociais, mas também como uma de suas causas. E, como não se trata de um problema local, mas, sim, transnacional, deve ser pensada globalmente. A migração, como nos alerta Bauman (2009), é uma das questões mais importantes da pós-modernidade.

Nota

1 - Mais informações sobre o processo de recrutamento de imigrantes qualificados podem ser obtidas através do site <www.imigracao-quebec.ca>.

Referências

- BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- BILES, J. Integration policies in english-speaking Canada. In: BILES, J. et al., (eds.). *Immigration and integration in Canada: in the twenty-first century*. Kingston: School of Policy Studies Queens' University, 2008. p. 139-186.
- BILES, J. et al. Introduction. In: BILES, J.; BURSTEIN, M; FRIDERES, J. (eds.). *Immigration and integration in Canada: in the twenty-first century*. Kingston: School of Policy Studies Queens' University, 2008a. p. 3-18.
- BILES, J.; BURSTEIN, M; FRIDERES, J. (eds.). *Immigration and integration in Canada: in the twenty-first century*. Kingston: School of Policy Studies Queens' University, 2008b.
- CAMERON, E. *Multiculturalism & immigration in Canada*. (Ed.). Toronto: Canadian Scholars' Press Inc., 2004.
- CASTLES, S. *Understanding global migration: a social transformation perspective*. Conference on Theories of Migration and Social Change. St Anne's College, Oxford. Session 1: theories of global mobility. Disponível em: <<http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/stephen-castles-understanding-global-migration>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- CONSEIL DES RELATIONS INTERCULTURELLES. Integration policies in Quebec: a need to expand the structures? In: BILES, J. et al. (eds.). *Immigration and integration in Canada: in the twenty-first century*. Kingston: School of Policy Studies Queens' University, 2008. p. 187-210.
- DOVIDO, J. F. et al. Understanding bias toward latinos: discrimination, dimensions of difference, and experience of exclusion. *Journal of Social Issues*, v. 66, nº 1, p. 59-78, 2010.
- GAGNON, A-G; IACOVIDO, R. *Federalism, Citizenship, and Quebec: debating multinationalism*. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
- JEDWAB, J. Receiving and giving: how does the canadian public feel about immigration and integration? In: BILES, J. et al. (eds.). *Immigration and integration in Canada: in the twenty-first century*. Kingston: School of Policy Studies Queens' University, 2008. p. 211-230.
- MINISTÈRE DES RELATIONS AVEC LES CITOYENS ET L'IMMIGRATION. *Canada-Quebec accord relating to immigration and temporary admission of aliens*. [1991]. Disponível em: <http://www.micc.gouv.qc.ca/publications/pdf/Accord_canada_quebec_immigration_anglais.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.
- PATARRA, N.; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, N. (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2ª ed., São Paulo: FNUAP, 1996.
- SEETMAN, A; WARMAN, C. Integration, impact and responsibility: an economic perspective on canadian immigration policy. In: BILES, J. et al. (eds.). *Immigration and integration in Canada: in the twenty-first century*. Kingston: Queens' University School of Policy Studies, 2008. p. 19-44.
- ZOLBERG, A. R. The next waves: migration theory for a changing world. *International Migration Review*, New York, v. 23, nº 3, p. 403-430, autumn 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2546422>>. Acesso em: 5 jul. 2006.

RESUMO

O artigo oferece uma discussão introdutória sobre a política de imigração da província de Quebec, no Canadá, a partir da leitura de trabalhos de cientistas sociais canadenses e brasileiros e da legislação daquele país relativa ao assunto. Apresenta-se também como essa política de imigração vem incentivando estudantes de uma escola de língua francesa quebequense, em São Paulo, a buscarem o visto de residentes permanentes. Enfoca-se ainda alguns elementos do perfil socioeconômico desses estudantes. Como pontos de partida e de chegada, as migrações internacionais são tratadas como uma das questões mais importantes da atualidade.

Palavras-chave: Política de imigração; Quebec; migração internacional.

ABSTRACT

The article makes an introductory discussion on Quebec's migration policy, in Canada, from the analysis of Canadian and Brazilian social scientist's works, as well as from the country's related legislation. We also present how this migration policy has given incentives to students of a Quebecois French language school in São Paulo in order to make them look for permanent resident visas. We also expose some elements of the students' socioeconomic profiles. We start from and arrive at the conclusion that the international migrations are one of the most important issues of the present world. (*Tradução de Nina Maria Pinheiro de Britto*).

Keywords: migrations policy; Quebec; international migration.

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Um esboço de revisão bibliográfica

*Sidnei Marco Dornelas **

A discussão sobre o tráfico de seres humanos vem se ampliando nos últimos anos e atraindo a atenção de diferentes setores da sociedade, seja pelo que existe de apelo sensacionalista da Mídia sobre o caráter de violência oculta em torno da florescente indústria do sexo, seja pelas características polêmicas dessa vertente da mobilidade humana, envolvendo a questão de gênero, a ação do crime organizado transnacional, o problema ambíguo da “vitimização”/“criminalização” da pessoa do migrante. Trata-se de um campo vasto e complexo, e que ainda se encontra em movimento, em plena formação, o que dificulta qualquer “estado da arte” mais sereno ou definitivo. É, sobretudo, um território extremamente polêmico, em que o caráter intrinsecamente político da questão migratória se manifesta de maneira até mesmo estridente. No emaranhado da questão do tráfico de pessoas existe um embate em torno de diferentes concepções: sobre políticas de sexualidade e de gênero; de gestão das migrações; dos direitos humanos; a legitimidade de certas formas de trabalho; a criminalidade e a violência; a indústria do turismo, do lazer e do sexo; bem como de uma configuração multicultural da sociedade.

Por isso, o que tentamos fazer aqui não passa do que poderíamos chamar de “esboço”. Seria uma temeridade ter a pretensão de delinear um retrato completo e exaustivo de um terreno de pesquisa e discussão política, acadêmica e militante, que se encontra em plena ebulição. Não seria possível abarcar tudo o que é

* *Missionário scalabriniano e membro do Setor Pastoral da Mobilidade Humana (CNBB).*

produzido por diferentes organismos nacionais e internacionais, governamentais e de ONGs, circulando pela internet, discutido em Seminários e Congressos, e que se torna matéria jornalística, e porventura acaba sendo publicado em livro ou revista científica. No entanto, é também “esboço” no sentido de que se busca não tanto uma revisão completa da literatura sobre esse tema, mas sim a elaboração de um instrumento que permita uma orientação nesse campo vasto de discussão. Assim, ao mesmo tempo em que contextualizamos a produção literária, basicamente com documentos acessíveis via internet, procuramos apontar três publicações que, de maneira relevante, colocam o tema do tráfico de pessoas na mesa de discussão: de caráter jurídico, socioantropológico, e militante pelas entidades de apoio aos migrantes “vítimas” de tráfico.

Dessa forma, neste ensaio de revisão bibliográfica, começamos tentando recuperar o que seria a literatura institucional, de caráter jurídico-político, de entidades nacionais e internacionais, ONGs, ou de caráter público, em torno do tema do tráfico de pessoas. Em seguida, repassamos diferentes estudos na área da sociologia, da antropologia e dos estudos culturais, que buscam conhecer empírica e teoricamente a realidade do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, com foco nas mulheres migrantes atuando no chamado “mercado do sexo”. Estudos de caráter científico, mas também de alguma maneira militante, trazem questionamentos de toda ordem quanto à abordagem institucional e sociopolítico-assistencial dessa questão, visando, em parte, entidades que tentam “socorrer” migrantes que se encontrariam traficadas. Nesse sentido, dedicamos a última parte à literatura produzida por essas entidades que atuam no campo da assistência aos migrantes. Entre outras, damos atenção àquelas que, dentro de uma motivação de ordem religiosa e sociopolítica, se remetem à prática pastoral da Igreja Católica.

Literatura institucional: abordagem jurídico-política

O acontecimento marcante que galvanizou a atenção para o tráfico de pessoas, então ainda mal definido em termos institucionais, foi a promulgação do *“Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças”*, mais conhecido como Protocolo de Palermo (2000). Segundo a definição firmada, Tráfico de Pessoas seria:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração

sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos (Artigo 3º, alínea A).

O texto do protocolo frisa também que o consentimento da “vítima” seria irrelevante na caracterização daquilo que seria a prática do crime de “tráfico”, ou o deslocamento para fins de exploração ou usufruto do corpo do migrante.

Essa definição consensual em nível de Nações Unidas, feita no sentido de combater o “crime organizado transnacional”, veio condicionar tudo o que seria publicado posteriormente. Percebe-se que a atenção volta-se, principalmente, para o “contrabando” de migrantes, seu deslocamento forçado com a finalidade de exploração sexual, em primeiro lugar, mas também para práticas de trabalho análogo à escravidão, ou para a remoção de órgãos. São todas formas de usufruto abusivo do “corpo” do migrante. Desde o princípio, porém, o foco principal parece ser a inserção de migrantes no mercado do sexo comercial.

Outras finalidades, em particular as muitas formas de escravização moderna, embora tão graves quanto a exploração sexual, ficaram em segundo plano. É verdade que algumas instâncias internacionais, em seus documentos e relatórios, procuraram ter uma visão mais ampla do tráfico de pessoas, incluindo todas as formas extremas de exploração física do migrante. É o caso do relatório preparado pelo Escritório de Lisboa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), *“Combate ao tráfico de seres humanos e trabalho forçado: estudos de casos e respostas de Portugal”* (PEREIRA; VASCONCELOS, 2007), que faz um estudo amplo de casos de tráfico de trabalhadores migrantes envolvendo inúmeros ramos de atividades, inclusive o ramo do sexo comercial. Igualmente, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, em seu relatório *“Trafficking in Persons Report – 2010”* (DEPARTMENT OF STATE USA, 2010), num levantamento da situação do tráfico em todos os países do mundo, nas páginas dedicadas ao Brasil, destaca o tráfico destinado ao trabalho análogo à escravidão no interior do Brasil, sem deixar de considerar os casos de mulheres e adolescentes destinadas ao mercado do sexo no exterior, e os imigrantes latino-americanos em situação de trabalho degradante na cidade de São Paulo. Outro exemplo de abordagem mais ampla e diversificada da complexa questão do tráfico encontra-se na série de publicações da Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW), *“Beyond Borders”* (2010), que, embora dando destaque à questão do tráfico para fins de exploração sexual, aborda outras dimensões, como as políticas migratórias e a busca de trabalho.

No Brasil, porém, apesar da clara associação da migração interna temporária com os casos de trabalho análogo a escravo (REZENDE, 2004), evidenciados pelas reportagens veiculadas pela ONG Repórter Brasil nos últimos anos e pelas várias campanhas mobilizadas pela Comissão Pastoral da Terra¹, ou mesmo dos conhecidos casos de redução de imigrantes bolivianos à condição de trabalho degradante em cidades como São Paulo, quando se trata de tráfico de pessoas, a atenção de representantes do poder público, militantes de ONGs e mesmo acadêmicos interessados no tema parece se direcionar unicamente para a questão

da exploração sexual, em que seriam arregimentadas mulheres e adolescentes, destinadas para o exterior. Mesmo num estudo sobre a migração e trabalho degradante, preparado com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego (DIAS; MATTOS, 2009), cujo foco principal é a problemática das condições de trabalho de hispano-americanos em situação irregular na cidade de São Paulo, quando, em dois tópicos, trata do tema do tráfico, envereda-se pela discussão tortuosa da questão do tráfico de mulheres e adolescentes para a indústria do sexo.

Nesse contexto é que surgem as primeiras abordagens orientando-as para o tema do tráfico para fins de exploração sexual no Brasil. Em sintonia com o protocolo de Palermo, na área dos direitos humanos, aparecem estudos exploratórios sobre o tráfico de pessoas (IIDH, 2003). Porém, é na perspectiva jurídica do Direito Penal que aparece uma primeira obra buscando fazer um balanço mais amplo sobre o assunto. Trata-se do livro de Damásio de Jesus, *“Tráfico internacional de mulheres e crianças – Brasil”* (2003), tendo como subtítulo, *“Relatório elaborado pelo autor para o colóquio preparatório do XVII Congresso Internacional de Direito Penal”*, de abril de 2002. O livro reproduz uma pesquisa que teve como relatora geral Ela Wiecko Volkmer de Castilho, e como objetivo, “consolidar as informações produzidas por órgãos oficiais, as notícias divulgadas pela imprensa brasileira e os dados produzidos por organizações da sociedade civil que atuam em Direitos Humanos”. Dentro dessa perspectiva, após três capítulos em que introduz a pesquisa e a temática do tráfico internacional de pessoas como nova forma de escravidão, centra sua atenção no tráfico internacional de mulheres e o tráfico de crianças no Brasil. De fato, em dois longos capítulos, este trabalho apresenta grande quantidade de informações, tanto sobre a evolução da legislação, como o histórico de casos documentados até aquele momento, sobretudo na década anterior. Ressalta que, até então, o que ganhava destaque nas preocupações dos movimentos sociais – no que diz respeito ao combate da criminalidade – era o tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, tanto em nível de tráfico interno, como internacional. A investigação ganha particular densidade ao recuperar todo o dossiê de inquéritos sobre adoção irregular de crianças ao longo da década de 1990, caracterizando-a como uma prática de “comercialização de crianças” ou uma “indústria da adoção”, em localidades tão diferentes como Itabuna (BA) e Jundiá (SP), e estados como Ceará, Goiás ou Roraima. Cita uma Comissão Parlamentar de Inquérito de 1990, em que se constatou mais de 1900 processos fraudulentos de adoção internacional. Tenta descrever como se dá a exploração sexual infanto-juvenil no Brasil, nas várias ramificações da chamada “indústria do sexo”: práticas sexuais mediante pagamento, pornografia na internet, turismo sexual. Àquela altura, a pesquisa constatava que, do universo de casos documentados, apenas 1,83% destinavam-se para o tráfico internacional de crianças e adolescentes. Na verdade, o que se colocava em causa era predominantemente o tráfico interno. O livro ainda traz dois capítulos mais curtos sobre a jurisprudência do tráfico de

mulheres e crianças, e as iniciativas de prevenção e repressão no Brasil, seguidos de uma longa seção de anexos atinentes à própria realização da pesquisa.

O perfil jurídico, de caráter penal, desta primeira publicação mais consistente sobre a questão do tráfico de pessoas, diz bem sobre o modo como essa temática, relativamente nova no campo dos estudos de migração e mobilidade humana no Brasil, estava sendo percebida. Esta seria também a perspectiva dominante nas pesquisas pioneiras, especialmente focadas nessa questão, realizadas a partir de 2002 pela Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PESTRAF). Foi um primeiro diagnóstico sobre a incidência do tráfico nos estados de São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Goiás, a partir do estudo de inquéritos policiais e processos abertos pela Polícia Federal. Àquela altura, teriam sido identificadas 241 rotas nacionais e internacionais.

Outros estudos e desdobramentos da pesquisa PESTRAF se sucederam nos anos seguintes, focalizando determinadas regiões ou locais, como o Aeroporto de Guarulhos (SP) e o estado do Rio Grande do Sul, bem como focalizando grupos específicos, como as mulheres deportadas e não admitidas. Nesse meio tempo, o Brasil ratificava o Protocolo de Palermo (2004), criava a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2006) e, posteriormente, elaborava o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2008), ambos publicados pelo Ministério da Justiça. Nesse contexto, ao lado das pesquisas PESTRAF, outras publicações foram lançadas pelo governo federal (Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e financiadas pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), procurando dar conta do fenômeno do tráfico. Todas essas iniciativas de publicação encontram-se no quadro do Projeto de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (TIP), reunidas num CD-ROM².

O Governo brasileiro, desta forma, se alinha a um esforço comum a outros países latino-americanos na elaboração de políticas de combate ao tráfico de pessoas. Como exemplos deste empreendimento, temos desde publicações oficiais, também em parceria com organizações como a Organização Internacional das Migrações (OIM), no Paraguai (2005, 2007), na Bolívia (2007), na Colômbia (2006), até estudos mais amplos abordando grandes blocos regionais como a região do Caribe (OIM, 2010) e o Mercosul (SPRANDEL, 2004; BID, 2006). Tal esforço se enquadra nas linhas postuladas pelos grandes organismos internacionais que orientam o combate ao Tráfico de Pessoas, e procura corresponder a uma demanda de caráter predominantemente repressivo, como fica evidente nos documentos do Office on Drugs and Crime das Nações Unidas (UNODC, 2006 e 2009), ou mesmo nos relatórios publicados anualmente pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (2010). Tal orientação se difunde em outras áreas chaves de atuação, como a cobertura feita pela Mídia, exemplificada pela publicação financiada pela Organization for Security and Cooperation in Europe (2008), confeccionada para ser um manual para guiar a atuação de jornalistas e profissionais de imprensa.

Recentemente, a Secretaria Nacional de Justiça, no quadro do Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, lançou o Prêmio Libertas, com o objetivo de estimular a divulgação de estudos, pesquisas e relatos de experiências sobre a questão do tráfico, no sentido de ampliar o conhecimento do tema. Evidenciam a preocupação do governo brasileiro por um diálogo maior com as Universidades para o conhecimento dessa questão. Em sua primeira edição, em 2010, os trabalhos premiados evidenciam essa busca em alargar o debate, mas ainda se mostram extremamente vinculados à abordagem jurídico-política. Essa busca, no entanto, é bem visível no primeiro colocado entre os graduados, que estuda a condição dos “travestis” no contexto da migração transnacional para o mercado de serviços sexuais na Europa (AGNOLETTI, 2010); ou, em textos exploratórios sobre o modo como a categoria de “tráfico” vem sendo usada pelos agentes políticos envolvidos no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SILVA; BLANCHETTE, 2010); ou no modo como a imprensa espanhola vem conotando o combate ao tráfico de pessoas (VENSON, 2010). Os demais textos entrelaçam-se em considerações sobre a legislação e a prática política do enfrentamento ao tráfico (SALES; ALENCAR, 2010; FRISSO, 2010; ARRUDA, 2010).

Enfim, essas publicações de cunho mais oficial se desdobram num vasto leque de pequenos subsídios e textos destinados a um público mais largo, seja no sentido de tornar mais conhecida a realidade do tráfico de pessoas, seja na busca de subsidiar a ação de grupos locais, organizações não-governamentais e outros atores sociais e políticos. Dessa maneira, temos pequenas cartilhas como as que são financiadas pelo Consulado dos Estados Unidos no Brasil (MASSULA; MELO, s.d.), pela OIM (CEMLA; SAVE THE CHILDREN, 2006) e pela Secretaria Nacional de Justiça (2009). Além desses, surgem também estudos de divulgação na área do Direito (BARBOSA, 2010). Dentro desse quadro amplo de cooperação entre essas agências e entidades da sociedade civil, podemos contextualizar a parceria da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o Ministério da Justiça, levando à publicação do conteúdo de um Seminário sobre Tráfico de Pessoas realizado pelas duas entidades em 2008 (Setor Pastorais da Mobilidade Humana, 2010).

Interpretação das ciências sociais: sociologia, antropologia e estudos culturais

A pauta das publicações de caráter institucional, rápida e largamente difundida, não demorou a provocar uma forte demanda por estudos de caráter mais analítico que buscassem um olhar a partir de uma base empírica mais sólida. A realidade do tráfico mostrava-se extremamente opaca e complexa, interpelando os cientistas sociais à procura de indicativos mais consistentes para um estudo mais amplo e profundo das questões suscitadas. Nesse sentido, a série de publicações já citadas da GAATW (2010), é um demonstrativo claro do esforço na produção de trabalhos que proporcionassem respostas adequadas às

muitas vertentes surgidas em torno do tráfico de pessoas: suas relações com as questões de gênero, com a globalização e as políticas de segurança, com o mundo do trabalho, com as dinâmicas migratórias e as políticas mobilizadas para geri-las. Em particular, os estudos que diversos pesquisadores produziram ao longo dos últimos anos, nas mais diversas áreas, procuram dar uma maior fundamentação empírica sobre o que significa social e politicamente o tráfico de pessoas, e, sobretudo, quem seria essa pessoa “traficada”, ou a “vítima” do tráfico.

Um exemplo dessa trajetória de busca por uma melhor compreensão da realidade do tráfico, de suas implicações sociais, políticas e econômicas, assim como das pessoas envolvidas, principalmente migrantes mulheres e adolescentes, encontramos na revista publicada pela OIM, a *International Migration*. Em 2005 foi lançado um número especial intitulado “*Data and Research on Human Trafficking: a Global Survey*” (LACZKO; GOZDZIAK, 2005), cujos artigos tinham por fim justamente discutir os desafios metodológicos propostos pela pesquisa empírica na área do tráfico de pessoas, sobretudo no que diz respeito ao levantamento de dados confiáveis. Um elenco de artigos faz uma revisão dos estudos que então se desenvolviam nas grandes regiões do planeta: Oriente Médio, África Sub-saariana, América Latina e Caribe, Ásia, etc. Cinco anos depois, outro número seria lançado, em 2010, trazendo uma reunião de textos de horizontes disciplinares variados, com diferentes perspectivas teóricas, e produzidos a partir de referenciais empíricos distintos. Encontramos ali um estudo que aborda as dificuldades metodológicas nas pesquisas qualitativas com as pessoas “vítimas” de tráfico, e as suas implicações éticas, a partir de uma amostragem com mulheres retornadas na Moldávia (BRUNOVSKIS; SURTEES, 2010); um ensaio sobre as possibilidades de uma abordagem que relacione a questão do tráfico com as teorias de desenvolvimento humano, como estratégia de superação de sua principal causa, a pobreza (DANAILOVA-TRAINOR; LACZKO, 2010); uma análise do discurso dos atores institucionais em torno do tráfico, a partir do instrumental analítico do “gerenciamento biopolítico” e do “cálculo econômico”, e a consequente produção das “vítimas” do tráfico de pessoas como forma de estigmatização e controle das migrações (BERMAN, 2010); um ensaio que busca dissecar aquilo que seria um modelo econômico do tráfico de pessoas (WHEATON et al., 2010); uma investigação sobre a ambiguidade da condição dos trabalhadores migrantes contratados no Oriente Médio (JUREIDINI, 2010); a apresentação de uma pesquisa sobre o crescente número de menores viajando desacompanhados pelos aeroportos europeus, como possível grupo de risco (DERLUYN et al., 2010). Em todos eles percebe-se a busca por um veio de análise que permita uma aproximação e compreensão mais profunda da complexidade dessa realidade, seja pela investigação empírica, seja pelo uso de um variado repertório de instrumental teórico. Temos assim uma trajetória em que vários caminhos levam à proposição de novos quadros referenciais para o estudo e trabalho de campo, e, sobretudo, para alcançar uma maior precisão e consenso nos conceitos empregados.

Na Europa, onde as relações entre o tráfico de pessoas e a indústria do sexo vêm colocando questionamentos crescentes, seja pela ação da Mídia sensacionalista, seja pela presença crescente de mulheres migrantes nesse nicho de trabalho, os estudos acadêmicos igualmente se empenham por um maior aprofundamento do instrumental teórico, assim como pela solidez na análise empírica. Num colóquio internacional realizado pela Universidade de Nice, na França, em 2007, uma de suas mesas tinha justamente essa temática: “*Industrie du sexe et trafics: une voie pour les migrant(e)s?*” Com efeito, a discussão dessa relação entre migração e a indústria do sexo, muitas vezes marcadamente polêmica, se mostraria rica em ensinamentos sobre a complexidade da migração no terreno multifacetado e contraditório da globalização, principalmente quando se considera a condição do migrante. No conjunto de trabalhos apresentados, temos: uma análise de como o “corpo” vitimizado da mulher prostituída e migrante é construído ideologicamente, criminalizando a migração, sobretudo em se tratando de migrantes oriundas do Leste europeu, brancas, para uma Europa Ocidental igualmente branca (RUSSEL, 2007); uma análise da questão da alteridade do corpo da mulher migrante, em que se implicam dialeticamente a prostituição de migrantes, relações de gênero e modelos culturais (MASSARI; SIEBERT, 2007); um estudo das trajetórias e lógicas de circulação de dançarinas migrantes por cabarés da Suíça (THIÉVENT, 2007); um estudo da circulação das mulheres migrantes pelo setor de serviços, entre o trabalho doméstico e o serviço comercial do sexo (GUILLEMAUT, 2007). Também encontramos essa preocupação por uma compreensão da condição de gênero dos migrantes, num leque maior de análise, em estudos recentes como os publicados pela revista *Mondi Migranti* (PISCITELLI; TEIXEIRA, 2010; PELUCIO, 2010), com foco especial sobre os travestis brasileiros na Itália e Espanha, e pela revista *Migraciones* (GIRONA, 2009), num estudo rico em informações, sobre os casamentos de mulheres migrantes com espanhóis, oriundos do contexto do chamado “turismo sexual”, e outro sobre a invisibilidade dos menores migrantes viajando desacompanhados pela Espanha (DIEGO, 2010).

Na América Latina, com uma ênfase menor, a questão do tráfico vem se colocando, principalmente relacionada com o fenômeno crescente da feminização das migrações. É nessa perspectiva que foram elaborados alguns estudos publicados pela Comisión Económica para América Latina (CEPAL), em que predomina um enfoque que privilegia a análise socioeconômica de caráter macroestrutural, sobre a condição das mulheres migrantes e o respeito aos direitos humanos. Sendo predominantemente uma região de origem das migrações, tais estudos inserem a questão do tráfico num quadro histórico mais amplo, em que se discutem as relações econômicas e sociais às quais as mulheres sempre estiveram submetidas, o surgimento recente de uma migração predominantemente feminina, as violações aos direitos humanos, os instrumentais jurídicos e programas sociais que poderiam ser mobilizados em sua defesa (CASTELLANOS, 2005; CHIAROTTI, 2003). No caso brasileiro,

o desdobramento do estudo da questão do tráfico, a partir das mobilizações institucionais para coibir essa forma de “crime transnacional” (Protocolo de Palermo), orientou-se em torno das denúncias crescentes sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no interior do país, da existência do chamado turismo sexual e da constatação de que uma vertente importante da recente emigração brasileira era constituída por mulheres destinadas para alguns países da Europa, principalmente para o setor de serviços, incluindo os serviços de sexo comercial.

Alguns artigos foram publicados ainda no contexto da década de 1990, seja como denúncia da condição vivida por mulheres brasileiras prostituídas na Suíça (HUBER, 1996), seja como ensaio procurando relacionar explicitamente a realidade dos migrantes brasileiros no exterior, a questão de gênero e o turismo sexual (LEITE, 2000). O amadurecimento da discussão teórica de ordem social e política, no entanto, com as questões emergentes que lhe são decorrentes, só veio posteriormente, no bojo do questionamento da ação institucional de repressão ao tráfico, encontrando um ponto de referência importante no Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade de Campinas (UNICAMP), e seu veículo de expressão nos *Cadernos Pagu*. Em seu nº 25, do segundo semestre de 2005, um dossiê apresenta artigos propondo-se a questionar a linha predominante com que vêm sendo tratados temas sensíveis como a migração de mulheres, a prostituição e o chamado turismo sexual: uma análise do “estado da arte” do debate internacional, cuja hegemonia vem sendo disputada por diferentes correntes do movimento feminista, e pelos interesses dos países ricos do Ocidente, em especial dos Estados Unidos, trazendo implicações problemáticas para os países mais pobres em termos de raça e gênero (KEMPADOO, 2005); outro artigo que analisa o modo como o debate vem sendo construído no Brasil, contagiado por um estado de “pânico moral”, que reflete interesses exógenos ao contexto de origem da emigração brasileira (GRUPO DAVIDA, 2005); a abordagem antropológica de um estudo de caso, feito numa danceteria de Copacabana, sobre como se daria nesse lugar específico as relações entre clientes do “turismo sexual” e garotas de programa, com suas estratégias para viabilizar seu próprio projeto migratório (SILVA; BLANCHETTE, 2005); um estudo centrado na produção do discurso estigmatizador sobre as imigrantes que trabalham na indústria do sexo europeu, e que, contraditoriamente, não percebe, ou obscurece, a prática do chamado turismo sexual (AGUSTIN, 2005); um artigo que discute as polêmicas entre vários grupos, incluindo feministas, na caracterização do trabalho sexual, em particular aquele que implica a presença de imigrantes na Europa (JULIANO, 2005).

Esse posicionamento crítico foi aprofundado num dossiê lançado no nº 31, do segundo semestre de 2008, intitulado “*Trânsitos*”, coordenado por Adriana Piscitelli e Márcia Vasconcelos, e reproduzido posteriormente no CD-ROM “*Combate ao Tráfico de Pessoas: trabalho em liberdade*”, lançado pela OIT, e já mencionado anteriormente³. É interessante observar que cinco dos sete artigos

publicados neste dossiê têm o seu foco no debate sobre as categorizações mobilizadas no combate e repressão ao tráfico de pessoas, como a questão da “criminalização” e/ou “vitimização” das mulheres migrantes, os direitos humanos, as relações de gênero, as práticas do aparelho judiciário e policial nesse âmbito, além da crítica ao discurso sobre o tráfico mobilizado pelas instituições internacionais e governamentais brasileiras. Assim, temos um artigo que se inscreve dentro do quadro de um estudo do Direito Penal aplicado à situação das mulheres envolvidas nesse tipo de deslocamento (FARIA, 2008); uma análise na linha de uma criminologia dos processos judiciais envolvendo denúncias de tráfico, procurando discernir como se coloca a questão de gênero (CASTILHO, 2008); outro, a partir dos relatos de mulheres migrantes regressadas ao Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, expõe a violação dos direitos humanos no contexto do tráfico e a importância de discuti-los numa perspectiva de gênero (ASBRAD, 2008); um estudo que relaciona noções como “trabalho forçado” e “tráfico de pessoas”, considerando suas interfaces com a questão de gênero no mundo da migração (VASCONCELOS; BOLZON, 2008); um estudo crítico da administração da justiça, em Direito Penal, considerando situações de prostituição e tráfico de pessoas, e sua relação com o respeito aos direitos humanos (OLIVEIRA, 2008). Dois outros artigos parecem buscar uma linha de análise mais aberta, que saem desse perfil crítico mais estrito em relação à política de enfrentamento ao tráfico, embora não deixem de questionar os condicionamentos políticos da abordagem das ciências sociais quanto ao tráfico: a condição das travestis na Itália, e sua relação com o combate e repressão à prostituição (TEIXEIRA, 2008); e um texto de Piscitelli (2008), no qual discute os percalços da construção do processo de conhecimento nessa área, com uma tentativa de fazer um balanço dos muitos dilemas e entraves postos a uma discussão mais isenta sobre o tema.

Aliás, no Brasil, Adriana Piscitelli tem se revelado uma referência importante no estudo dessa área, envolvendo a questão de gênero, a emigração de mulheres, o turismo sexual, a prática da prostituição ou do mercado do sexo em solo europeu. Direccionando sua atividade de pesquisa na área da antropologia, os artigos que vem publicando contribuem, sobretudo, quando se quer considerar o ponto de vista das e dos migrantes envolvidos na dinâmica social do tráfico de pessoas. Em 2002, no nº 19 dos *Cadernos Pagu*, publicou um texto exploratório sobre as representações que cercam as narrativas de viajantes, “turistas” à procura de sexo, em países considerados exóticos, discutindo como noções de sexualidade, exotismo e autenticidade estariam permeados pela questão de gênero. A partir dessa mesma época, em que estaria participando da realização das pesquisas PESTRAF, iniciaria um percurso que resultaria num conjunto de estudos centrados na condição das mulheres migrantes envolvidas no mercado do sexo em países como Itália e Espanha. Além do que vem publicando nos *Cadernos Pagu*, e tendo participações em congressos e seminários, entre os quais podem ser citados: abordagens da trajetória migratória de mulheres originárias do “turismo sexual” em Fortaleza, para a Itália, onde se inserem no mercado do sexo ou conseguem

mesmo contrair alguma forma de matrimônio (2004; 2007a); um estudo sobre as brasileiras no mercado do sexo na Espanha, recuperando suas trajetórias e representações, em particular quanto ao sentido do uso do corpo, do consumo erótico e das interações de raça e nacionalidade no sexo comercial (2007b); outro estudo sobre as várias formas de inserção e circulação de brasileiras no âmbito da transnacionalização dos mercados sexual e matrimonial, em países como Espanha e Itália (2009). Em todos eles, existe essa busca por recolher as percepções dos migrantes, e de dar valor ao modo como representam sua própria inserção no meio social em que normalmente se denunciam os casos de tráfico de pessoas. Esse viés de análise traz questionamentos sérios para o modo como as instituições sociais, governamentais ou não, se relacionam com as chamadas “vítimas” do tráfico, mesmo quando pretendem defendê-las.

Nesse campo específico de discussão se insere o estudo crítico da atuação das organizações não-governamentais que se propõem a resgatar as “vítimas” do tráfico de pessoas. A grande referência nesse campo é o trabalho de Laura Maria Agustín, intitulado *“Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry”* (2007). Trata-se de um estudo rico em intuições sobre o modo como se apresenta o mundo da mobilidade humana nesse início do século XXI, postulando, porém, uma reflexão bastante polêmica quanto à realidade das trabalhadoras migrantes do sexo no continente europeu. A autora possui uma trajetória de educadora social na América Latina e Caribe, em particular direcionada a migrantes e populações em risco social, como mulheres prostituídas. Migrando para a Europa, perseverou nesse campo de atuação e militância, passando também a desenvolver estudos nessa área, em que começou a questionar de maneira crítica as ONGs que se propunham apoiar e resgatar migrantes em situação irregular. Segundo Agustín, os agentes de serviço social constantemente negam o agenciamento dos trabalhadores migrantes por meio de um movimento ao mesmo tempo teórico e prático, cujo objetivo é o gerenciamento e o controle desses grupos sociais. O resultado é uma vitimização da trabalhadora migrante da indústria do sexo, vista como vítima involuntária e passiva, e não como pessoas em busca de oportunidades de trabalho e ascensão social, mesmo que sob condições de trabalho ilegais e degradantes.

Tendo essa postura como ponto de partida, e colocando-se na linha dos chamados “estudos culturais”, neste livro, a autora trabalha na intersecção de dois grupos: o dos migrantes que se deslocam para a Europa a fim de se inserir no setor informal (doméstico, serviços, entretenimento, sexo...); e os que trabalham no serviço social junto aos imigrantes, considerando-os como grupos de risco (ONGs, serviços públicos). Os dois primeiros capítulos discutem de forma instigante as construções teóricas que procuram compreender o modo como se configuram atualmente sob a globalização, tanto o mundo da mobilidade humana, como o setor econômico dos serviços, no qual se insere a indústria do sexo. O primeiro capítulo trabalha com a fluidez de categorias como “migração”, “turismo”, “viagens”, “trabalho”, para caracterizar as ambiguidades das múltiplas

situações que marcam uma mobilidade que se desdobra de forma cada vez mais variada e híbrida, fugindo a qualquer categorização mais rígida. Num contexto de fluxos cada vez mais imprevisíveis, não se tem mais a possibilidade de definir de maneira clara o que seria migração para trabalho, ou viagem para turismo, tempo e espaço de lazer e de trabalho, relações de gênero, nem propriamente quem seria o migrante. A experiência do migrante é marcada por uma simultaneidade crescente de papéis sociais, localizações e referenciais culturais. Em meio a tantas indefinições, estratégias múltiplas, informais e híbridas de deslocamento, como definir de maneira clara o que seria uma situação de tráfico? Em que medida o migrante é “vítima” ou agente de seu próprio deslocamento? Igualmente, no segundo capítulo, coloca em discussão as indefinições sobre a multifacetada economia informal, designada de maneira genérica como sendo de “serviços”. A autora, ao mesmo tempo em que mostra como os empregos informais, de reconhecimento duvidoso, são necessários socialmente, demonstra também a importância desse setor informal, mesmo que invisível à contabilidade nacional, para o funcionamento da economia formal globalizada. A chamada “indústria do sexo”, que se ramifica numa enorme gama de “serviços”, que excedem a pura e simples “prostituição”, é um dos melhores exemplos de como este setor informal, de lucros exorbitantes, ajuda a movimentar o ramo de entretenimento, hotelaria, gastronomia, de comunicações, entre outros. Ao setor informal, e dos serviços sexuais em particular, se dirige parte considerável das mulheres migrantes, dando sentido à crescente feminização das migrações, e a autora recupera vários de seus depoimentos, assim como de seus clientes. As mulheres migrantes, nesse setor marginal da economia globalizada, repropõem de maneira contraditória questões referentes à alteridade de gênero, raça, cultura, bem como formas alternativas de agenciamento de seus projetos migratórios.

Nos capítulos seguintes, Agustín entra propriamente no seu tema: o surgimento do setor social, particularmente aquele que busca de alguma forma resgatar socialmente as mulheres em situação de prostituição. Num capítulo dedicado à recuperação histórica do surgimento desse setor na Europa, durante o século XIX, faz uma genealogia dos processos sociais que fundaram a filantropia moderna, e de como está associada estreitamente com a emancipação das mulheres de classe média, da burguesia ascendente, para ocuparem posições no espaço público, por meio de institutos e atividades que, contraditoriamente, se propõem a disciplinar e reeducar socialmente mulheres oriundas da classe trabalhadora, sendo as prostitutas um público alvo por excelência. Dessa forma nasceria a atual “indústria do resgate”, representada pelas inúmeras entidades que se propõem, em nome da emancipação das mulheres e afirmação de seus direitos, resgatar as mulheres migrantes, “vítimas” do tráfico. Em seu itinerário de análise crítica, a autora, através da observação participante e uma “multi-localizada-etnografia” realizada na Espanha, busca ouvir a voz das migrantes atuando nesse nicho de trabalho, serviços sexuais, e questionar o campo de atuação, as representações, a metodologia de intervenção social e os posicionamentos políticos dessas ONGs.

Para tanto, em sua seção mais importante, o livro recupera oito narrativas de atuação dessas ONGs: na rua entre os grupos de mulheres migrantes; na ação de prevenção ao HIV; em grandes congressos sobre o combate ao tráfico; em casas de acolhida; no contato com donos de cabarés.

A autora conclui mostrando como, no propósito de resgatar as imigrantes exploradas pela indústria do sexo, atualmente, o setor social tende a construir o seu próprio objeto, o tráfico de pessoas e suas vítimas, para estudá-lo, organizá-lo, debatê-lo, geri-lo e servir-se dele, reproduzindo assim a desigualdade e os estigmas que marcam as mulheres migrantes, e perpetuando as condições de difusão de sua própria atividade. A proposta da autora é a de redefinir as questões a partir da escuta dos próprios migrantes, considerando sua demanda por documentação, para sair da clandestinidade e encontrar condições de trabalho dignas, para agenciar soluções com a sua participação, sem perder de vista a realidade de seu deslocamento, num mundo de trabalho flexível, inserido na diáspora de um mercado transnacional. A tendência da autora em fugir de qualquer discurso moralizante, em busca de soluções pragmáticas que se ajustem às demandas das migrantes, no caso de sua inserção voluntária no mercado do sexo, é objeto de críticas, na medida em que desconsidera os diferentes níveis de violência implícitos nos mecanismos sociais e econômicos que regem esse mercado, e que não necessariamente transparece em suas representações. Tratar a questão ética de maneira unicamente pragmática tende para uma “miopia” que não percebe a banalização do mal implícito nas práticas econômicas que condicionam a vida de todos num contexto de globalização, mas que desqualificam, sobretudo, os mais pobres. Revelar as representações neocolonialistas presentes no mercado do sexo e no setor social, ou se propor a assumir o protagonismo dos migrantes, não justifica colocar a discussão ética num segundo plano. No entanto, Agustín aponta para algo fundamental: como as entidades da sociedade civil e suas mediações institucionais, não só agem na formação de uma categoria social, a “vítima” do tráfico, mas como também lidam com as pessoas que vivenciam de maneira contraditória essa condição. Tais entidades também têm seu modo próprio de expressar sua visão do tráfico, seu engajamento e posicionamento social e político.

A palavra das entidades no terreno de atuação

Em um de seus artigos, *“Entre as ‘máfias’ e a ‘ajuda’”* (2008), Adriana Piscitelli expõe os muitos percalços que têm acompanhado os estudos da questão do tráfico. Tais percalços provêm justamente da gama de interesses políticos que vêm envolvendo o enfrentamento desse problema, desde a formulação do Protocolo de Palermo, até a implementação de políticas nos diversos países, caracterizando o tráfico como crime transnacional, além da fragilidade dos dados à disposição e generalizações indevidas, criando assim um estado de confusão conceitual que vem embaralhando o esclarecimento das várias questões suscitadas. Como este nosso “esboço” de revisão crítica vem

mostrando, tal forma de posicionar o problema tem condicionado a literatura a respeito do tráfico, transitando entre a “criminalização” e/ou “vitimização” dos e das migrantes, e a defesa de seus direitos fundamentais. O que autores como Agustín apontam é para a necessidade do diálogo com a visão de mundo dos migrantes envolvidos na questão do tráfico de pessoas. Entretanto, percebemos como esses mesmos condicionamentos da produção de conhecimento sobre o tema também influenciam a ação de inúmeras ONGs, e embora as observações de Agustín apontem para a necessidade de uma autocrítica por parte delas, essas entidades também têm uma contribuição significativa a aportar, como mediação para aceder ao mundo dos migrantes. Com efeito, como conhecimento mediado institucionalmente, a constatação da condição de violência em que vivem migrantes explorados pela indústria do sexo, permite conhecer outras dimensões de suas vivências, que os próprios migrantes não se permitem revelar com tanta facilidade. Na verdade, não existe campo de investigação científica, em situações tão marcadas por conflitos de interesses, enredando todas as partes envolvidas, que seja completamente isento e transparente.

O que a experiência brasileira tem mostrado, considerando seja as diversas realidades de nosso país, seja o modo como entre nós o tráfico de pessoas tem se desdobrado em ramificações internas, além das internacionais, abarcando vários ramos de trabalho desqualificado além do mercado do sexo (corte de cana, derrubada de mata, pastagem, serviço doméstico, construção civil...), é que talvez os quadros de entendimento da experiência europeia não possam ser facilmente transferíveis para o nosso país. Ou melhor, mesmo qualificando de maneira adequada o deslocamento de mulheres para o mercado do sexo transnacional, não se pode abstrair inúmeras situações de violência que acompanham a sua diversificada trajetória migratória. Um livro preparado sob os auspícios de uma rede de ONGs de três países (Brasil, Suriname e República Dominicana) apresenta um quadro de exploração de mulheres que afunda suas raízes no histórico de injustiças desses países, e que ganha uma dimensão mais ampla, no circuito da mobilidade transnacional. Trata-se do livro *“Investigación Tripartite sobre trata de mujeres: Brasil. Republica Dominicana y Surinam: una intervención en red”* (2008), coordenado por Marcel Hazeu, e organizado com o apoio de várias redes de entidades como a Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais no Amazonas (SoDireitos) do Brasil, que coordenou o desenvolvimento da pesquisa, e a *Red Latinoamericana y Del Caribe contra La Trata de Personas* (GRATW e a REDLAC). O propósito que orientou o projeto foi o de construir uma rede de intervenção que considerasse a dimensão transnacional do tráfico, por meio de uma aproximação entre as ONGs dos diferentes países, que são “ponte” para um processo de investigação e produção de conhecimento, a partir do relato e do ponto de vista das pessoas envolvidas.

Este trabalho, de fato, procura reunir informações a partir de diferentes perspectivas, por meio dessa rede de organizações que se inserem diferentemente em seus países de referência, e que por sua vez também apresentam quadros

diversos em sua inserção nas tramas do tráfico de pessoas. Inicialmente, a posição adotada é a de afirmar que existe o tráfico e que ele consiste numa prática criminosa, e por isso o primeiro capítulo visa justamente apoiar-se no marco legal internacional, na busca de enquadrá-lo como tal: o Protocolo de Palermo e a conceituação da OIT que qualifica o trabalho escravo e degradante como prática violenta e crime contra a liberdade. Em seguida, fixa as linhas comuns que contextualizam a investigação: a situação de vulnerabilidade social das mulheres traficadas (gravidez precoce, pobreza extrema, falta de oportunidades e perspectivas, baixa escolaridade, instabilidade familiar e conjugal, violência doméstica, perda ou abandono dos pais, etc.); contexto de globalização a partir de países periféricos; processo de desterritorialização da exploração econômica, desenraizando pessoas, aumentando a insegurança e a perda de referenciais sociais; uma subjetividade subjugada, em que a relação de gênero reflete uma condição de permanente subordinação. O tráfico de pessoas apenas reconfigura uma situação de exploração historicamente incorporada e naturalizada, tornando o corpo de mulheres e de adolescentes objeto de usufruto, transformado em “coisa”, reatualizando o circuito de escravidão em nível transnacional. Os capítulos centrais descrevem a situação de cada um dos países envolvidos, desembocando no tráfico e exploração sexual nos clubes noturnos da capital do Suriname ou nas minas e garimpos em seu interior. No capítulo correspondente a cada país, é dado um quadro geral geográfico e histórico, sua configuração étnica e social, o marco legal que tem regulado o combate ao tráfico e o respeito aos direitos humanos. O capítulo mais extenso é aquele reservado ao Brasil, desenvolvendo longamente os dados colhidos dos relatos das informantes entrevistadas, e também é aquele que oferece o quadro mais detalhado das trajetórias de vida das mulheres traficadas, e as condições de subjugação que caracterizam o mercado sexual em Suriname. O livro encerra com um longo capítulo com conclusões sobre a realidade do tráfico de pessoas nos três países em questão, e recomendações que as ONGs indicam para o enfrentamento do problema e políticas públicas direcionadas para as mulheres e famílias mais vulneráveis socialmente, para que não sejam “presas” fáceis da ação dos arregimentadores do tráfico para exploração sexual.

Apesar de algumas fragilidades conceituais e analíticas, este trabalho demonstra bem o potencial que possuem as ONGs no terreno de ação para contribuir não só para a superação do tráfico, mas também para a produção de conhecimento autêntico sobre ele. Demonstra também como a realidade do tráfico possui diversas faces, conforme se desdobra o circuito de deslocamento, as trajetórias daqueles que se submetem a essa forma de trabalho, e as diversas regiões em que se desenrolam diversas modalidades de violência e exploração. Existem várias outras entidades no Brasil, organizadas em redes de colaboração, dos mais diferentes matizes ideológicos, que desenvolvem trabalhos nessa área, como o Projeto Trama, reunindo ONGs como a Organização de Direitos Humanos Projeto Legal; o Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social

(IBISS); CRIOLA (uma organização de mulheres afro-brasileiras); e a Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO); ou a plataforma Movimento Contra o Tráfico de Pessoas (MCTP); a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD); o Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME), além do já citado SoDireitos, entre muitos outros grupos. Todos eles possuem amplo material divulgativo, em várias mídias, e atuam, sobretudo, na área da prevenção e da incidência política, monitorando e acompanhando a ação governamental de enfrentamento ao tráfico. Porém, não se tem conhecimento de publicações com estudos mais aprofundados quanto à proposta teórica ou ao levantamento empírico, por parte dessas entidades e suas redes de ação, que permitissem uma forma alternativa de aproximação da questão.

Dentre as entidades não-governamentais que estão envolvidas no enfrentamento ao tráfico, nos interessaria em particular aquelas de caráter pastoral, alinhadas à Igreja Católica. Postando-se de forma alternativa às divisões no seio do movimento feminista, que tem se dividido em sua militância para influenciar na orientação dada ao combate ao tráfico, vários grupos e entidades pastorais católicos, atuando em rede, têm uma inserção entre as mulheres marginalizadas, vulneráveis ao tráfico de pessoas. Em nível internacional, existe uma rede de institutos de vida consagrada intensamente articulada: a Rede “Thalita Kum”. Em vários países, redes de caráter nacional têm se organizado no combate ao tráfico, e no Brasil articula-se em torno da rede “Um Grito pela Vida”. Em parceria com a OIM, a Unione dei Superiori Maggiori d’Italia (USMI) e a International Union of Superiors General, a rede “Thalita Kum” publicou um programa de formação (VOLPICELLI, 2004) com objetivo de orientar os agentes pastorais atuantes principalmente na área de assistência e acompanhamento das “vítimas” resgatadas do tráfico. No Brasil, os grupos e entidades locais ligados ao “Um Grito pela Vida”, assim como as agentes da Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM) ou da Comissão Justiça e Paz – CNBB Regional Pará e Belém, têm atuado no terreno, na linha da prevenção e conscientização, ou na incidência sobre os organismos públicos de repressão ao tráfico. Existe ainda pouco trabalho, e conseqüentemente pouca documentação e publicações, na linha da assistência às migrantes envolvidas no tráfico destinado à exploração sexual. O que existe de mais significativo é a publicação de uma cartilha pela rede “Um Grito pela Vida”, e viabilizada pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB, 2009), que se propõe a ser um instrumento de reflexão para os religiosos agentes de pastoral engajados no compromisso de erradicação do tráfico de pessoas. Recentemente, os Grupos de Trabalho (GTs) sobre Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da CNBB, organizaram um II Seminário de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas (Brasília, 11 a 13/08/2011), em parceria com o Ministério da Justiça e a Catholic Relief Services (CRS), para uma maior articulação entre esses grupos e um aprofundamento da questão do tráfico, também numa ótica pastoral. Nesse meio, também há uma grande dificuldade de organização e de produção de conhecimento mais aprofundado sobre a questão.

Enfim, um “estado da arte” sobre o quadro atual de estudos e publicações sobre o tráfico de pessoas para exploração sexual, mesmo que parcial e não passando de um “esboço”, revela um terreno de disputa ideológica ainda bastante acirrada, condicionada pela qualificação do tráfico como crime e pelas ambiguidades que cercam a “vitimização” dos migrantes. Não chega, porém, a revelar em toda sua nitidez como os migrantes vivenciam as várias formas de violência que cercam seu projeto de migração, e de que maneira se poderia fazer emergir de fato sua cidadania, neste contexto marcado por tantas coerções. Tampouco se pode inferir com clareza como entidades da sociedade civil, como as oriundas da ação pastoral da Igreja, de cunho católico, poderiam colaborar para esse fim, no respeito à alteridade dos migrantes inseridos nesse meio. Ainda nesse sentido, seja como processo de produção de conhecimento, seja como engajamento pelo respeito da dignidade humana na pessoa do migrante, permanece sendo algo como um “canteiro de obras”, da construção de um “objeto” marcado por disputas ideológicas, em que um dos desafios, com certeza não dos menores, seria o de aprender a escutar a voz e discernir a condição vivida pelos migrantes.

Notas

1 - A ONG Repórter Brasil veicula notícias e análises sobre a questão do trabalho escravo no Brasil, através de sua página: www.reporterbrasil.org.br, e vem animando a campanha de prevenção e conscientização “Escravo, nem pensar”. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde suas origens nos anos 1970, denuncia ocorrências de trabalho escravo no meio rural brasileiro, e vem fazendo campanhas de conscientização, denúncia e incidência política para a erradicação do trabalho escravo. Pelo conteúdo veiculado por essas denúncias, percebe-se como a questão da incidência do trabalho escravo está intrinsecamente associada com o fenômeno da migração temporária rural.

2 - O conjunto é formado por 14 documentos, reunidos num CD-ROM intitulado “*Combate ao Tráfico de Pessoas: Trabalho em Liberdade*”, produzido sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e coordenado por Thais Dumêt Faria. Inclui quatro documentos reproduzindo os resultados e análises da pesquisa PESTRAF, e outros de caráter oficial: “Passaporte para a Liberdade – um guia para brasileiros no exterior” (2007); “Pesquisas em Tráfico de Pessoas: I – Diagnóstico sobre tráfico de seres humanos” (2004); “Guia para localização dos pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil ao longo das Rodovias Federais Brasileiras” (2004); “Brasileiras e Brasileiros no Exterior – Informações Úteis” (2007); “Pesquisa em Tráfico de Pessoas – O tráfico de seres humanos no Rio Grande do Sul” (2006); “Pesquisa em Tráfico de Pessoas: II – Índícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via Aeroporto de Guarulhos” (2006); “Pesquisa em Tráfico de Pessoas: III – Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via Aeroporto Internacional de São Paulo” (2007); “Cidadania, Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: Manual para Promotoras Legais Populares” (2009); “Contribuições para a Construção de Políticas Públicas voltadas à Migração para o Trabalho” (2009); “Cooperação e Coordenação Policial no Mercosul e Chile para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas” (2009); “Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual” (2006); “Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil – curso para policiais” (2008); “Revista Mercopol – capacitação e cooperação policial no Mercosul” (2007). Além desse material de origem oficial, o CD-ROM traz também um número dos Cadernos Pagu,

com um dossiê coordenado por Adriana Piscitelli e Márcia Vasconcelos, intitulado “Trânsitos”, com estudos interdisciplinares, inteiramente dedicados à questão do tráfico de pessoas. Adriana Piscitelli tem se destacado no estudo antropológico dessa temática, que é abordada na segunda parte dessa revisão bibliográfica, e acompanhou a coordenação científica das pesquisas PESTRAF.

3 - Os artigos aqui citados dos *Cadernos Pagu* podem ser acessados também *on line* pela página da SCIELO Brasil.

Referências

- AGNOLETTI, Michelle Barbosa. A diversidade na pauta de discussão das diásporas contemporâneas: migração, travestilidade e prostituição. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça / MJ, 2010, p. 9-40.
- AGUSTIN, Laura Maria. La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 107-128, jul./dez. 2005.
- AGUSTIN, Laura Maria. *Sex at the Margins: Migration, Labour and the Rescue Industry*. London: Zed Books, 2007.
- ALMEIDA, Paulo Sérgio e PENNA, Rodrigo. *Contribuições para a Construção de Políticas Públicas voltadas à Migração para o Trabalho*. Brasília: OIT, 2009.
- ARRUDA, Rayana Wara Campos de. O descompasso entre as políticas públicas brasileiras relacionadas ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça / MJ, 2010, p. 215-236.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA MULHER, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – ASBRAD. Direitos Humanos e Gênero no cenário da migração e do tráfico internacional de pessoas. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 251-273, jul./dez. 2008.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO – IADB. *Estrategia Regional de lucha contra La trata y el trafico de niñas, niños y adolescentes para fines de explotación sexual en MERCOSUL: Plan de operaciones*. New York: IADB, 2006. <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1281542>>. Acesso em: 1º jun. 2011.
- BARBOSA, Cíntia Yara Silva. *Tráfico Internacional de Pessoas*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2010.
- BERMAN, Jacqueline. Biopolitical management, economic calculation and “trafficked women”. In: *International Migration*, 48 (4), p. 84-113, aug. 2010.
- BRUNOVSKIS, Anette; SURTEES, Rebecca. Untold stories: Biases and selection effects in research with victims of trafficking for sexual exploitation. In: *International Migration*, 48 (4), p. 2-37, aug. 2010.
- CASTELLANOS, Patricia Cortés. *Mujeres migrantes de America Latina y el Caribe: derechos humanos, mitos y duras realidades*. Santiago de Chile: CELADE – CEPAL, 2005. <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/23789/lcl2426-p.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2010.
- CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 101-123, jul./dez. 2008.
- CENTRO DE COORDENAÇÃO DE CAPACITAÇÃO POLICIAL DO MERCOSUL – CCCP. *Revista Mercopol: capacitação e cooperação policial no MERCOSUL*. Brasília: CCCP, 2007.
- CENTRO DE ESTUDIOS LATINOAMERICANOS (CEMLA). *Guia de Formación de formadores para la prevención de la trata, tráfico y explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes*. Buenos Aires: CEMLA / Save the children / OIM, 2006.
- CHIAROTTI, Susana. *La trata de mujeres: sus conexiones y desconexiones con la migración y los derechos humanos*. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. <<http://www.eclac.org/>

- publicaciones/xml/4/12554/lcl1910-p.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2010.
- COLARES, Marcos. *Pesquisas em Tráfico de Pessoas – PESTRAF: I – Diagnóstico sobre tráfico de seres humanos*, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará. Brasília: SNJ, 2004.
- COMMANDEUR, Xenia. *Beyond borders: exploring links between trafficking and labour*. Bangkok: Global Alliance Against Traffic in Women – GAATW, 2010. <http://www.gaatw.org/publications/WP_on_Labour.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2010.
- CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB). *Cartilha de reflexão bíblica sobre o tráfico de seres humanos: roteiros para grupos de reflexão e ação*. Brasília: CRB Nacional/CEBI, 2009.
- DANAILOVA-TRAINOR, Gergana; LACZKO, Frank. Trafficking in Persons and Development: towards greater policy coherence. In: *International Migration*, 48 (4), p. 39-83, aug. 2010.
- DA SILVA, Wellington Pereira. Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial e a segurança social. In: *Revista Instituto Interamericano de Direitos Humanos – IIDH* (38), 2003, p. 349-420.
- DEFENSA DE LOS NIÑOS INTERNACIONAL – SECCIÓN BOLIVIA. *Tráfico de niños, niñas y adolescentes con fines de explotación laboral en Bolivia*. Cochabamba: Defensa de los niños internacional, 2007.
- DEPARTMENT OF STATE USA. *Trafficking in Persons Report – 2010*. Washington: Department of State USA, 2010.
- DERLUYN, Ilse et al. Minors travelling alone: a risk group for human trafficking? In: *International Migration*, 48 (4), p. 164-185, aug. 2010.
- DIAS, Guilherme Mansur; MATTOS, André Luis Lopes Borges de. *Trabalhadores migrantes e trabalho decente no Brasil*. Brasília: Ministério de Trabalho e Emprego – MTE, 2009.
- DIEGO, Maria J. Garcia de. “Bajo el casco de Hades”: menores migrantes no acompañadas como possible victimas de trata y su triple invisibilización. In: *Migraciones*, (28), p. 193-223, dez. 2010.
- FARIA, Thaís Dumêt. Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 151-172, jul./dez. 2008.
- FERRACINI, Maria Carolina Marques. *Passaporte para a liberdade: um guia para as brasileiras no exterior*. Brasília: OIT, 2007.
- FRISSE, Giovanna Maria. Especialmente mulheres: reflexões sobre autonomia individual e a caracterização do Tráfico de Pessoas. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/MJ, 2010, p. 189-214.
- GIRONA, Jordi Roca. Migraciones amorosas, migraciones (re)negadas: La búsqueda y formación de parejas transnacionales entre hombres españoles y mujeres latinoamericanas y esclavas. In: *Migraciones*, (25), p. 89-124, jun. 2009.
- GRUPO DAVIDA. Prostitutas, “traficadas” e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o “tráfico de seres humanos”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 153-184, jul./dez. 2005.
- GRUPO LUNA NUEVA. *La trata de personas en el Paraguay: Diagnostico exploratorio sobre el trafico y la trata de personas con fines de explotación sexual*. Asunción: OIM/Ministerio de Relaciones Exteriores de Paraguay, 2005.
- GUILLEMAUT, Françoise. Femmes migrants non européennes et secteur du service: travail du sexe / travail domestique, une alternative sans choix. In: *Industrie du sexe et traffics: une voie pour des migrants? – Nouvelles dynamiques migratoires: activités régulières e irrégulières sur le marché du travail européen*, Colloque International – Université de Nice Sophia Antipolis, France, 6-8/12/2007, p. 31-113. <http://lastradainternational.org/lisidocs/02_IndustrieSexe.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2009.
- HAM, Julie. *Beyond borders: exploring links between trafficking and gender*. Bangkok: Global Alliance Against Traffic in Women – GAATW, 2010. <http://www.gaatw.org/publications/WP_on_Gender.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2010.

- HAZEU, Marcel (coord.). *Investigación Tripartite sobre trata de mujeres: Brasil, República Dominicana y Surinam: una intervención en red*. Belém: SoDireitos/GAATW REDLAC, 2008.
- HUBER, Luíza. Nos trajetos da sujeição: as brasileiras na Suíça. In: *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, ano IX, nº 26, p. 35-37, set./dez. 1996.
- HUCKERBY, Jayme. *Beyond borders: exploring links between trafficking, globalization and security*. Bangkok: Global Alliance Against Traffic in Women – GAATW, 2010. <http://www.gaatw.org/publications/WP_on_Globalisation.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2010.
- JESUS, Damásio de. *Tráfico internacional de mulheres e crianças – Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- JULIANO, Dolores. El trabajo sexual en la mira: Polémicas y estereotipos. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 79-106, jul./dez. 2005.
- JUREIDINI, Ray. Trafficking and contract migrant workers in the Middle East. In: *International Migration*, 48 (4), p. 142-163, aug. 2010.
- KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 55-78, jul./dez. 2005.
- LACZKO, Frank; GOZDZIAK, Elzbieta. Data and Research on Human Trafficking: a Global Survey. In: *International Migration*, 43 (1/2), jan. 2005.
- LANDINI, Tatiana Savoia; OLIVEIRA, Maria P. P. (orgs.). *Enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCRIM/OIT, 2008.
- LEITE, Maria Jacqueline de Souza. *Gênero e turismo sexual: experiências de brasileiras no exterior e de caso no Brasil – experiências de prevenção*. Brasília: CNPD, 2000.
- MASSARI, Monica; SIEBERT, Renate. The other and her body: Migrant prostitution, gender relations and cultural models. In: *Industrie du sexe et traffics: une voie pour des migrants? – Nouvelles dynamiques migratoires: activités régulières e irrégulières sur le marché du travail européen*, Colloque International – Université de Nice Sophia Antipolis, France, 6-8/12/2007, p. 24-42. <http://lastradainternational.org/Isidocs/02_IndustrieSexe.pdf>. Acesso em: 13 set. 2009.
- MASSULA, Letícia; MELO, Mônica. *Tráfico de mulheres: prevenção, punição e proteção*. São Paulo: Consulado Geral EUA/CLADEM, s.d.
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. Mesa Interinstitucional para la Prevención y Combate a la Trata de Personas en el Paraguay. *Hacia una más eficaz lucha contra la trata de personas en Paraguay: 2004-2008*. Asunción: Ministerio de Relaciones Exteriores, 2007.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/MTE. *Brasileiras e brasileiros no exterior: informações úteis*. Brasília: MTE/CGI, 2007.
- NAPIER-MOORE, Rebecca. *Beyond borders: exploring links between trafficking and migration*. Bangkok: Global Alliance Against Traffic in Women – GAATW, 2010. <http://www.gaatw.org/publications/WP_on_Migration.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2010.
- OLIVEIRA, Marina Pereira Pires de. Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de Justiça em temas associados aos Direitos Humanos. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 125-149, jul./dez. 2008.
- OLIVEIRA, Renata Silva; OLIVEIRA, Carolina do Amaral. *Jornada Educacional: tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*. Recife: ASSEPLAN, 2008.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES/OIM. *Dimensiones de la trata de personas en Colombia*. Bogotá: OIM Misión en Colombia, 2006. <http://white.oit.org.pe/ipcc/documentos/oim_trata_col.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES/OIM. *Exploratory assessment of trafficking in persons in the Caribbean Region*. Washington/Genève: OIM, 2010. <http://publications.iom.int/bookstore/free/exploratory_assessment2.pdf>. Acesso em: 18 maio 2011.

- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/OIT. *Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual*. Brasília: OIT, 2006.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/OIT. *Guia para localização dos pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil ao longo das Rodovias Federais Brasileiras: Mapeamento 2007*. Brasília: OIT, 2007.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO/OIT. *Cidadania, Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: Manual para Promotoras Legais Populares*. Brasília: OIT, 2007.
- PELUCIO, Larissa. Desideri, brasilianità e segreti: Il mercato del sesso nel rapporto tra clienti spagnoli e transessuali brasiliane. In: *Mondi Migranti* – rivista di studi e ricerche sulle migrazione internazionale, Genova, (1), p. 153-172, 2010.
- PEREIRA, Sónia; VASCONCELOS, João. *Combate ao tráfico de seres humanos e trabalho forçado: estudo de casos e respostas de Portugal*. Lisboa: Organização Internacional do Trabalho/OIT, 2007.
- PISCITELLI, Adriana. Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo. In: *Cadernos Pagu*, Campinas nº 19, p. 195-231, 2002.
- PISCITELLI, Adriana. Entre a praia de Itacema e a União Européia: Turismo sexual internacional e a migração feminina. In: PISCITELLI, A. et al. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 283-318.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero no mercado do sexo. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 7-23, jul./dez. 2005.
- PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, nº 3, p. 717-744, set./dez. 2007a.
- PISCITELLI, Adriana. Corporalidade em confronto: Brasileiras na indústria do sexo na Espanha. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, nº 64, p. 17-32, jun. 2007b.
- PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 29-63, jul./dez. 2008.
- PISCITELLI, Adriana. Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.15, nº 31, p. 101-136, jan./june 2009.
- PISCITELLI, Adriana; TEIXEIRA, Flavia B. Passi che risuonano sui marciapiedi: La migrazione delle transgender brasiliane verso l'Italia. In: *Mondi Migranti* – rivista di studi e ricerche sulle migrazione Internazionale, Genova, (1), p. 135-151, 2010.
- RADOVIC, Ivana et al. *Human Trafficking: Manual for journalists*. Belgrado: Organization for Security and Cooperation in Europa – OSCE / Anti-Trafficking Action – ASTRA, 2008. <<http://www.astra.org.rs/en/pdf/novinari08ENG.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2010.
- REZENDE, Ricardo Figueira. *Pisando fora da própria sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- RUSSELL, Amy M. Becoming the border: Women trafficked across Europe. In: *Industrie du sexe et traffics: une voie pour des migrants? – Nouvelles dynamiques migratoires: activités régulières e irrégulières sur le marché du travail européen*, Colloque International – Université de Nice Sophia Antipolis, France, 6-8/12/2007, p. 3-23. <http://lastradainternational.org/Isidocs/02_IndustrieSexe.pdf>. Acesso em: 13 set. 2009.
- SALES, Lilia Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuella Cardoso Onofre de. Contribuição para o debate sobre o Tráfico de Pessoas a partir da experiência do Escritório de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos no Estado do Ceará. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/MJ, 2010, p. 41-106.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Pesquisa em Tráfico de Pessoas - PESTRAF II: Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via Aeroporto de Guarulhos*. Brasília: SNJ, 2006.

- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Pesquisa em Tráfico de Pessoas – PESTRAF III: Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via Aeroporto Internacional de São Paulo*. Brasília: SNJ, 2007.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: SNJ, 2ª ed., 2008.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: SNJ, 2008.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA/SNJ. *Critérios e fatores para identificação de supostas vítimas do tráfico de pessoas*. Brasília: SNJ / UNODC, 2009.
- SETOR PASTORAIS DA MOBILIDADE HUMANA – CNBB (coord.). *Seminário Nacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça – MJ / CNBB, 2010.
- SILVA, Ana Paula de; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 25, p. 249-280, jul./dez. 2005.
- SILVA, Ana Paula de; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Mulheres vulneráveis e meninas más. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/MJ, 2010, p. 147-188.
- SILVA, Jacqueline de Oliveira. *Pesquisa em Tráfico de Pessoas – PESTRAF: O tráfico de seres humanos no Rio Grande do Sul*. Brasília: SNJ, 2006.
- SPRANDEL, Márcia Anita (org.). *A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nas legislações da Argentina, Brasil e Paraguai: alternativas de harmonização para o MERCOSUL*. Assunção: OIT / Programa IPEC Sudamerica, 2004.
- SPRANDEL, Márcia Anita; PENNA, Rodrigo (orgs.). *Cooperação e Coordenação Policial no Mercosul e Chile para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas: Informações básicas*. Brasília: OIT, 2009.
- TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. L'Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 275-308, jul./dez. 2008.
- THIÉVENT, Romaric. Trajectoires et logiques de circulation des danseuses de cabaret en Suisse. In: *Industrie du sexe et traffics: une voie pour des migrants? – Nouvelles dynamiques migratoires: activités régulières e irrégulières sur le marché du travail européen*, Colloque International – Université de Nice Sophia Antipolis, France, 6-8/12/2007, p. 71-90. <http://lastradainternational.org/lisidocs/02_IndustrieSexe.pdf>. Acesso em: 13 set. 2009.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. *Trafficking in Persons: Global Patterns*. UNODC, 2006. <http://www.unodc.org/pdf/traffickinginpersons_report_2006-04.pdf>. Acesso em: 1º set. 2010.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC. *Manual para la lucha contra la trata de personas: Programa mundial contra la trata de personas*. New York: UNODC, 2009. <http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/07-89378_spanish_E-Book.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2011.
- VASCONCELOS, Márcia; BOLZON, Andréa. Trabalho forçado, tráfico de pessoas e gênero: algumas reflexões. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 31, p. 65-87, jul./dez. 2008.
- VENSON, Anamaria Marcon. Tráfico de Pessoas em perspectiva histórica: uma análise do papel da imprensa. In: *I Prêmio Libertas: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça/MJ, 2010, p. 107-146.
- VOLPICELLI, Stefano (coord.). *Compreender e combater Tráfico de Seres Humanos*. Roma: OIM /USMI / International Union of Superiors General, 2004. <http://www.talithakum.info/PT/documenti/Compreender_trafico_humanos.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2011.
- WHEATON, Elizabeth M. et al. Economics of human trafficking. In: *International Migration*, 48 (4), p. 114-141, aug. 2010.

RESUMO

O artigo busca fazer um ensaio de revisão bibliográfica sobre o tema do tráfico de pessoas para exploração sexual, tendo presente que se trata de um campo de debates intenso e polêmico, ainda em formação. Divide-se em três partes: exposição da literatura institucional, em que predomina uma abordagem jurídica e política de organismos internacionais e nacionais; a interpretação das ciências sociais, na linha da sociologia, antropologia e estudos culturais; a produção de ONGs e entidades da sociedade civil, em especial da Igreja Católica, que se manifestam a partir de sua inserção no terreno de ação. As publicações analisadas são predominantemente acessíveis pela internet, procurando dar atenção especial para três publicações relevantes na área do direito penal, dos estudos culturais e de uma pesquisa mobilizada por uma rede internacional de ONGs, entre o Brasil, a República Dominicana e o Suriname.

Palavras-chave: tráfico de pessoas; exploração sexual; migração internacional.

ABSTRACT

The article aims to make a literature review on the theme of people trafficking for sexual exploitation, having in view that this is an intense and polemic field of discussion, still in formation. It is divided in three parts: presentation of the institutional literature, in which predominates a juridical and political approach of national and international organizations; a social science interpretation, as in sociology, anthropology and cultural studies; NGOs' and civil society organizations' production, especially the Catholic Church's, that come up from their action in the field. The publications in analysis are mainly available online, and we gave special attention to three relevant publications in the area of criminal law, cultural studies and of a research conducted by an international network of NGOs from Brazil, Dominican Republic and Suriname. (Tradução de Nina Maria Pinheiro de Britto).

Keywords: people trafficking; sexual exploitation; international migration.

LAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE MIGRACIONES Y LA SOCIEDAD CIVIL EN AMÉRICA LATINA

Los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México

Leonir Mario Chiarello (coordinador)
New York: SIMN, 2011, 644p.

La creciente brecha económico-social entre los países, el empobrecimiento de amplios sectores de la población, la inequidad social, la falta de cohesión social, las crisis económicas, el lento crecimiento de las ofertas laborales que repercute en el desempleo, los desastres naturales y la violencia se encuentran entre los principales factores de la emigración de millones de latinoamericanos hacia el norte del continente americano o hacia otros países de la región.

Por otra parte, en algunos de los países de destino de los migrantes, las políticas restrictivas obligan a millones de personas a vivir en situación de irregularidad migratoria, a la cual se vinculan los problemas de explotación laboral, violación de derechos humanos, vulnerabilidad social, tráfico humano y trata de personas, entre otras consecuencias.

En este complejo contexto, la gestión de los flujos migratorios requiere políticas públicas sobre migraciones que sean explícitas y que incluyan a las poblaciones migrantes.

Uno de los elementos indispensables para la definición, puesta en práctica y evaluación de las políticas públicas sobre migraciones es el diagnóstico de los elementos vinculados a los procesos migratorios y sus impactos en las sociedades de origen, tránsito y destino. El desconocimiento de los mismos genera, en muchos casos, políticas públicas ineficientes para la recepción e integración de las poblaciones migrantes.

Asimismo, la gobernabilidad adecuada de los flujos migratorios exige la corresponsabilidad entre los gobiernos y los actores de la sociedad civil de los países de origen, tránsito y destino de los migrantes en la definición y desarrollo de políticas y programas tendientes a garantizar la dignidad y

los derechos de los mismos migrantes y sus familias. En este sentido, el consenso entre los actores gubernamentales y los actores de la sociedad civil es una condición *sine qua non* para garantizar la legitimidad y eficacia de las políticas públicas sobre migración.

La participación creciente de la sociedad civil en la definición, ejecución y evaluación de las políticas y programas de migraciones implica un cambio sustantivo en el carácter que tienen tales políticas y programas. Así, desde la concepción de las políticas públicas de migraciones como “políticas de Estado”, la activa intervención de la sociedad civil y sus resultados permiten definirlas en la actualidad como “políticas de Sociedad”.

El carácter más amplio que han asumido estas políticas, tanto en términos de los actores sociales que participan, como en cuanto a las temáticas que constituyen sus fundamentos, permite observar cambios importantes tanto el la normativa internacional, como en la posición que sobre el tema han adoptado algunos países.

En este sentido, la gama de fundamentos que sirven de base a la definición de las políticas públicas de migraciones se ha ampliado, yendo desde la perspectiva de la seguridad (en general, principal argumento de los países receptores), a la del costo-beneficio de las migraciones, o a aquellas que privilegian los derechos humanos de los migrantes, tal como se observa en la mayoría de países de América Latina.

El papel privilegiado acordado a los fundamentos éticos en la definición y ejecución de las políticas públicas de migraciones permite observar el desplazamiento que está llevándose a cabo desde una concepción definida como “política de Estado” a otra que podría entenderse como “política de humanidad”.

El futuro de las políticas públicas de migraciones va a enfrentarse a un especial desafío en la forma en que se articule la relación entre la sociedad civil y los gobiernos. Esa articulación puede orientarse tanto hacia la negación de derechos al migrante, como se observa en forma creciente en la opinión pública de gran parte del mundo desarrollado, como a la aceptación del principio de desarrollo humano de la persona migrante como base de toda política, la cual ha sido ya asumida por diferentes organizaciones de la sociedad civil comprometidas en la defensa de tales derechos.

Para responder a estos desafíos en la definición, ejecución y evaluación de las políticas públicas sobre migraciones, la Rede Scalabriniana Internacional de Migración (SIMN, por su sigla en inglés – *Scalabrini International Migration Network*) ha implementado un sistema de monitoreo de las políticas públicas sobre migraciones y de vinculación permanente entre los tomadores de decisión sobre migraciones.

Una de las actividades específicas de este sistema de monitoreo es la realización de investigaciones sobre los aspectos críticos de las migraciones internacionales y sus vinculaciones con las políticas públicas.

Después de haber realizado un estudio exploratorio sobre las políticas públicas sobre migraciones en el continente americano¹, el SIMN promovió la presente investigación sobre las políticas públicas sobre migraciones y la participación de la sociedad civil en la definición, ejecución y evaluación de tales políticas en los cuatro mayores países de América Latina: Argentina, Brasil, Colombia y México.

Esta investigación ofrece un diagnóstico actualizado de las principales tendencias de los flujos migratorios y las iniciativas que están llevando a cabo los actores políticos y sociales que trabajan en el campo de las migraciones en estos cuatro países, lo que permitirá a los tomadores de decisiones en materias migratorias contar con nuevos elementos para la definición e implementación de nuevas políticas públicas y programas sobre migraciones.

En el primer capítulo de la presente investigación, Lelio Mármora, con la colaboración de Gabriela Altilio, María Laura Gianelli Dublanc y Yamila Vega, presenta las principales tendencias de las migraciones en Argentina, las políticas y leyes sobre migraciones implementadas a lo largo de la historia de este país y, finalmente, una panorámica amplia de las actividades promovidas por los actores de la sociedad civil vinculadas a la definición, implementación y evaluación de las políticas públicas y programas argentinos sobre migraciones.

En el segundo capítulo, un equipo de investigadores coordinado por Neide Patarra e integrado por Duval Magalhães, Paolo Parise, Dirceu Cutti, Helion Póvoa Neto y Mariana Aydos, con la colaboración de Elizângela Lacerda, presenta un diagnóstico sobre las migraciones a lo largo de la historia de Brasil, así como los principales instrumentos normativos e institucionales a través de los cuales se ha basado la gobernabilidad migratoria en el país, para concluir, finalmente, con una exposición de las principales percepciones y acciones de los actores sociales en Brasil en lo que concierne a la promoción de los derechos de los migrantes y de políticas públicas sobre migraciones.

En el tercer capítulo, Roberto Vidal, Rosa María Martín, Beatriz Eugenia Sánchez y Marco Velásquez presentan el extenso panorama de

1 - MIRKIN, Barry. *La migración internacional en el Hemisferio Occidental: un estudio exploratorio*. New York: Scalabrini International Migration Network, 2011.

la migración, el refugio y el desplazamiento en Colombia, la descripción de las políticas públicas sobre migración, desplazamiento y refugio que se han desarrollado, y el detalle del marco normativo de la participación ciudadana en la definición de políticas públicas sobre migración, desplazamiento y refugio en este país.

En el cuarto capítulo, después de la exposición de Jorge Durán de las principales tendencias de la inmigración, emigración, transmigración y refugio en México, Cecilia Imaz presenta el marco jurídico e institucional de las políticas públicas mexicanas. Posteriormente, Rodolfo Casillas analiza la labor humanitaria al servicio de los migrantes promovida por las organizaciones de la sociedad civil, focalizando su atención en la experiencia de los albergues y casas de migrantes. Finalmente, Florenzo María Rigoni presenta una lectura sapiencial sobre los flujos migratorios centroamericanos en México.

La investigación sobre las políticas públicas sobre migraciones y la sociedad civil en Argentina, Brasil, Colombia y México revela que los hombres, mujeres, jóvenes, niños y niñas que migran, que son desplazados o refugiados son sujetos de derecho y también actores centrales en la construcción de una cultura de *convivencia* en la cual todos pueden disfrutar de los derechos inalienables que poseen de forma inherente por el mero hecho de ser lo que son: seres humanos. En este sentido, la concertación y la coordinación entre los actores del Estado y de la sociedad civil, incluidos los migrantes, son una prioridad en la agenda política y social de estos países.

Leonir Chiarello
Lelio Mármora

Zingari

Em Roma, é praticamente impossível andar de metrô, de trem, de bonde, e não topar com eles. A atenção ao jornal ou à paisagem na janela é interrompida pela breve saudação em forte sotaque estrangeiro, ao mesmo tempo em que instrumentos musicais são retirados de mochilas e bolsas. Começam então a tocar e cantar em meio ao vagão, num espetáculo que precisa ser rápido, olhos e ouvidos atentos à possível intervenção da segurança do sistema de transportes, que quando os surpreende obriga a parar e a descer.

O copinho é passado ao fim da apresentação-relâmpago, e ao depositar a moeda a pergunta “de onde vêm?” recebe sempre a mesma resposta: romenos, todos, aparentemente sem exceção. E, naturalmente, ciganos. O que não é dito mas está implícito.

Tocam violino, acordeom, címbalo, guitarra, gaita, e alguns portam também à cintura o modernoso acompanhamento de uma bateria eletrônica. Um repertório que não varia muito: O Sole Mio, La Cumparsita, Cielito Lindo, Torna a Sorrento, a Marcha Turca de Mozart, Besame Mucho. Às vezes, também, uma canção cigana. Poucas, infelizmente. Tudo misturado e emendado, atendendo, no limite de tempo entre duas estações, ao que imaginam ser o gosto do público.

Ouve-se também, frequentemente, o Tico-Tico no Fubá, que sabem ser do Brasil. Além de uma original versão de “Água de beber” com violino e acordeom, ouvida uma vez a caminho da *Piazza del Popolo*.

Embora alguns sejam músicos estupendos, a qualidade da execução

Foto: Helion Póvoa Neto



nem sempre é das melhores. Sem falar nos que apelam, como aquele casal com uma criança de colo que, enquanto o pai sola sofrivelmente na gaita o “Cielito lindo”, a mãe instiga a menina – que não deve nem saber falar – a fazer o “ai, ai, ai ai”.

Alguns passageiros torcem o nariz, fazem qualquer comentário hostil ou abrem a janela para arejar o ambiente, insinuando que os artistas não primam pela higiene pessoal. Mas há também olhares atentos, sorrisos contidos de satisfação, e muitos contribuem com um trocado, reconhecendo que a música ajuda a entreter a viagem. O que não elimina um juízo bastante generalizado de que os *zingari* são, além de sujos, *tutti ladri*. Enganadores, raptos de crianças, hipnotizadores. Uma gente que colore um pouco a ocre paisagem romana, mas em quem não se deve confiar. Opinião por sinal compartilhada tanto pelos italianos quanto pelos romenos não-ciganos, indignados com a possibilidade de serem confundidos com “aqueles”.

Que na sua maior parte habitam barracas precárias e *trailers* nos campos nômades da periferia, visíveis da janela dos trens pendulares. São áreas degradadas, próximas aos grandes eixos viários de acesso a Roma, onde predomina uma relação tensa com os vizinhos, com casos de expulsões violentas e de acampamentos incendiados.

Foto: Helion Póvoa Neto



Os assentamentos, porém, não param de se expandir e multiplicar. Mesmo rejeitados, os ciganos continuam a chegar do Leste, onde por décadas se ofereceu a imagem do Ocidente capitalista como terra das oportunidades. Buscando por vezes a concessão de asilo político, ou simplesmente enfrentando a situação de ilegalidade, saem de terras nas quais seus antepassados foram vendidos e escravizados por séculos, durante um período por sinal quase coincidente com o da escravidão africana na América. Onde, aliás, os ex-escravos também se notabilizaram, entre outras coisas, pela arte musical. Mas essa é outra história.

Quem mora em bairro distante e vai para casa tarde da noite também os encontra nos ônibus, carregando os instrumentos depois de um dia de trabalho, e às vezes ameaçando transformar a viagem numa improvisação coletiva, liberados que estão, a essa hora, de tocar apenas o trivial mais conhecido dos italianos. E, aí sim, executam algumas peças dos *taraf*, grupos de músicos das aldeias na Romênia. Quando isso acontece, fica difícil descer no ponto certo, a tentação é seguir viagem ao lado deles. Muitas vezes, confesso, fiquei dividido.

Talvez nos campos nômades toquem noite adentro, cantando em sua própria língua, talvez dancem junto à fogueira. Quem sabe? Acompanhada dos estereótipos sempre presentes, persiste a curiosidade, quase fascínio, que despertam. Como indesejáveis, invasores, mas também como a surpresa sonora que surge em meio ao trem superlotado.

Um mundo que parece impenetrável, um caráter que suscita desconfiança. Mas o copo de papel, apresentado no fim, bem que merece a moedinha. *Grazie, buon viaggio signore.*

Helion Póvoa Neto
Roma, maio de 2003

TRAVESSIA agora também ON LINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são 70 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(2 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do portal da
Missão Paz e acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.missaonspaz.org

Normas para apresentação de textos

Travessia – Revista do Migrante deixou de ser monotemática e os artigos podem ser enviados a qualquer momento.

Tamanho: 400 linhas, fonte *times new roman*, tamanho 12, com breve resumo e três palavras-chave (em inglês e português ou espanhol). A *Travessia* publica textos em espanhol.

No título, não colocar nota, e para a identificação do autor, utilizar asterisco; quando houver mais de um autor, a revista respeitará a ordem constante no texto recebido.

Não transformar em nota o que é fonte bibliográfica, inserir no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação).

Nas referências bibliográficas, relacionar apenas as fontes citadas no artigo, em ordem alfabética e se houver repetição de um mesmo autor, obedecer a ordem cronológica.

Seguir as normas da ABNT, destacando os títulos em itálico; no caso de artigos em revistas, fazer constar: local, volume, número, páginas, mês, ano (nesta ordem). Na citação de fonte eletrônica, colocar o endereço entre <....> e a data de acesso.

Os textos devem ser inéditos e seu envio implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Travessia*; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações.

Podem ser organizados dossiês e enviados à *Travessia*.

Além de artigos, a revista recebe resenhas, relatos, crônicas, contos...

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição.

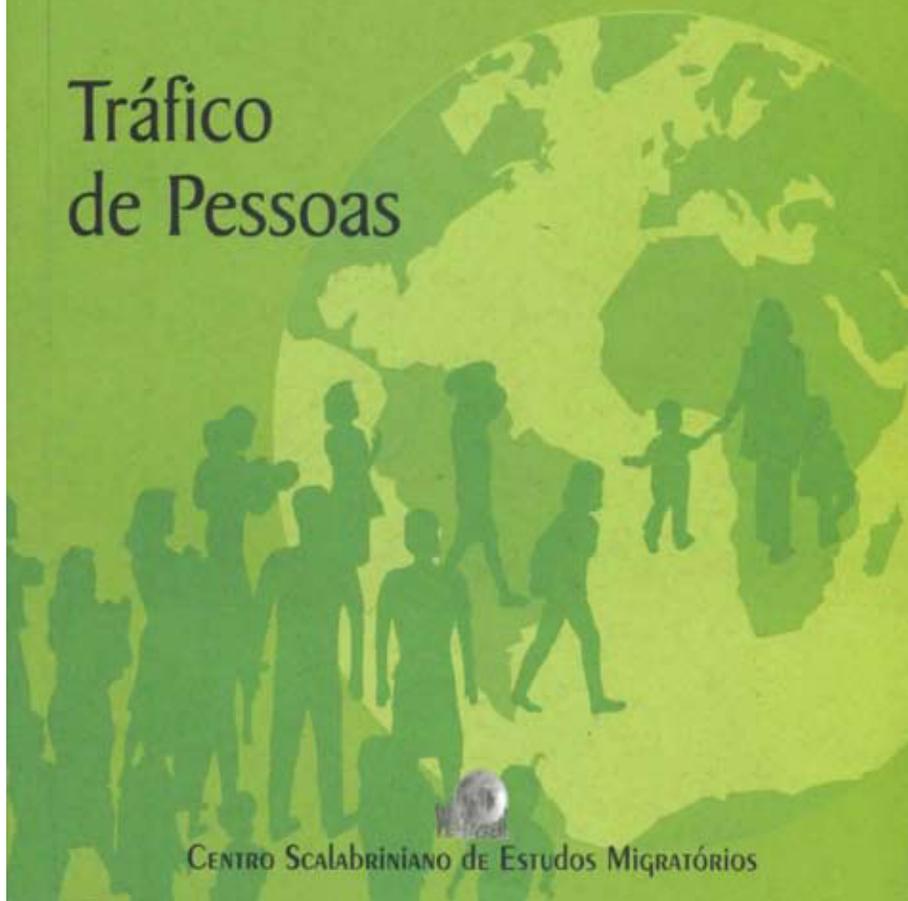
Ano XIX N° 37 – jul./dez. – 2011

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

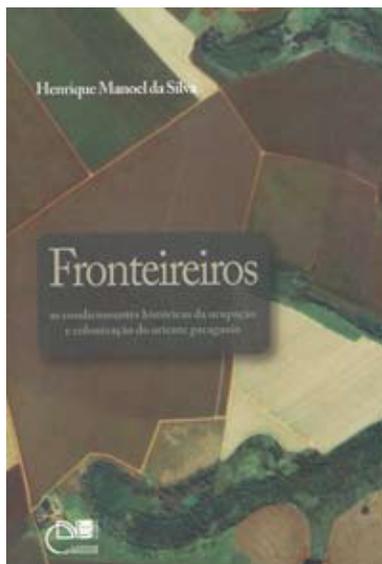
Tráfico de Pessoas



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



Neste estudo Henrique Manoel da Silva busca acompanhar o significado da ocupação da fronteira oriental paraguaia, não só como fenômeno de expansão da fronteira, típica do modelo brasileiro, mas também em sua singularidade, a de ser transnacional. Se, por um lado, os princípios que nortearam a moderna expansão da fronteira agrícola brasileira foram, em grande medida, reproduzidos no processo de colonização paraguaio, por outro, essa reprodução não se fez sem uma acomodação às circunstâncias e peculiaridades do universo social, político e econômico paraguaio. Entretanto, constata-se uma maior vinculação ao Brasil, e, os próprios imigrantes brasileiros continuam reafirmando seus laços identitários com o país e suas comunidades de origem.

Este livro, de autoria de Marcelo Cintra de Souza, fartamente ilustrado, é fruto de iniciativa do Memorial do Imigrante, em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Mostrar quem fez e quem faz a imprensa imigrante em São Paulo, desde os primeiros Periódicos que apareceram no Brasil, até as mais tradicionais e influentes publicações dirigidas para esse público, que ainda circulam no mercado paulista, é o objetivo desse trabalho.





O migrante, o refugiado, o deslocado, o fronteiriço, o habitante da periferia urbana, todos vivem superando limites, reconstruindo mundos em seus movimentos. Como saber de seus caminhos no passado, acompanhar os seus passos no presente e imaginar o seu futuro? São perguntas difíceis de responder dentro de limites restritos a uma única disciplina do campo científico. Tais questões dizem respeito aos pesquisadores, aos que se movem pela causa dos migrantes, bem como aos que sofrem a violência do deslocamento forçado ou a restrição do seu direito à livre mobilidade. Este livro, organizado por Ademir Pacelli Ferreira, Carlos Vainer, Helio Póvoa Neto e Miriam de Oliveira Santos reúne 29 contribuições apresentadas durante o III Seminário promovido pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios-NIEM, em 2008.

En esta obra, Loreta Ortiz Ahlf, una vez esbozado el contenido del derecho de acceso a la justicia y el concepto de inmigrante irregular y su régimen internacional, analiza la problemática del derecho de acceso a la justicia de los inmigrantes irregulares en el derecho internacional, en el derecho de la Unión Europea, así como lo relativo al acceso a la justicia a los sistemas regionales de protección de los derechos humanos europeo y americano.





Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes é procuradora do trabalho no Ministério Público brasileiro desde 1998. Este livro é fruto de sua tese doutoral em Direitos Humanos e Desenvolvimento, defendida na Universidade Pablo de Olavide, em Sevilla. Com base em sua experiência, a autora busca compreender o estatuto do estrangeiro a partir dos Direitos Humanos. O estatuto do estrangeiro é um tema extremamente relevante no contexto atual devido as graves violações que sofre. Este trabalho torna-se um instrumento na luta pela dignidade humana, especialmente do estrangeiro.

O estudo está dividido em cinco capítulos com os seguintes temas: Ideologia e crítica das migrações; A nacionalidade como critério de exclusão; As migrações no Direito Internacional; Aspectos sociojurídicos da i(e)migração

brasileira; Legislação brasileira sobre “estrangeiros” e regras de nacionalização do trabalho. Segundo a própria autora, o presente estudo busca evidenciar a tentativa de superar normas jurídicas, que desconsideram os Direitos Humanos como eixo principal.

Este livro resulta de um abrangente estudo concebido e coordenado por pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG) e do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp). O objetivo consistiu em traçar um diagnóstico da atual conjuntura nacional e traçar as dimensões futuras dos processos demográficos e a diversidade migratória da América Latina.

O estudo comporta duas partes: a primeira apresenta a transição demográfica, as políticas sociais, os desafios, as possibilidades e o crescimento demográfico na conjuntura nacional. A segunda aponta a situação das migrações internacionais, diagnósticos dos fluxos migratórios, o contexto da América Latina e outros movimentos de migração.

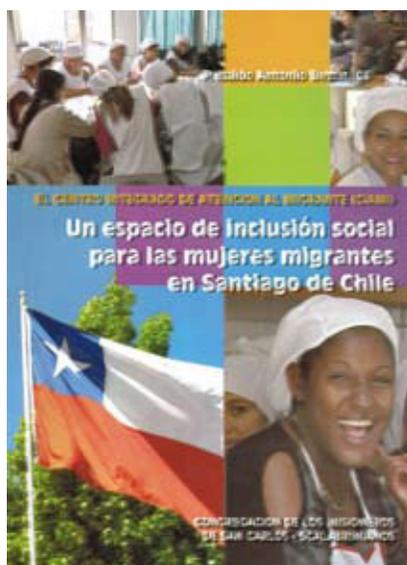


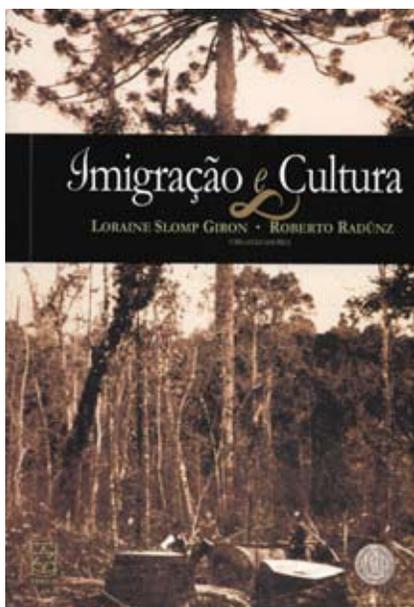


O livro de Maciel Cover é fruto da elaboração de sua dissertação de mestrado na Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Seu livro foi premiado pela Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, através do Prêmio “Mundos do Trabalho em perspectiva Multidisciplinar – 2011”.

O texto em referência analisa o trabalho dos migrantes sazonais no corte de cana. Trabalhadores que se deslocam – todos os anos de abril a dezembro – do Nordeste do Brasil (sertão da Paraíba e do Ceará) para as usinas de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo (região de Campinas e Piracicaba). O autor fundamentou-se no método etnográfico, com participação nos locais de trabalho e nos alojamentos, “Roça” e “Barraco” como já revela o título. Analisando uma turma de quarenta trabalhadores.

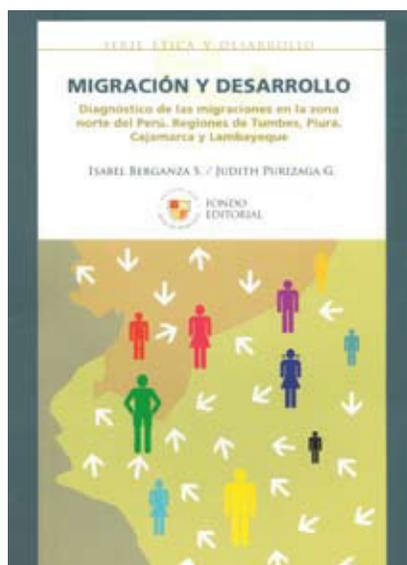
“El Centro Integrado de Atención al Migrante (CIAMI) – Un espacio de inclusión social para las mujeres migrantes en Santiago de Chile” retrata uno de los tantos servicios a los migrantes por parte de los Misioneros Scalabrinianos. Este libretto es el resultado de un trabajo teórico-práctico de Pe. Isaldo Antonio Bettin (pe. Beto), director actual de CIAMI. En el centro de este estudio están los servicios otorgados a las mujeres migrantes extranjeras, como a las provenientes de distintas regiones del país durante los diez años de historia de CIAMI. Además, también se dedica a la descripción de la actual realidad migratoria mundial y chilena.





Esta obra, organizada por Loraine Slomp Giron e Roberto Radünz reúne trabalhos do II Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e o X Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, realizados através de convênio entre a Universidade de Caxias do Sul e a Universidade de Padova, em 2005, por ocasião da comemoração dos 130 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, contando com a presença de professores italianos. O livro foi lançado em 2007, ano em que a Universidade de Caxias do Sul comemorou 40 anos de fundação. A trajetória da Universidade foi marcada pelo estudo da imigração italiana e, posteriormente, por convênios com várias universidades italianas. Os quinze artigos que formam a obra tratam dos seguintes eixos temáticos: Cultura, língua e religião.

Las autoras de este libro, Isabel Berganza S. y Judith Purizaga G., investigan y describen la macro región norte de Perú, compuesta por las regiones de Tumbes, Piura, Lambayeque y Cajamarca, una zona con fuerte movilidad migratoria, tanto de carácter regional (costa-sierra-selva) como externo, en especial a Ecuador, hacia donde migraron más de treinta mil peruanos. Esta realidad también fue evaluada bajo la mirada macro internacional. Han utilizado tanto la metodología cuantitativa como la cualitativa, a través de entrevistas en profundidad. Las conclusiones permiten subsidiar los equipos pastorales de Movilidad Humana y de Derechos Humanos.



Atenção para o nosso novo portal
www.missaospaz.org

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

Sumário

Apresentação
Helion Póvoa Neto
Lúcia E. Yamamoto

Dossiê – Decasségui: Idas e Vindas

Lugares próprios entre modos de ser distintos?
A inserção das crianças que moraram no Japão
Laura Satoe Ueno

Reordenações na família decasségui: Dilemas e desafios
Victor Hugo Kebbe

Revitalização linguística do japonês no Brasil: A atuação dos
retornados brasileiros do Japão como
professores de língua japonesa
Leiko Matsubara Morales

Imigração coreana: A questão da reemigração e do retorno
Rafael Monteiro
Sênia Bastos

Na pia batismal: Tradição e identidade étnica nas práticas de
transmissão de nomes de batismo em um
grupo de imigrantes italianos
Fábio Augusto Scarpim

A especificidade de Quebec no quadro das
Políticas Migratórias Canadenses
Marcus Vinicius Fraga
Lucia Maria Machado Bógus

Tráfico de pessoas para exploração sexual:
Um esboço de revisão bibliográfica
Sidnei Marco Dornelas

Resenha

Zingari (crônica)
Helion Póvoa Neto

www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576